



**PROGRAMA DE DOUTORADO MULTI-INSTITUCIONAL E MULTIDISCIPLINAR
EM DIFUSÃO DO CONHECIMENTO**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA – IFBA
LABORATÓRIO NACIONAL DE COMPUTAÇÃO CIENTÍFICA – LNCC/MCT
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA – UEFS
CENTRO UNIVERSITÁRIO SENAI CIMATEC**

HELAINÉ PEREIRA DE SOUZA

**COLETIVO CULTARTE: LIMITES E POSSIBILIDADES PARA
AUTONOMIA E EMPODERAMENTO DE MULHERES NO ANTIGO QUILOMBO
DO CABULA**

**Salvador – Ba
Fevereiro de 2018**

HELAINÉ PEREIRA DE SOUZA

**COLETIVO CULTARTE: LIMITES E POSSIBILIDADES PARA
AUTONOMIA E EMPODERAMENTO DE MULHERES NO ANTIGO QUILOMBO
DO CABULA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Difusão do Conhecimento da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Difusão do Conhecimento.

Orientadora: Professora. Doutora Francisca de Paula Santos da Silva.

Co-orientador: Prof. Dr. Alfredo Eurico Rodrigues Matta

Salvador - Ba
Fevereiro de 2018

Souza, Helaine Pereira de.

Coletivo Cultarte [recurso eletrônico] : limites e possibilidades para autonomia e empoderamento de mulheres no antigo quilombo do Cabula / Helaine Pereira de Souza. - Dados eletrônicos. - 2018.

1 CD-ROM : il. ; 4 ¾ pol.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Francisca de Paula Santos da Silva.

Coorientador: Prof. Dr. Alfredo Eurico Rodrigues Matta.

Tese (Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2018.

1. Mulheres em cooperativas - Estudo de casos. 2. Artesãs. 3. Coletivo de Arte e Cultura (Grupo) - Cabula (Salvador, BA). 4. Quilombo - Cabula (Salvador, BA). 5. Economia solidária. 6. Autonomia. I. Silva, Francisca de Paula Santos da. II. Matta, Alfredo Eurico Rodrigues. III. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. Programa de Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento. IV. Título.

HELAINÉ PEREIRA DE SOUZA

**COLETIVO CULTARTE: LIMITES E POSSIBILIDADES PARA AUTONOMIA
E EMPODERAMENTO DE MULHERES NO ANTIGO QUILOMBO DO CABULA.**

Termo de aprovação como requisito para conclusão do Curso de Doutorado em Difusão do Conhecimento da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia. Tese aprovada em 23 de fevereiro de 2018 pela seguinte banca examinadora.

Prof. Dra. Francisca de Paula Santos da Silva (UNEB)

Prof. Dr. Alfredo da Matta (UNEB)

Prof. Dra. Carmen Lúcia de Castro Lima (UNEB)

Prof. Dra. Luciana Conceição de Almeida Martins (UCSAL)

Prof. Dra. Natalia Silva Coimbra de Sá (UNEB)

Prof. Dra. Suely Aldir Messeder (UNEB)

Prof. Dra. Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti (UCSAL)

[...], já que consigna para as mulheres a possibilidade de construir um conhecimento sobre si mesmas e sobre os outros, conhecimento de sua subjetividade, voltada esta para o compromisso estabelecido com a linguagem em relação ao papel afirmativo do gênero feminino em suas intervenções no mundo público” (Vianna, 2003).

As mulheres que encontrei no meu percurso formativo. As que passaram por minha vida antes, durante e as que passarão mesmo depois da tese.

AGRADECIMENTOS

O momento de agradecer é a oportunidade de olhar para trás e ver que não estivemos sozinhas. Nossa caminhada foi amparada, partilhada e compartilhada por tantas pessoas. E muito embora a escrita de uma tese possa parecer uma vivência solitária, ao contrário, ela é o encontro de muitas mãos, muitas almas, muitas vontades.

Ao corpo docente do Doutorado Multidisciplinar e Multi-institucional em Difusão do Conhecimento, que num caleidoscópio de saberes e práticas foi construindo conosco produção e difusão do conhecimento.

À professora Francisca de Paula, por transmitir confiança, por se doar e por VIVER. A minha gratidão.

Ao professor Alfredo Matta, por apostar, sempre, no meu trabalho.

À banca tão mulher, por aceitar partilhar conosco seus conhecimentos. Suely Messeder, Vanessa Cavalcanti, Luciana Martins, Natália Sá e Carmen Lúcia Lima.

A toda equipe TBC Cabula pelo aprendizado, doação, disponibilidade e crença. Meu abraço afetuoso em especial à lala Queiroz, Ivana Souza, Katiane Josefa Lima, Mary Galvão, Fátima Frazão pelas dores e delícias partilhadas.

Às mulheres do antigo quilombo do Cabula, em especial ao Coletivo CULTARTE que dividiram comigo seus saberes, que partilharam suas práticas.

A todos da turma de 2013, só posso dizer que foi um encontro de almas.

A equipe SUPED por estar junto em cada momento.

Às/Aos amigos de uma vida, Mayana, Jamile, Dany, Carol, Lucas.

Ao João Paulo, meu companheiro em tantas jornadas. Minha dupla.

Aos Alves Pereira, aos Ribeiro Ferreira de Souza. Aos meus pais. Aos Haringer que me acolheram.

SOUZA, Helaine Pereira de. **Coletivo Cultarte: LIMITES E POSSIBILIDADES PARA AUTONOMIA E EMPODERAMENTO DE MULHERES NO ANTIGO QUILOMBO DO CABULA**. 177f. Tese (Doutorado em Difusão do Conhecimento) – Universidade Federal da Bahia (UFBA), 2018.

RESUMO

O CULTARTE é um coletivo de artesãs, que passaram a se organizar após diagnosticarem demandas comuns, no mercado produtivo. Estas mulheres residem em diversas localidades que compõem o antigo quilombo do Cabula, lócus de atuação do Projeto Turismo de Base Comunitária no Cabula e entorno. Interessamos investigar, se seria possível, para essas mulheres, por meio de práticas democráticas mais autônomas, o acesso a serviços e geração de renda. A visibilidade oferecida pelo desenvolvimento de um turismo de base comunitária nas suas localidades, proporcionaria a essas mulheres maior possibilidade de romper com as múltiplas vulnerabilidades que lhes alcançam? Aproximamo-nos, das atuações e práticas dessas mulheres por meio de um estudo de caso, de caso único, que combinou diferentes técnicas de pesquisa, tais como: entrevista às integrantes do CULTARTE e antigos moradores do antigo quilombo do Cabula; observação, por meio de participações em reuniões, assembleias, cursos e feiras promovidas pelo Coletivo; questionários, aplicados instrumentos quantitativos com as integrantes do CULTARTE, de modo a traçar perfil socioeconômico; análise de documentos, em que reunimos o Regimento do Coletivo, documentos dos órgãos oficiais da Prefeitura Municipal, do Governo do Estado e Federal e documentos históricos, tendo a triangulação como forma de análise dos dados. Essa tese apresenta como produto, um objeto digital “Mapa Cultural” como possibilidade de conferir visibilidade ao Coletivo CULTARTE, por compreendermos que ações de associativismos, cooperação entre mulheres favorece autonomia e empoderamento, contribuindo para a superação de vulnerabilidades, na medida em que possibilita maior visibilidade e espaços na esfera produtiva.

Palavras-chave: Antigo quilombo do Cabula; Coletivo de Arte e Cultura - CULTARTE; Economia Solidária; Estudo de Caso; Autonomia e Empoderamento de Mulheres.

SOUZA, Helaine Pereira de. **Coletivo Cultarte: LIMITS AND POSSIBILITIES FOR AUTONOMY AND EMPOWERMENT OF WOMEN IN THE ANCIENT QUILOMBO FROM CABULA IN BAHIA-BRASIL.** 177f. Tese (Doutorado em Difusão do Conhecimento) – Universidade Federal da Bahia (UFBA), 2018.

ABSTRACT

CULTARTE is a collective of artisans, who began to organize after examining common diagnostic demands to them, in the productive market. These women live in several localities that compose the old quilombo from Cabula in Bahia-Brasil, locus of action of the Community Based Tourism Project in Cabula and surroundings. It is interesting to investigate whether it would be possible for these women, through more autonomous democratic practices, to access services and generate income? Would the visibility offered by the development of community-based tourism in their localities give them greater opportunity to break with their multiple vulnerabilities? We approach the actions and practices of these women through a case study, a single case, which combined different research techniques, such as interviews with members of CULTARTE and former residents of the former quilombo from Cabula in Bahia-Brasil; observation, through participation in meetings, assemblies, courses and fairs promoted by the Collective; questionnaires, quantitative instruments were applied with the members of CULTARTE, in order to draw a socioeconomic profile; analysis of documents, in which we gathered the Collective Regiment, official document of the city hall, documents of the State and Federal Government and historical documents, using triangulation as a form of data analysis. This thesis presents as a product a digital object "Cultural Map" as a possibility to confer visibility to the CULTARTE Collective, because we understand that actions of associations, cooperation among women possibility autonomy and empowerment, contributing to overcoming vulnerabilities, as it allows greater visibility and spaces in the productive sphere.

Key-words: Old quilombo from Cabula; Coletivo de Arte e Cultura - CULTARTE; Solidarity economy; Case study; Autonomy and Empowerment of Women.

SOUZA, Helaine Pereira de. **Coletivo Cultarte: LÍMITES Y POSIBILIDADES PARA AUTONOMÍA Y EMPODERAMIENTO DE MUJERES EN EL ANTIGUO QUILOMBO DEL CABULA**. 177f. Tesis (Doctorado en Difusión de Conocimiento) – Universidad Federal de Bahía (UFBA), 2018.

RESUMEN

El CULTARTE es un colectivo de artesanas, que pasaron a organizarse después de diagnosticar demandas comunes en el mercado productivo. Estas mujeres residen en diversas localidades que componen el antiguo quilombo del Cabula; hoy barrio de Cabula en la ciudad de Salvador; locus de actuación del Proyecto Turismo de Base Comunitaria en el Cabula y su entorno. En este caso interesa investigar si es posible, para esas mujeres, el acceso a servicios y a la generación de ingresos por medio de prácticas democráticas más autónomas. Al mismo tiempo conocer si la visibilidad ofrecida por el desarrollo de un turismo de base comunitaria en sus localidades, proporcionaría mayor posibilidad de romper con las múltiples vulnerabilidades que les alcanzan. Nos acercamos a esas actuaciones y prácticas de este grupo de mujeres por medio de un estudio de caso. Combinamos diferentes técnicas de investigación, como entrevistas a las integrantes del CULTARTE y a los antiguos residentes de lo que fuera el quilombo del Cabula. También se realizaron observaciones a través de la participación en reuniones, asambleas, cursos y ferias promovidas por el Colectivo. Se aplicaron cuestionarios, cuantitativos a las integrantes del CULTARTE, para trazar un perfil socioeconómico y se analizó el Reglamento del Colectivo; otros documentos de los órganos oficiales del Ayuntamiento Municipal, del Gobierno del Estado y Federal y documentos históricos. Siendo la triangulación el formato de análisis de los datos. Esta tesis presenta como producto un objeto digital denominado "Mapa Cultural" con la finalidad de visibilizar las actividades del Colectivo CULTARTE. De esta manera se intenta comprender que acciones asociativas y de cooperación entre mujeres favorecen la autonomía y el empoderamiento y contribuyen a la superación de vulnerabilidades, en la medida en que mejora la visibilidad en los espacios en la esfera productiva.

Palabras - Clave: Antiguo quilombo del Cabula; Coletivo de Arte e Cultura - CULTARTE; Economía Solidaria; Estudio de caso; Autonomía y Empoderamiento de las Mujeres.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Princípios da tese.....	21
Figura 2 - Etapas da Pesquisa	31
Figura 3 - Localidades Antigo quilombo do Cabula	38
Figura 7 - Mapa Conceitual	88
Figura 8 - Identidade Visual CULTARTE.....	94
Figura 9 - Feira CULTARTE	95
Figura 10 - VI ETBCES	98
Figura 11 Campanha Faça uma Pausa.....	99
Figura 12 - Panô de retalhos com o mapa do antigo quilombo do Cabula. Identificação do Grupo CULTARTE.	100
Figura 13- Peças em Papel Machê	117
Figura 14 - Reunião do CULTARTE	119
Figura 15 – Fase Mapa Cultural	132
Figura 16 - Mapa Cultural.....	133
Figura 17 Mapa Cultural – artesãs	134
Figura 18 - Navegação Mapa Cultural.....	134
Figura 19 - Categoriais Mapa Cultural.....	135
Figura 20 - Tela Inicial do Portal TBC	137
Figura 21 - Página do CULTARTE, no Portal TBC Cabula	138
Figura 22 – Espaço TBC Cabula, na UNEB.....	141
Figura 23 - Curso Técnicas de Fuxico sendo oferecido na sala do TBC na UNEB	142

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Localidades.....	105
Gráfico 2 – Atividade	106
Gráfico 3 – Escolaridade	107
Gráfico 4 – Renda	108
Gráfico 5 – Raça/Etnia	110

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Sistematização das concepções de triangulação	33
Quadro 2a – Composição do Mapa Cultural	46
Quadro 2b – Composição do Mapa Cultural	56
Quadro 3 – População Residente – Localidades Cabula	57
Quadro 4 – Rendimento médio das mulheres responsáveis por domicílios.....	58
Quadro 5 – Domicílios particulares permanentes têm mulheres como responsáveis	59
Quadro 2c – Composição do Mapa Cultural	66
Quadro 6 – III ETBCES- Quadro de Artesãos	93
Quadro 7 – Calendário de Realização das Mini-Feiras	95
Quadro 8 – Cronograma de Realização das Feiras, 2017	101
Quadro 9 – Síntese	104
Quadro 10 – Síntese das Categorias Empregadas	128

LISTA DE SIGLAS

CAPES Superior	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CESOL	Centro Público de Economia Solidária
CIENA	Centro Interescolar de Nazaré
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CULTARTE	Coletivo de Arte e Cultura do Cabula
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DMMDC	Doutorado Multi-Institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ETBCES Solidária	Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária
FAPESB	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDG	Índice de Desigualdade de Gênero
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
ITCP	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
MAM	Museu de Arte Moderna da Bahia
MSTB	Movimento dos Sem Teto da Bahia
PEPM	Plano Estadual de Política para as Mulheres
PIB	Produto Interno Bruto
PMS	Prefeitura Municipal de Salvador
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNPM	Plano Nacional de Política para as Mulheres
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
TBC	Turismo de Base Comunitária
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNEB	Universidade do Estado da Bahia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 DELIMITANDO O CAMINHAR	21
2.1 ALICERCES PARA A JORNADA	22
2.2 O ESTUDO DE CASO COMO CAMINHO.....	28
2.3 CONEXÕES E ESCALAS: A TRIANGULAÇÃO.....	31
3 O INSUBMISSO CABULA	37
3.1 CABULA DE RAÍZES, MATRIZES E MATIZES	40
3.2 CABULA É CULTURA.....	47
3.3 O CABULA DAS MULHERES	56
4 MOVIMENTO DE MULHERES, MULHERES EM MOVIMENTO	67
4.1AUTONOMIA, EMPODERAMENTO E SUPERAÇÃO DAS VULNERABILIDADES	69
4.2 APRENDER OS NÓS/ NOS: ECONOMIA SOLIDÁRIA E ASSOCIATIVISMO ...	77
4.3 ROTA ALTERNATIVA: O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA	83
5 CONSTRUINDO SABERES, MODELANDO PRÁTICAS	89
5.1 O CULTARTE.....	89
5.2 MULHERES DO CULTARTE: O QUE ELAS NOS DIZEM.....	102
5.3 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: A VISÃO DE CADA UMA	123
6 APLICANDO SOLUÇÕES/ INTERAÇÕES	129
6.1 O MAPA DA MINA: OU MAPA DE FAZERES.....	130
6.2 ABRINDO PORTAS OU PORTAIS	136
6.3 LOJA CULTARTE	139
CONSIDERAÇÕES FINAIS: Ou a difícil tarefa de por um ponto [não]final	144
REFERÊNCIAS	149
ANEXO 1 – Ícones Mapa Cultural	158
APÊNDICE A - Termo de consentimento livre e esclarecido	159
APÊNDICE B – Espaços Culturais.....	164
APÊNDICE C - Protocolo do Estudo de Caso.....	160

1 INTRODUÇÃO

*Dizem que olhei para trás curiosa.
Mas quem sabe eu também tinha outras razões
(Wisalwa Szymborska)*

São os caminhos que escolhemos que fazem o nosso caminhar. Mas, são as pessoas que encontramos ao longo destes que o tornam possível. Este trabalho que apresentamos trata de pessoas, mulheres, mães, filhas, avós, tias, sobrinhas, solteiras, casadas, viúvas ou não, negras, brancas, não brancas, indígenas, baianas de nascimento ou por acolhida, religiosas, de fé, militantes, voluntárias, trabalhadoras, homoafetivas, heterossexuais, cisgênero. Diversas, que ao longo de suas vidas, aprenderam e ensinaram. Buscamos compreender como o ensinar e o aprender se entrelaçam nas tramas do viver, no cotidiano, onde a vida, de fato, é tecida.

Já na Licenciatura em História, o entrelaçamento do público e do privado, o ser mãe, mulher e militante estavam no bojo das nossas inquietações. E a tentativa de compreender como a casa e a rua eram lados de uma mesma moeda, nos aproximou do Movimento dos Sem Teto da Bahia e das mulheres que enchiam de cores e sentidos a militância do dia a dia.

Seguimos para o mestrado em Família na Sociedade Contemporânea acompanhadas pelas jovens, mães e mulheres do MSTB. Dando continuidade e estendendo as pesquisas outrora iniciadas, ali gênero, geração e classe social se cruzavam e modelavam as práticas cotidianas, para além de territorialidades e de uma cidade de “plástico”.

Ademais, a construção da dissertação, esse *lócus* se constituiu como lentes, perante a nossa visão de mundo. Alarga nossa compreensão do ser mulheres, perante variáveis de espaços e territórios, da condição de classe social, de onde estamos, na esfera produtiva e reprodutiva, das nuances da raça/etnia, do modo que vivenciamos nossa sexualidade.

Na atuação como professora de história, na educação básica e no ensino superior, como formadora de professoras e professores, às questões de gênero, o silêncio ao qual as mulheres estavam submetidas, ao longo do tempo e nas

diferentes sociedades, nos inquietavam e serviram como mote para estudos sobre a representação das mulheres nos livros didáticos e nas licenciaturas.

Ainda marcados pelas questões do público e privado, nos debruçamos, brevemente, sobre a divisão sexual do trabalho doméstico e os espaços ocupados pelas mulheres nas esferas reprodutivas e produtivas.

Nesses caminhos, becos, vielas, jardins, hortas, hortos e ladeiras que a vida apresenta, conhecemos o Projeto Turismo de Base Comunitária no Cabula e Entorno (TBC Cabula), onde mulheres urbanas entrelaçavam saberes e práticas, aprendiam e ensinavam, em um contexto múltiplo, através de tempos e temporalidades. É nessa tessitura de gênero, classes, redes, histórias, práxis que essa pesquisa se desenha e vai se constituindo, nas amarras do que é local e cotidiano.

TBC Cabula é um projeto de pesquisa e extensão desenvolvido pelo grupo de pesquisa Sociedade Solidária, Educação, Espaço e Turismo (SSEETU), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), da Superintendência da Educação Profissional e Tecnológica da Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SUPROT/SEC-BA).

Entre suas ações está a sensibilização, mobilização e formação para o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária, no Cabula e entorno, por meio de assessoria às comunidades. Suas ações são desenvolvidas em 17 localidades. São elas: Arenoso, Arraial do Retiro, Beiru, Cabula, Doron, Engomadeira, Estrada das Barreiras, Fazenda Grande do Retiro, Mata Escura, Narandiba, Novo Horizonte, Pernambués, Resgate, São Gonçalo do Retiro, Saramandaia, Saboeiro e Sussuarana.

Em 2013, passamos a dialogar e atuar com o TBC Cabula, e nessa dinâmica foi possível observar que são as mulheres, a maioria dos agentes que atuam no TBC Cabula. Foi a partir deste diagnóstico que nos aproximamos do Coletivo de Arte e Cultura - CULTARTE, *lócus* dessa pesquisa. O grupo foi formado após o II Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária – II ETBCES, em março de 2012, por artistas e artesãos e artesãs que participaram deste evento, com

o objetivo de se autorganizarem, por meio da autogestão. Assim, emerge o problema que propomos investigar nesse trabalho: como as relações de cooperação, associativismo e experiências do Coletivo CULTARTE podem contribuir para autonomia e empoderamento em contexto do turismo de base comunitária?

Nesse bojo, algumas questões foram fundamentais para nortear o estudo, como: seria possível, para essas mulheres, por meio de práticas democráticas mais autônomas, o acesso a serviços e geração de renda? A visibilidade oferecida pelo desenvolvimento de um turismo de base comunitária nas suas localidades proporcionaria a essas mulheres maior possibilidade de romper com as múltiplas vulnerabilidades que lhes alcançam?

Sem que se ouse pensar em repostas conclusivas, esse trabalho espera contribuir com a discussão e somar esforços para práticas econômicas, para além do capital. Defendemos a tese de que ações de associativismos, cooperação entre mulheres favorece autonomia e empoderamento, contribuindo para a superação de vulnerabilidades, na medida em que possibilita maior visibilidade e espaços na esfera produtiva.

Além dessa investigação, como complementação à proposta de difusão do conhecimento, o trabalho propõe apresentar objeto digital como possibilidade de conferir visibilidade ao Coletivo CULTARTE, composto por mulheres residentes nas localidades de abrangência do projeto de Turismo de Base Comunitária do Cabula.

Para alcançarmos esse objetivo, propomos: 1. Analisar contexto histórico e social das localidades onde residem as mulheres do CULTARTE, correlacionando com seus saberes e práticas; 2. Mapear saberes e práticas das mulheres do Coletivo CULTARTE, observando a difusão desses entre gerações e pares; 3. Verificar a importância do Turismo de Base Comunitária para a organização do coletivo em rede e superação da vulnerabilidade; 4. Elaborar mapa interativo localizando as mulheres do antigo quilombo do Cabula, segundo suas atuações.

O título desse trabalho faz menção ao Coletivo CULTARTE e possibilidades de atuação em terras do antigo quilombo do Cabula¹ e as que viveram e, por seus protagonismos, marcaram a história e geografia do local. Acreditamos que em seu

¹ A definição de Antigo Quilombo do Cabula segue a referência apontada pelas rodas de conversa realizadas entre os anos de 2012 e 2014. Ver mais no capítulo 2.

cotidiano essas mulheres ensinam e aprendem; esse movimento reverbera nos seus saberes e práticas, na autonomia e empoderamento.

No segundo capítulo – Delimitando o Caminhar -, discorreremos sobre a abordagem adotada, o estudo de caso e o fazemos alicerçados em Bakhtin (1986), Lev Vygotsky (1998), Konder (1981), Antonio Gramsci (1999; 1978), Olga Pombo (1969), Frigotto (2012).

No terceiro capítulo – O Insubmisso Cabula –, apresentamos o antigo quilombo do Cabula, sua formação e urbanização, história de luta e resistência. Como esse Cabula se apresenta para nós e como nós o vemos, nos contextos das mulheres que nele habitam. Também nos propomos a apresentar algumas das mulheres que por sua reconhecida atuação, marcam essas localidades, entre elas, a Guerreira Zeferina, a Sacerdotisa Nicácia, Mãe Stella de Oxóssi e tantas outras. Aqui dialogamos com historiadores, geógrafos, sociólogos entre outros, como Raymond Williams (1992), Katia Mattoso (2003), Milton Santos (2008), João Jose Reis (1995; 2003; 2008), Ângela Gordilho-Souza (2008), Janice Nicolin (2007 e 2015), Luciana Martins (2017), estreitando laços entre o local e o global.

No quarto capítulo – Movimento de Mulheres, Mulheres em movimento –, discutimos a autonomia e empoderamento das mulheres, sua inserção na atividade produtiva e a economia solidária. Debruçamo-nos sobre as reflexões do movimento feminista e de mulheres sobre práticas associativistas e cooperativas. Não vamos sós, seguimos, essencialmente, na companhia de mulheres que dedicam ou se dedicaram a compreender como a economia afeta a vida de companheiras em diversas partes do mundo, como Mary Castro (2001), Vanessa Cavalcanti (2005), Isabelle Guérin (2005), Debora Nunes (2002), Katiane Alves (2013), entre outras.

No quinto capítulo – Construindo Saberes, modelando práticas –, as mulheres do CULTARTE, seus saberes e suas práticas dominam a cena. Ainda que suas vozes já estivessem presentes por todo trabalho, aqui, nossa principal referência são as próprias. Seguindo o que orienta Ecleá Bosi (2004), a voz é das mulheres do CULTARTE. São elas que nos apresentarão e problematizarão sobre seus contextos de vivência, suas produções e atos de resistências.

Como fruto desse processo de pesquisa e das experiências manifestadas por essas mulheres, foi possível desenvolver uma aplicação digital – a construção de um

mapa de saberes e práticas – com a proposta de difusão desses saberes, que apresentaremos no capítulo 6 - Aplicando Soluções/ Interações -. Para tal, contamos com o apoio da Capes, por meio da Chamada N. 43/2013. Este recurso viabilizou a construção do mapa possibilitando-nos apenas visualizar a produção dessas mulheres, bem como dar visibilidade as mesmas. Ainda trazemos os resultados que esta aplicação apresenta até o momento.

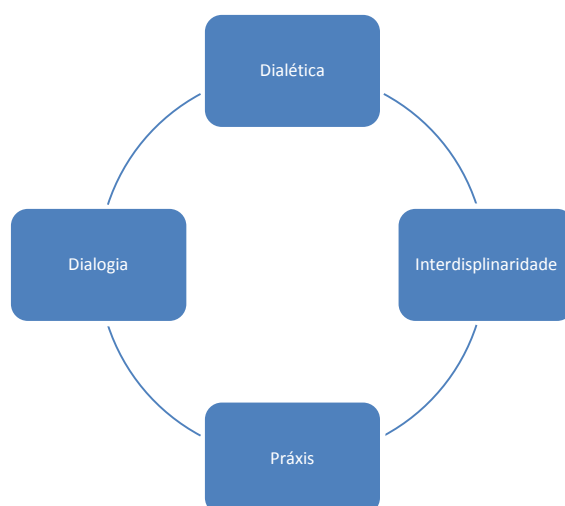
2 DELIMITANDO O CAMINHAR

*Os filósofos limitaram-se a interpretar o mundo de diversas maneiras; o que importa é modificá-lo
(Karl Marx)*

Definidas as questões iniciais desse trabalho, objetivos e questões norteadoras, cabe traçarmos como nos aproximaremos do universo de investigação. Assim, percorreremos por nossas bases epistemológicas, caminhos metodológicos e técnicas de pesquisa que foram empregados de modo a atingir o objetivo proposto. Para esse feito, será utilizada revisão bibliográfica, na qual percorremos autoras e autores que nos ajudaram a basilar o nosso caminhar e a alcançar os objetivos aqui desenhados.

Ao longo dessa jornada, nos valeremos de quatro princípios, centrados numa compreensão de mundo dialética-marxista, a saber: práxis, dialética, dialogia e interdisciplinaridade. Propomos que o nosso posicionamento se situa para “além do capital”², por acreditarmos que “vivemos hoje em um mundo firmemente mantido sob as rédeas do capital, numa era de promessas não cumpridas e esperanças amargamente frustradas, que até o momento só se sustentam por uma teimosa esperança” (MÉSZÁROS, 2011, p. 37).

Figura 1 – Princípios da tese



Fonte: Própria Autora, 2018.

² A citação faz menção ao título do livro de István Mészáros, no qual o autor traça uma crítica ao capital, suas formas e mecanismos de funcionamento.

2.1 ALICERCES PARA A JORNADA

*O que vale na vida não é o ponto de partida e sim a caminhada
(Cora Carolina)*

Epistemologia, segundo Araujo (2012), tem sido compreendida sob três óticas: I. Estudo do conhecimento, limites, valores, origens, sinônimo de teoria do conhecimento ou gnosiologia; II. Filosofia da ciência. Estudo crítico dos princípios, hipóteses e da produção do conhecimento das diversas ciências, foco na estrutura cognitiva; III. Campo da filosofia que estuda o conhecimento, seus alcances e limites. Envolvendo, assim, suas metodologias e teorias.

Assumindo que as bases da epistemologia estão plantadas sob o signo da ideologia, definida para Löwy (2010), a partir da obra de Mannheim, como o conjunto de representações, concepções, ideias e teorias que legitimam a ordem estabelecida, admite-se nesse bojo, que a perspectiva de outra ciência, aponta se como uma utopia, no sentido atribuído também por Mannheim, que seriam ideias, teorias e representações que anseiam outra realidade, ainda não existente. Pensando nessas visões sociais de mundo, ao questionarmos a ciência, valemo-nos de Gramsci (1978) ao afirmarmos que a ciência é uma ideologia, e, portanto, uma superestrutura, que envolve processos históricos e luta de classes.

Para tanto, como dito, a pesquisa sustenta-se, no sentido de alicerce, em quatro pressupostos epistemológicos: Práxis, Dialogia, Dialética e Interdisciplinaridade.

Para compreender **Práxis** nos valem do sentido atribuído por Antônio Gramsci (1999), ou seja, Práxis é a união da teoria e da prática, e na sua inversão. Não em um sentido raso, tão alardeado aos quatro cantos da academia ou demais espaços da sociedade. Na concepção gramsciana, não há subordinação entre o teórico e prático e nem o seu contrário. Teorização não é dicotômica a trabalho. Uma vez que, o próprio pensamento deve ser compreendido como labor e a práxis se situa no cotidiano da existência dos seres humanos. Em outras palavras, “para a filosofia da práxis, o ser não pode ser separado do pensamento, o homem da natureza, a atividade da matéria, o sujeito do objeto; se essa separação for feita, cai-

se numa das muitas formas de religião ou na abstração sem sentido” (GRAMSCI, 1999, p. 175).

No pensamento de Gramsci, há uma relação dialética entre a ciência e a vida. Ao passo em que as posições mestre e aluno se confundem ou se fundem, na medida em que "todo mestre sempre é aluno e todo aluno sempre é mestre" (GRAMSCI, 1978, p. 37).

Como filósofo e militante político, o referido autor acredita que fazer ciência está vinculado a um agir político, na medida em que torna o real, por meio do conhecimento científico, inteligível a todas as pessoas e classes fornecendo substratos para modificar a sociedade, numa busca pelo conhecimento crítico, autônomo e criativo.

Uma filosofia da práxis só pode apresentar-se, inicialmente, em atitude polêmica e crítica, como superação da maneira de pensar precedente e do pensamento concreto existente (ou mundo cultural existente). E, portanto, antes de tudo, como crítica do “senso comum” (GRAMSCI, 1999, p. 101).

Partindo da compreensão de que todos os seres humanos são intelectuais, a partir das suas práticas e da atuação do cotidiano, para Gramsci, a filosofia da práxis é uma “crítica do ‘senso comum’ (e isto após basear-se sobre o senso comum para demonstrar que ‘todos’ são filósofos e que não se trata de introduzir uma ciência na vida individual de ‘todos’, mas de inovar e tornar ‘crítica’ uma atividade já existente)” (GRAMSCI, 1978, p. 18).

Assim, não existiria conhecimento ou mesmo ciência não implicada. Afinal, mesmo os saberes “oficiais”, não são óbvios, tampouco dados. São descobertos e organizados seguindo a lógica da sociedade ou do grupo social que o produz. Frisamos que, ao “desconfiar” dos saberes “oficiais”, não estamos saindo de um dogmatismo para outro. Ainda que respeitemos os saberes populares e “desorganicidade e fragmentariedade”, não o façamos sem uma leitura e olhar crítico, atento às crenças e senso comum. Numa relação dialética, o distanciamento crítico ocorre em ambos os saberes (SEMERARO, 2001).

Rosa de Luxemburgo, que se dedicou a compreender a Revolução Russa e ação do proletariado, resume a práxis na compreensão que “não é a letra do estatuto, mas o sentido e o espírito nela introduzidos pelos militantes ativos que determinam o valor de uma forma de organização” (1991, p. 49). Desse modo, por

meio da organização e da consciência de classe, como ação pedagógica da luta, que as classes populares conseguiriam se organizar perante as contradições do capitalismo.

Afinal, em seu ponto de vista, “precisamos admitir francamente: os erros cometidos por um movimento operário verdadeiramente revolucionário são, do ponto de vista histórico, infinitamente mais fecundos e valiosos que a infalibilidade do melhor ‘comitê central’” (LUXEMBURGO, 1991, p. 59).

No que se refere aos estudos de gênero, Mary Castro (2001, p.107) afirma que "a ênfase na materialidade da vida social, exige resgates históricos específicos, no plano de práxis política, isto é, desenvolver crítica teórica com análises sobre a diversidade de situações vividas por mulheres de setores populares e com participação organizacional".

Na compreensão de Dialética, sem ignorar a multiplicidade de pensadores que se debruçaram sobre o conceito, nos valeremos do conceito na obra de Marx (1996) e nos estudos posteriores que se dedicaram a uma análise sobre o mesmo.

Em suas obras, muito embora a dialética seja elemento central, Marx não teve tempo de conceituá-la. No Livro I do Capital, O Processo de Produção do Capital, em negação ao conceito elaborado por Hegel, e se afirmando com uma antítese completa a este, temos muitos índices do que a dialética não é.

A dialética, como modo de pensar, suporta mal qualquer tentativa de defini-la. Algumas das suas características mais importantes, contudo, podem ser determinadas proximativamente. Podemos constatar, por exemplo, que ela depende essencialmente da capacidade do sujeito de apreender o novo e a contradição (KONDER, 2003, p. 7).

Carlos Nelson Coutinho (COUTINHO *apud* KONDER, 1998, p.46).
afirma que,

A dialética não pensa o todo negando as partes, nem pensa as partes abstraídas do todo. Ela pensa tanto as contradições entre as partes (a diferença entre elas: a que faz de uma obra de arte algo distinto de um panfleto político) como a união entre elas (o que leva a arte e a política a se relacionarem no seio da sociedade enquanto totalidade).

O ser humano e a humanidade estão em constante modificação. Todavia, há aspectos que perduram na História. Ou seja, as mudanças são compostas de negação, mas também de preservação. Interessa à dialética observar continuidades

e rupturas, ao longo da história. Mudanças e permanências são categorias reflexivas, não podem ser pensada uma sem a outra. Ao mesmo tempo, que não são repentinas. Afinal, “são os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação” (MARX, ENGELS, 2007, p. 86-87). Em suma, acreditamos que:

Sem se entregar a uma visão irracionalista da história, Marx abre caminho para uma dialética que pode superar o determinismo, isto é, pode acolher a riqueza do subjetivo na objetividade, ou, em outras palavras, pode continuar respeitando a necessidade e ao mesmo tempo pode assimilar a liberdade (sem estreitá-la). (KONDER, 2003, p. 3).

Neste trabalho, chamamos de dialética o modo de pensarmos as contradições da realidade. Na compreensão que a realidade é, por essência, contraditória e está em constante transformação, que ocorre, eminentemente, pelo diálogo entre seres humanos. Nas palavras de Rosa de Luxemburgo (2002), a realidade “oscila constantemente entre as contradições”, ou seja, dialética precede movimento e está longe de ser estático.

Na compreensão da dialogia, reuniremos pontos de convergências de dois pensadores. A saber: o russo Mikhail Bakhtin nascido em 1895; Lev Vygotsky, também russo, nasceu no ano de 1896. Para os dois, a vida em sociedade é fundamental para a aprendizagem. Ou seja, o ser humano e sua “natureza” seriam modificados com as mudanças na sociedade e na via material. Assertiva é discutida e formulada na obra de Karl Marx e que os autores desenvolveram nos seus campos de atuação (BAKHTIN, 1986; VYGOTSKY, 1998).

Compreendemos, então, que a formação do ser humano depende do contato com outros. E, portanto, das relações sociais, culturais, históricas e políticas, ou seja, os diálogos que são estabelecidos, ao longo da vida. Para Vygotsky, “o aprendizado humano é de natureza social, estando assim seu desenvolvimento intelectual interligado ao desenvolvimento intelectual dos indivíduos que o cercam” (*apud* SANTOS, 2014, p. 75).

Com a ideia do dialogismo, Bakhtin abriu espaço para a compreensão da interação/mediação, também vista por Vygotsky, na qual um sujeito em diálogo com outro constrói um pensamento e, conseqüentemente, o conhecimento. O dialogismo é a ligação de um enunciado a outros, enfim, torna-se a interlocução de vários pensamentos em uma fala em particular (RAMOS, 2013, p. 100).

Faz-se necessário demarcar que o conceito de diálogo defendido não se dá apenas com duas ou mais pessoas postas em mesmo espaço e tempo, diante umas das outras. Aqui, o diálogo abrange as formulações elaboradas por cada indivíduo, mesmo antes de ser enunciado, quando esse projeta as possibilidades de interlocução e o faz baseado no seu conhecimento, na sua vivência e sistemas de crenças. Nas palavras de Marx (1996, p. 486-7), “toda leitura reconstrói a obra a partir das ruínas dela deixadas como registros gráficos sobre o papel”. Ou seja, sujeitos elaboram e constroem sua visão de mundo a partir da interlocução, numa cadeia de reações (VYGOTSKY, 1998).

Assim, o diálogo é parte inerente do ser humano, que se constitui a partir das relações com os outros. Portanto, “linguagem é um conjunto de ações e de conceitos determinados e não, simplesmente, de palavras gramaticalmente vazias de conteúdos (...) esta contida uma concepção de mundo” (GRAMSCI, 1978, p. 11). Neste sentido, “O dialogismo define as relações languageiras, as práticas discursivas e, mais do que isso, a visão de mundo de Bakhtin” (MARCUIZZO, 2008, p. 9). Em outras palavras, trata-se de pensar a língua para além dos estudos da linguística.

Situada em um programa de doutorado multidisciplinar, essa pesquisa não poderia assumir outra forma que não os caminhos da interdisciplinares. Presente desde a introdução, até a escolha dos autores e das autoras, esta empreitada marca uma tentativa, não apenas de sair da zona de conforto da pesquisadora, licenciada em História, mas por uma compreensão mais integral, integrada e integradora da pesquisa. Esse é um desafio de romper as fronteiras artificiais do conhecimento, e superar a ideia equivocada, disseminada na ciência contemporânea, que o todo é a soma das partes. “Por isso a interdisciplinaridade é o lugar onde se pensa hoje a condição fragmentada das ciências e onde, simultaneamente, se exprime a nossa nostalgia de um saber unificado” (POMBO, 2005, p. 6).

Assume-se que não estamos certas que esse esforço foi por completo atingindo. Afinal, a totalidade ainda está posta mais como meta do que objetivo tangível. “(...) nenhum sujeito individual dá conta de exaurir determinada problemática. Este esforço é sempre acumulativo e social” (FRIGOTTO, 2012, p. 48). Todavia, o esforço aqui empreendido se ampara, como os pressupostos debatidos acima, que “sem interesse real por aquilo que o outro tem para dizer não se faz interdisciplinaridade” (POMBO, 2005, p. 13).

Héctor Ricardo Leis aponta como a interdisciplinaridade tem sido banalizada e chama a atenção para a necessidade "de entender o fenômeno muito mais como uma prática em andamento, que como um exercício orientado por epistemologias e metodologia perfeitamente definidas" (LEIS, 2007, p.3).

Então, o autor chama atenção de que mais importante do que se envolver na teorização, na homogeneização e enquadramento conceitual é operar em práticas interdisciplinares, salvaguardando o caráter inovador e experimental dessa prática.

Olga Pombo (2005) comunga da ideia de banalização do termo. Numa reflexão sobre o significado da interdisciplinaridade, a autora sugere que multidisciplinaridade, a pluridisciplinaridade, interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade são uma "tentativa de romper o caráter estanque das disciplinas. Mas que essa tentativa se pode fazer em diferentes níveis, em diferentes graus" (POMBO, 2005, p. 5).

A história da interdisciplinaridade se confunde, portanto, com a dinâmica viva do conhecimento (...). Num sentido profundo, a interdisciplinaridade é sempre uma reação alternativa à abordagem disciplinar normalizada (seja no ensino ou na pesquisa) dos diversos objetos de estudo. Existem sempre, portanto, várias reações interdisciplinares possíveis para um mesmo desafio do conhecimento (LEIS, 2007, p.5).

Gaudêncio Frigotto (2012, p. 42, grifos do autor) compreende "a interdisciplinaridade como uma necessidade (**algo que historicamente se impõe como imperativo**) e como problema (**algo que se impõe como desafio a ser decifrado**)". Ao longo do escrito, discorrere sobre essas duas questões. A necessidade estaria na forma dos seres humanos se produzirem como "ser social e enquanto sujeito e objeto do conhecimento social" (FRIGOTTO, 2012, p. 43).

A necessidade da interdisciplinaridade na produção do conhecimento funda-se no caráter dialético da realidade social que é, ao mesmo tempo, una e diversa e na natureza intersubjetiva de sua apreensão, caráter uno e diverso da realidade social nos impõe distinguir os limites reais dos objetos para a investigação não é fragmentá-lo, ou limitá-lo arbitrariamente (FRIGOTTO, 2012, p. 43-4).

Ao que se refere ao problema, o autor afirma que:

Primeiramente, a interdisciplinaridade se apresenta como problema pelos limites do sujeito que busca apresentar como problema pelos limites do sujeito que busca construir o conhecimento de uma determinada realidade e de outro pela complexidade desta realidade e seu caráter histórico (FRIGOTTO, 2012, p. 47).

Em suma, o que podemos afirmar é que esses conceitos estão imbricados, se somam e se complementam de modo interdisciplinar, onde esse trabalho se localiza. Compreendemos que essa complementariedade ocorre de maneira cíclica, sem que pudéssemos definir onde cada um começa ou encerra, em outras palavras, são partes de uma mesma engrenagem.

Ademais, acreditamos que tal perspectiva epistemológica pode contribuir para os estudos de gênero e sobre mulheres, ao passo que “é necessário analisar gênero no bojo da contradição entre capital e trabalho e das forças sociais conflitantes das classes fundamentais que determinam essa contradição” (CISNE, 2005). Para Castro (2001), esta perspectiva enfatiza a vida social de modo que não se separa a divisão social do trabalho, identidades e corpos. Não separando opressões vividas dos indivíduos.

Adiante, discutiremos as nuances do Estudo de Caso, metodologia adotada na construção desse trabalho.

2.2 O ESTUDO DE CASO COMO CAMINHO

A origem do estudo de caso enquanto metodologia de pesquisa não é consenso entre os estudiosos que se debruçaram sobre o assunto. Ventura (2007) acredita que está situado na pesquisa médica e psicológica. Mas, também aponta para os estudos antropológicos de Malinowski e na Escola de Chicago, na difusão dessa metodologia.

Empregado para compreender objetos de estudos nas suas peculiaridades, no seu caso unitário, o estudo de caso tem sido empregado nos mais diferentes campos, jurídico, administrativo e organizacional, na antropologia, educação, sociologia, planejamento comunitário, assistência social, ciência política, além da área de saúde, já mencionada. Compreendemos que:

Estudo de caso como modalidade de pesquisa é entendido como uma metodologia ou como a escolha de um objeto de estudo definido pelo interesse em casos individuais. Visa à investigação de um caso específico, bem delimitado, contextualizado em tempo e lugar para que se possa realizar uma busca circunstanciada de informações (VENTURA, 2007, p. 384).

Trata-se de uma metodologia aplicada para avaliar ou descrever situações dinâmicas em que o elemento humano está presente (MARTINS, 2008, p. 11). Para Robert Yin (2015), em seu livro “Estudo de caso: planejamento e método”, dedica-se às etapas para o estudo de caso. “O estudo de caso investiga um fenômeno contemporâneo em seu contexto de mundo real, especialmente, quando as fronteiras entre o fenômeno e contexto puderem não estar claramente evidentes” (YIN, 2015, p.2). Sobre as aplicações explica:

A mais importante é *explicar* os presumidos vínculos casuais nas intervenções da vida real que são demasiado complexos para as estratégias de levantamento ou experimentais. Uma segunda aplicação é *descrever* uma intervenção e o contexto da vida real no qual ela ocorre. Em terceiro lugar, os estudos de caso podem *ilustrar* determinados tópicos em uma avaliação, novamente em um modo descritivos. Em quarto lugar, a estratégia de estudo de caso pode ser usada para *explorar* as situações em que a intervenção sendo avaliada não possui um único e claro conjunto de resultados (YIN, 2015, p. 20, grifos do autor).

Ao investigarmos o CULTARTE, no desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária, que discutiremos no capítulo 4, acolhemos o estudo de caso como metodologia para essa investigação, por entendermos que o caso se refere a um contexto de experiências do cotidiano, realizado por iniciativa deste coletivo de mulheres, ao se identificarem dentro de práticas do TBC Cabula. Atenta-se que no estudo de caso cabem estudos de casos únicos e múltiplos. E abordagens qualitativas e quantitativas. Aqui, traremos um caso único e privilegiaremos uma abordagem qualitativa, embora em alguns momentos dados sócio demográficos sejam apresentados. Ressalta-se, ainda, que não se trata de amostragem e que, a partir de um estudo de caso, é possível “expandir e generalizar teorias (generalização analítica) e não inferir probabilidades (generalização estatística)” (YIN, 2015, p. 22).

Como caso, compreendemos “uma unidade específica, um sistema delimitado cujas partes são integradas” (MARTINS, 2008, p. 10). Nosso caso é o CULTARTE, e sua variedade de fatores e relacionamentos. O estudo de caso é próprio para a construção de uma investigação empírica que centra a pesquisa em contexto real – pesquisa naturalística – com pouco controle do pesquisador sobre eventos e manifestações do fenômeno.

Embora não haja rigidez na condução do estudo de caso, como método, Ventura (2007) aponta algumas etapas a serem consideradas e que foram adotadas por esse trabalho. A saber:

a) delimitação da unidade-caso: de iniciativa dos/as próprios/as agentes, o CULTARTE nasce dentro de uma das atividades do Projeto de Turismo de Base Comunitária, com a ideia de reunir diferentes artistas/artesãos das localidades que abrangem o TBC Cabula. Além de reunir, majoritariamente, mulheres. Por isso, ao investigar se as práticas de Turismo de Base Comunitária, em um espaço urbano, se configuram como elemento potencializador do empoderamento de mulheres, opta-se pelo CULTARTE, por acreditarmos que este caso pode ser ilustrativo para compreensão e possíveis generalizações;

b) coleta de dados: adotou vários procedimentos, entre eles, entrevista às integrantes do CULTARTE³ e antigos moradores do antigo quilombo do Cabula; observação, por meio de participações em reuniões, assembleias, cursos e feiras promovidas pelo Coletivo; questionários, aplicados instrumentos quantitativos com as integrantes do CULTARTE, de modo a traçar perfil socioeconômico; análise de documentos, em que reunimos o Regimento do Coletivo, documentos dos órgãos oficiais da Prefeitura Municipal, do Governo do Estado e Federal e documentos históricos;

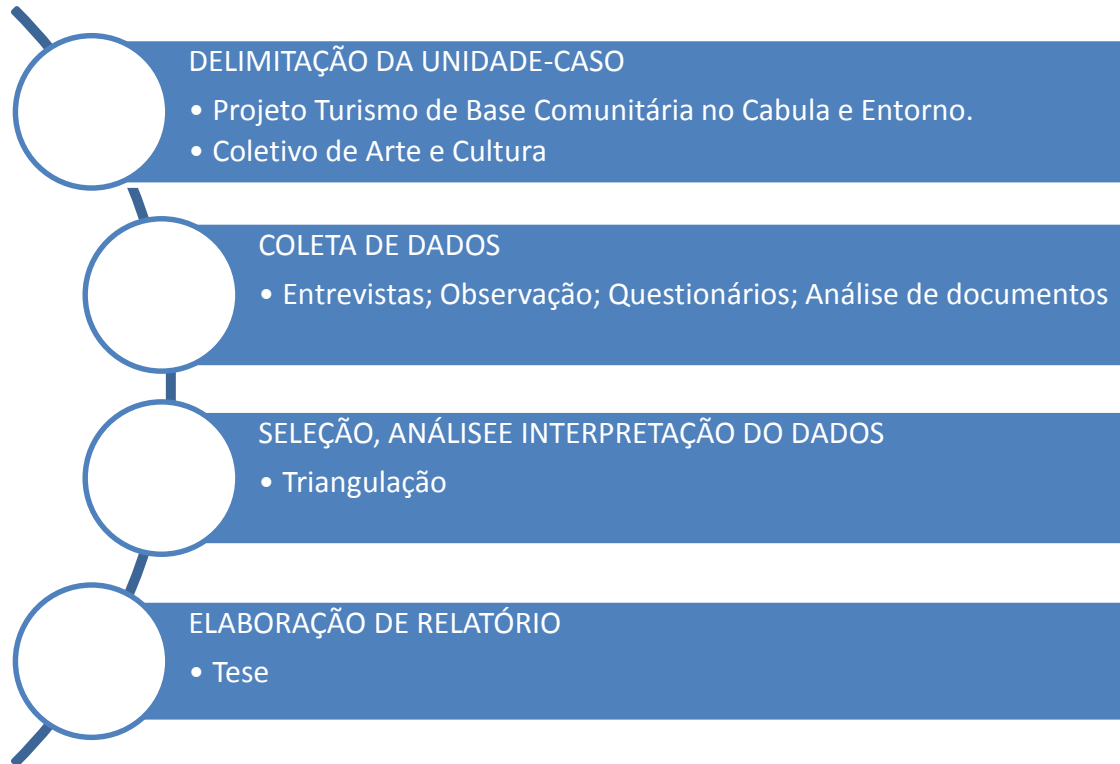
c) seleção, análise e interpretação dos dados: advogando que todos os dados levantados durante o trabalho de campo oferecem elementos ricos para a compreensão do CULTARTE, adotamos a triangulação como forma de análise dos dados. Adiante, discorreremos sobre as especificidades da estratégia de análise;

d) elaboração do relatório: no contexto de desenvolvimento do doutoramento, o relatório dos caminhos e resultados da pesquisa é a tese que ora apresentamos, na qual descreveremos os procedimentos adotados e análise dos dados. Em suma,

Em um estudo de caso, análises e reflexões estão presentes durante os vários estágios da pesquisa, particularmente quando do levantamento das informações, dados e evidências, em situações em que resultados parciais sugerem alterações, correções de rumo. A sistematização e organização de rascunhos, notas de observações, transcrições, registros de comentários, diários, opiniões etc. são coligidos em campo e indexados segundo algum critério definido no protocolo do estudo (MARTINS, 2008, p. 10).

³ Ver Apêndice A.

Figura 2 - Etapas da Pesquisa



Fonte: Própria Autora, 2018.

Diante dos dados coletados, nos dispomos a análise e interpretação por meio da triangulação. O protocolo de pesquisa desenvolvido encontra-se no Apêndice c.

2.3 CONEXÕES E ESCALAS: A TRIANGULAÇÃO

Maria Cecília Minayo (2012) alerta que teoria, métodos e técnicas são interdependentes e estão condicionadas ao universo de investigação. Essa alquimia soma-se às características das investigadoras que temperam o trabalho. Neste tripé, é importante ter ciência de onde partimos e estamos imbricados, por isso, o contexto da observação não pode ser esquecido e será apresentado no capítulo 3.

Fazer ciência é trabalhar simultaneamente com teoria, método e técnicas, numa perspectiva em que esse tripé se condicione mutuamente: o modo de fazer depende do que o objeto demanda, e a resposta ao objeto depende das perguntas, dos instrumentos e das estratégias utilizadas na coleta dos

dados. À trilogia acrescento sempre que a qualidade de uma análise depende também da arte, da experiência e da capacidade de aprofundamento do investigador que dá o tom e o tempero do trabalho que elabora (MINAYO, 2012, p. 622).

Minayo chama atenção, ainda para os substantivos das pesquisas qualitativas que, na perspectiva da autora, seriam quatro: experiência, vivência, senso comum e ação. A experiência está relacionada como os seres humanos compreendem a si próprios e aos que os rodeiam. A vivência é resultado de uma reflexão pessoal a partir do que foi experienciado. É pessoal e intransponível mesmo para indivíduos que passaram pela mesma experiência. O senso comum é o que resulta da síntese entre a experiência e a vivência. Enquanto a ação, humana e/ou social é “definida como o exercício dos indivíduos, dos grupos e das instituições para construir suas vidas e os artefatos culturais, a partir das condições que eles encontram na realidade” (MINAYO, 2012, p. 622).

Para alcançar as premissas identificadas por Minayo, no bojo de relações estabelecidas pelo CULTARTE, nos valeremos da triangulação. Ao passo que “a triangulação permite que o fenômeno em estudo seja abordado de diferentes formas, ou por meio de métodos múltiplos, em tempos e com bases em fontes diferentes” (ZAPPELLINI; FEUERSCHÜTTE, 2015, p.244).

Zappellini e Feuerschütte (2015) empreenderam uma sistematização que reúne o conceito de triangulação atribuído por diferentes autores (Quadro 1).

Quadro 1- Sistematização das concepções de triangulação

AUTOR(ES)	CONCEITO
Denzin (1970) Denzin e Lincoln (2005)	Combinação de diferentes metodologias para analisar o mesmo fenômeno, de modo a consolidar a construção de teorias sociais.
Patton (2002)	Combinação de diferentes fontes e métodos de coleta de dados.
Davidson (2005)	Combinação de diferentes fontes e métodos de coleta de dados, em que a análise desses dados é feita em conjunto, e não considerando dados individuais.
Flick (2009a; 2009c; 2013)	Combinação de diferentes métodos, grupos de estudo, ambientes, períodos de tempo e perspectivas teóricas para lidar com um fenômeno. Estudo de um tema e um problema de pesquisa com base em duas perspectivas privilegiadas, assumindo diferentes visões a respeito da questão de pesquisa e combinando diferentes tipos de coleta de dados sob a mesma abordagem teórica para a produção de mais conhecimento do que seria possível com base em uma só perspectiva.
Stake (2005; 2011)	Método que utiliza dados adicionais para validar ou ampliar as interpretações feitas pelo pesquisador, adotando diferentes percepções para esclarecer o significado, por meio da repetição das observações ou interpretações.

Fonte: Zappellini e Feuerschütte, 2015.

Assim, compreendemos por triangulação:

um procedimento que combina diferentes métodos de coleta e de análise de dados, diferentes populações/sujeitos (ou amostras/objetos), diferentes perspectivas teóricas e diferentes momentos no tempo, com o propósito de consolidar suas conclusões a respeito do fenômeno que está sendo investigado (ZAPPELLINI e FEUERSCHÜTTE, 2015, p.246-7).

Zappellini e Feuerschütte (2015) realizaram uma revisão sobre o conceito e utilização da triangulação, por meio do estudo de diversos autores, propõem cinco tipologias. São estas: a) Triangulação de dados/fontes: são levantados e considerados diferentes de dados, sem uso de distintos métodos. Esses dados são coletados a partir de momentos, locais e pessoas distintas; b) Triangulação de investigadores: diferentes entrevistadoras e/ou investigadoras se debruçam sobre o objeto da pesquisa, de modo a minimizar vieses. Os dados obtidos devem ser comparados. Diante da dificuldade de se compor um grupo para esse tipo de aplicação, pode-se, ainda, submeter os dados coletados por uma pesquisadora a um grupo de pesquisadoras com o objetivo de discutir interpretações coletivas. Tal procedimento forneceria triangulação de teoria, devido às diferentes formações

dessas pesquisadoras; c) Triangulação de teoria: diferentes perspectivas teóricas e hipóteses são utilizadas na abordagem dos dados; d) Triangulação metodológica: utiliza-se formas distintas de coletar dados, havendo a possibilidade de combinar dados qualitativos e quantitativos, todos em consonância com as questões norteadoras da pesquisa; e) Triangulação interdisciplinar: é a junção de teoria e prática de diferentes disciplinas para trabalhar o problema de pesquisa. Nesse trabalho, adotaremos a triangulação metodológica e a triangulação interdisciplinar.

Sobre os resultados, a triangulação pode apontar para a convergência, para a complementação e mesmo para a divergência ou contradição. Todas essas possibilidades precisam ser tratadas com o devido rigor, e compõem parte elementar da análise pretendida.

Sem que passemos por um ideal positivista que determina que as pesquisas qualitativas precisem ser validadas todo tempo, ou que o erro possa ser banido das investigações qualitativas, ou de qualquer exemplo de investigação, advogamos que a triangulação permite uma maior aproximação com campo de investigação. Assim, não se trata de aumentar a confiabilidade e sim somar elementos que favoreçam uma análise mais real e próxima diante da complexidade que é a experiência humana, em especial, no coletivo.

Acrescentamos, ainda, que muito embora se utilize diversas fontes de coleta de dados, os dados são analisados no conjunto; as conclusões são extraídas do todo. Cientes que muito dos dados que obtivemos permeiam a memória das entrevistadas, discutiremos as nuances da memória, a seguir.

2.3.1 Trilhas da Memória

*Mas as coisas findas
muito mais que lindas,
essas ficarão.
(Carlos Drummond de Andrade)*

Sem negar a carga ideológica dos nossos traços epistemológicos, não poderíamos compreender essa pesquisa sem o pressuposto do ouvir, do dialogar. Por isso, o trabalho que apresentamos é, também, um passeio pela memória de mulheres que nos permitiram, por meio oralidade, conhecer suas trajetórias, vivências, caminhadas e planos para o futuro.

A entrevista é resultado do encontro entre entrevistada/colaboradora e pesquisadora, que não se deu apenas no momento agendado, mas sim durante nosso processo de acompanhamento do grupo CULTARTE, sejam feiras, cursos, reuniões pois acreditamos que “da qualidade do vínculo vai depender a qualidade da entrevista” (BOSI, 2003, p. 60).

Essa trajetória nos permitiu laços de confiança mútua, e podemos perceber como isso se revela ao longo das entrevistas. Para nós, seria “O enlace da memória com *modos de narrar*” (MEIHY; HOLANDA, 2013, p.14):

A entrevista de história oral é sempre um processo dialógico, isto é que demanda a existência de pelo menos duas pessoas em diálogo. [...]. O contato direto, de pessoas a pessoa, interfere de maneira absoluta nas formas de exposição das narrações (MEIHY; HOLANDA, 2013, p.19).

As entrevistas foram realizadas em local, data e hora escolhida pelas entrevistadas/colaboradoras, seguindo alerta de Meihy e Holanda (2013, p. 56). Assim, essas mulheres puderam escolher locais que lhe permitissem afinidade, segurança ou mesmo contar com objetos que acionam suas memórias e que, por diversas vezes, foram utilizados para ilustrar ou comprovar determinada fala. Afinal, “se não fosse assim, a entrevista teria algo semelhante ao fenômeno da mais-valia, uma apropriação indébita do tempo e do fôlego do outro” (BOSI, 2003, p. 61). Seguindo essa linha, acreditamos que:

Narrador e ouvinte irão participar de uma aventura comum e provarão, no final, um sentimento de gratidão pelo que ocorreu: o ouvinte, pelo que aprendeu; o narrador, pelo justo orgulho de ter um passado tão digno de rememorar quanto o das pessoas ditas importantes (BOSI, 2003, p.61).

Embora, essa aproximação com os sujeitos da pesquisa possibilite uma maior interação e possibilidade de inserção no campo, não significa dizer que se faz desnecessário a atenção de análise e procedimentos que é inerente da fonte oral, aqui entendida como “a documentação oral quando apreendida por meio de gravações eletrônicas feitas com o propósito de registro torna-se *fonte oral*” (MEIHY, HOLANDA, 2013, p.14. grifo dos autores). Ecléa Bosi (2003) atenta para as distâncias e aproximações entre o tempo vivido e o tempo da memória, que o narrador nos traz:

Pela memória, o passado não só vêm à tona das águas presentes, misturando com as percepções imediatas, como também empurra, “desloca” estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece

como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora (BOSI, 2003, p. 36).

Esse campo empírico que nos aproximamos, por meio da fonte oral “é o reino da percepção registrada e nele mora a subjetividade” (MEIHY; HOLANDA, 2013, p. 123). “A fonte oral sugere mais que afirma, caminha em curvas e desvios obrigando a uma interpretação sutil e rigorosa” (BOSI, 2003, p. 21).

Se diante do exposto, do entrelace entre presente e passado, permeados pela subjetividade, optamos por trabalhar com o oral é porque estamos certas de que:

A memória oral é um instrumento precioso se desejarmos constituir a crônica do cotidiano [...]. A história, que se apoia unicamente em documentos oficiais, não pode dar conta das paixões individuais que se escondem atrás dos episódios (BOSI, 2003, p.15).

Ainda que recaia sobre a subjetividade, sobre a identidade dos sujeitos, as experiências individuais são resultados do processo e do construir por meio da interação social. Desse modo, acreditamos que o importante desses experimentos é o vislumbrar de possibilidades, de aprendizagem, de comunicação e inclusão de mais pessoas e mais comunidades nas ações positivas que o turismo pode dinamizar (CORIOLANO *et al.*, 2009, p. 57).

Após definirmos os alicerces do caminhar, o convite para adentrar no antigo quilombo Cabula está posto. Seguiremos por sua história, cores e nuances de seus moradores e suas moradoras.

3 O INSUBMISSO CABULA⁴

*Caminhos, encruzilhadas,
Becos, vielas, quebradas,
Ladeiras que se despencam,
Caminhos que se bifurcam (...)
(Myriam Fraga)*

O antigo quilombo do Cabula é parte da rede de significados da população que habita ainda hoje a região do Cabula e entorno. Por isso, o Cabula que trataremos aqui situa-se no seu contexto histórico, marcado por lutas e resistências, na sua ocupação urbana e nas nuances das permanências culturais. Assim, ao defender o *lócus* dessa pesquisa como o espaço do antigo quilombo do Cabula não apenas faz menção à historicidade, como configura o sentimento de pertencimento de um grupo ao entender que as tessituras cotidianas estão ligadas à sua ancestralidade. Desse modo, partindo dos conceitos desenvolvidos pelo geógrafo baiano Milton Santos (2008), defendemos que não estamos apenas diante de um território. Afinal:

A configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens super impuseram a esses sistemas naturais. A configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida anima (SANTOS, 2008, p. 38).

O que delimita as 17 localidades, área de atuação do TBC Cabula, como antigo quilombo do Cabula é o modo com seus habitantes o percebem e contextualizam suas referências com o lugar, afinal, interessa-nos passado, presente e as relações que ali se manifestam.

Diante destas ideias, compreende-se que o espaço, seja uma casa, uma rua, um bairro, ou a própria cidade, uma vez experienciado, é dotado de símbolos, signos e significados que permite desenvolver um conhecimento sobre este, um sentimento familiaridade. Neste momento, o espaço se torna um lugar (GOUVEIA, 2010, p. 36).

Assim, compreendendo que o antigo quilombo do Cabula é espaço dessa pesquisa (Figura 3), pelas razões já expostas, enfatiza-se que nos referiremos a

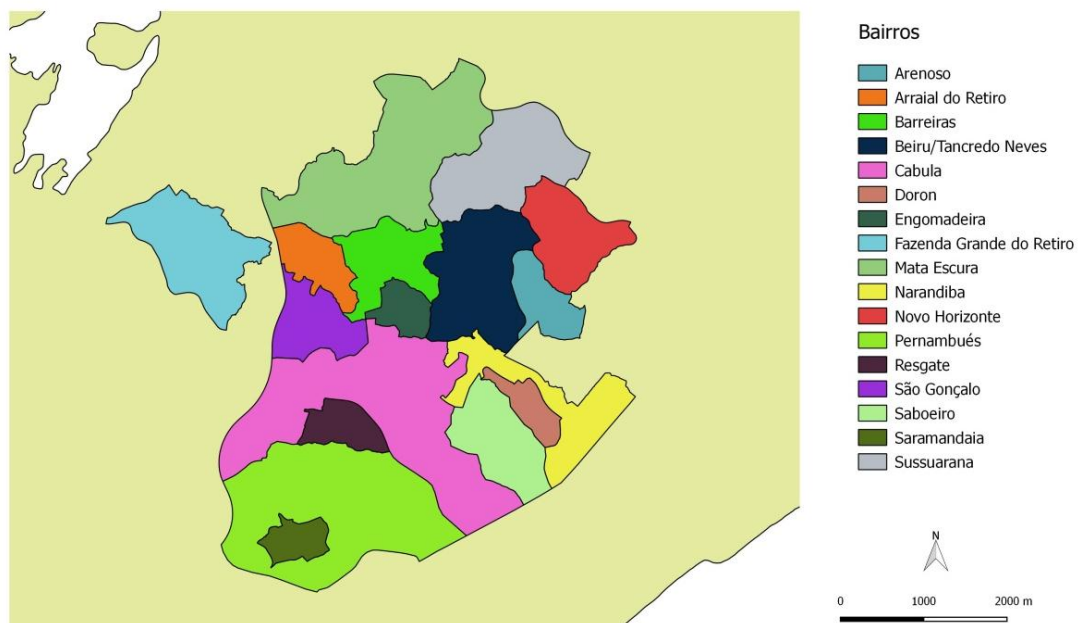
⁴O título faz menção ao termo cunhado por João José Reis, em *Rebelião Escrava no Brasil* (2003).

Arenoso, Arraial do Retiro, Beiru⁵, Cabula, Doron, Engomadeira, Estrada das Barreiras, Fazenda Grande do Retiro, Mata Escura, Narandiba, Novo Horizonte, Pernambués, Resgate, Saboeiro, São Gonçalo, Saramandaia, Sussuarana, trataremos por localidade, por compreendermos que:

Localidade não compreende apenas um espaço físico de delimitações geográficas, mas também um conjunto de elementos que se articulam para a formação política do sujeito na sua integralidade, propiciando-lhe condições de agir de forma contra-hegemônica ao modelo de globalização neoliberal na perspectiva de outro processo de desenvolvimento, mais humanizado e equilibrado (Lima, 2015, p. 10-1).

Figura 3 - Localidades Antigo quilombo do Cabula

Turismo de Base Comunitária no Cabula e Entorno



Fonte: Pena, 2017.

Pondera-se, ainda, que a Lei Municipal Nº 1.038, publicada em 1960, dividiu Salvador em 32 bairros, com aproximadamente 655.735 habitantes, não reflete a conjuntura atual de 2,675 milhões de habitantes, segundo IBGE (2010). Muito embora haja algumas iniciativas como o projeto Caminho das Águas, resultado de

⁵Aqui, diferente da Prefeitura Municipal de Salvador que denomina Beiru/Tancredo Neves, convencionou-se chamar apenas Beiru, em determinação do que foi acordado no V ETBCES (2015), quando os grupos reunidos optaram em manter a nomenclatura como homenagem ao Negro Beiru.

uma pesquisa desenvolvida na UFBA e que delimita 130 bairros em Salvador e duas ilhas⁶.

Enquanto a Prefeitura Municipal de Salvador (PMS), por meio das Prefeituras Bairro, delimitou dez macrorregiões administrativas⁷ na Capital da Bahia. Nessa organização, o Cabula compreende Tancredo Neves⁸, Calabetão, Jardim Santo Inácio, Mata Escura, Sussuarana, Nova Sussuarana, Arraial do Retiro, Arenoso, Novo Horizonte, Centro Administrativo da Bahia (CAB), São Gonçalo, Engomadeira, Resgate, Pernambués, Saramandaia, Doron, Saboeiro e Narandiba. Observamos que a delimitação da PMS é próxima à demarcação traçada pelo TBC Cabula, diferindo na denominação de bairros como é o caso de Beiru/Tancredo Neves. E na inclusão ou exclusão de algumas localidades.

Acredita-se que o antigo quilombo do Cabula, mais do que uma demarcação territorial, se constitui enquanto lugar, para a população que habita em suas localidades. Afinal, como define Milton Santos “o lugar é o lugar de uma escolha” (SANTOS, 1999, p. 22). Esse caminho também é apontado por Marc Augé (2005, p. 73), ao afirmar que “pode se definir como identitário, relacional e histórico”.

Espera-se, com este capítulo de apresentação do espaço da pesquisa, caracterizar as localidades que compõem o que denominamos de antigo quilombo do Cabula, observando traços históricos e culturais. Para isso, dividimos em três seções, que trataram de: a) a história da ocupação das localidades, desde a urbanização, passando pelos grupos humanos que aqui habitavam; b) a cultura e as manifestações culturais que caracterizam essas localidades e marcam seu cotidiano; c) por fim, aspectos históricos, sociais e demográficos das mulheres destas localidades.

Para isso, nos valeremos da produção histórica e geográfica sobre antigo quilombo do Cabula, dados demográficos da população residente, nas 17 localidades, no passado e no presente. E os depoimentos concedidos por antigos moradores, ao grupo de pesquisa SSEETU. Acreditamos que esse caminho nos

⁶Disponível em: <http://www.meioambiente.ba.gov.br/arquivos/File/Publicacoes/Livros/caminhodasaguas.pdf>

⁷ Subúrbio/Ilhas, Brotas/Centro, Itapuã/Ipitanga, Barra/Pituba, Liberdade/São Caetano, Cajazeiras, Cidade Baixa, Cabula/Tancredo Neves, Pau da Lima e Valéria

⁸ Ver nota 5.

fornece elementos para o Mapa que nos propomos a apresentar, por meio da análise do contexto, no qual se situa o antigo quilombo do Cabula.

3.1 CABULA DE RAÍZES, MATRIZES E MATIZES

Estudar alguma coisa historicamente significa estudá-la no processo de mudança; esse é o requisito básico do método dialético (Vygotsky).

Jorge Amado, em “Dona Flor e seus dois maridos”, fala do distante Cabula como sendo quase zona rural e relata as dificuldades de se chegar até lá, “aquele bonde comprido e lento, viagem de nunca acabar, descarrilhando a toda hora, atrasado para sempre” (AMADO, 2008, p. 70). Local onde os “matos esconsos onde sibilavam venenosas cobras cascavéis e onde os exus dos muitos candomblés da redondeza andavam soltos pelos caminhos fazendo misérias” (AMADO, 2008, p. 70).

Se por volta de 1940, período que se passa a referida obra de Jorge Amado, a região do Cabula ainda era conhecida pelas distâncias, é resultado da urbanização tardia que marcou a capital baiana e terá início a partir desta década, com a ocupação de outras áreas da capital. Afinal, “especialmente a partir da década de 1940, os limites do espaço construído irão se alargar mais significativamente, através das ocupações em áreas da periferia norte, com as primeiras invasões, e, ao sul, como na orla, com os primeiros loteamentos efetivamente implantados” (GORDILHO–SOUZA, 2008, p. 113). Todavia, faz-se necessário retroceder a períodos mais remotos, para compreender a ocupação da região e elucidar elementos importantes para constituição do que denominamos hoje como antigo quilombo do Cabula.

Em meados do século XIX, Salvador, ou Cidade da Bahia, era dividida em dez freguesias urbanas. Segundo Nascimento (2007), trata-se da organização do povoamento do ponto de vista eclesiástico. No entanto, aqui, a divisão religiosa e administrativa se confunde e as freguesias denominam um espaço material onde estão localizados os habitantes, ligados a uma igreja matriz. As freguesias revelam o papel da Igreja Católica na organização espacial das cidades, como nos indica Angela Gordilho Souza, em Limites do Habitar (2008), além das funções religiosas,

cabiam às paróquias registros de recrutamento, censos, óbitos, batismos e casamentos.

Assim, a região que ora denominamos antigo quilombo do Cabula está localizada na freguesia de Santo Antônio Além do Carmo, uma das maiores da cidade, fundada em 1646, pelo bispo D. Pedro da Silva Sampaio. Essa extensa freguesia encontrava-se dividida em dois distritos. O Cabula localizava-se no segundo distrito, distanciado do núcleo urbanizado da cidade, fazendo limite com freguesias do subúrbio.

Desde o início da colonização, a referida área pertenceu à nobre família portuguesa pertencente à casa de Niza. Todavia, Martins (2017), afirma que

Ainda que as terras do Cabula tenham pertencido à referida família nobre, não há indícios que comprovam a efetiva ocupação e utilização do solo pelos membros dessa família (...). Não por acaso, a ausência de fiscalização e má administração na perspectiva senhorial dessas terras da casa de Niza, fez com que essas localidades periféricas fossem ocupadas pelas camadas mais pobres da cidade, como pequenos agricultores e negros libertos. No caso específico do Cabula, a área estava localizada a pouco mais que cinco quilômetros do primeiro núcleo urbano de Salvador, e mais ou menos com a mesma distância da Baía de Todos os Santos. Era considerada pelos portugueses como uma localidade inóspita com colinas e morros elevados, originalmente com mata atlântica fechada, rios e pântanos. A área havia sido ocupada por aldeias Tupinambás, que logo passaram a acolher ou ao menos permitir que negros libertos ou fugidos da escravidão iniciassem a construção de arraiais (MARTINS, 2017, p. 48-9).

Como dito, o local que mais tarde se configurará como Quilombo do Cabula, de início, era habitado por povos tupinambá. Habitantes da costa litorânea, estima-se que as aldeias tupinambás ocuparam o litoral antes mesmo da chegada dos colonizadores. Segundo Tavares (2008, p. 19), a distribuição geográfica dos tupinambás, no que denominamos estado da Bahia hoje, ia “da costa de Sergipe até Camamu, no baixo sul da Bahia”.

Por esse primeiro contato, muitas das características que generalizamos para os indígenas, oriundas do modo de viver dos tupinambás são, o modo de caça com arco e flecha, as habitações em forma de oca, o hábito de dormir em redes, a produção de farinha de mandioca, as pinturas corporais, os costumes de retirada de pelos, a simbologia religiosa, as relações poligâmicas, entre outros (TAVARES, 2008). Muitos desses costumes permanecem na cultura do povo brasileiro, em especial na Bahia, como a produção de cerâmica.

Antonio Risério (2004) discorre sobre ausência de registros que evidenciem a vida dos povos indígenas, a partir de uma lógica que não seja a lógica do colonizado e do desconhecimento que se tem dessas populações e da sua história. Ainda assim, evidências apontam constantes invasões e disputas pelo litoral baiano por parte de diferentes nações indígenas.

Até onde sabemos, as terras hoje baianas conheceram, antes da conquista lusitana, a dominação 'tapuias', a expulsão dos tapuias pelos tupinaés e, finalmente, a derrota e a fuga dos tupinaés, diante do avanço irresistível da máquina de guerra dos Tupinambás (RISÉRIO, 2004, p. 25).

Em seu artigo, "Eva Tupinambá", Ronald Raminelli (2007) passeia pelos relatos de viajantes que se debruçaram sobre a cultura indígena, no Brasil, para relatar o cotidiano das mulheres tupinambás. O autor chama atenção para a importância desses relatos como representação da realidade, dotados de uma moral tipicamente cristã. Assim, essas mulheres eram observadas desde o nascimento até a velhice por uma representação que oscilava entre o bárbaro e o demoníaco.

Na compreensão tupinambá, meninas atingiam a idade adulta a partir da primeira menstruação, momento que passava por um rito de passagem, que compreendia cortes de cabelos, incisões na pele. A primeira menstruação indicava, também, a possibilidade do casamento para a jovem indígena.

O colonizador julgou como luxúria, a nudez e a antropofagia indígena. Nos relatos dos viajantes, a nudez feminina, mesmo com a naturalidade que as indígenas se portavam, explicita os costumes excessivamente luxuriosos dos tupinambás. Enquanto ao que se refere ao "canibalismo", os cronistas acreditam que as mulheres eram pivôs e não são raros os relatos ou gravuras que remetem a luxúria feminina, em especial, as mulheres mais velhas das aldeias (RAMINELLI, 2007).

Os tupinambás se revezavam na divisão de tarefas que eram atribuídas de acordo com o sexo do indivíduo. Às mulheres cabiam as tarefas do cuidar. As mães não se apartavam dos filhos nem para a execução de suas tarefas, carregando-os no quadril ou nas costas, com auxílio de pedaços de pano. As meninas auxiliavam suas mães, a partir dos sete anos, nas tarefas domésticas, como o fiar algodão, tecer redes e na produção de panelas e potes de cerâmica e na produção de alimentos (RAMINELLI, 2007).

Muito embora se saiba que os tupinambás se constituíram como aliados dos colonizadores, em diversos momentos (TAVARES, 2008; RISÉRIO, 2004), em outros, o conflito foi regra. As justificativas para as ofensivas do colonizador seriam a barbárie dos povos nativos e as constantes guerras entre aldeias. Iniciar indígenas na fé cristã, por meio da catequese foi o principal argumento para os ataques às aldeias, a retirada de terras das populações indígenas e a escravidão.

Se por um lado nos deparamos com a escassez de fontes históricas que contribuam para a compreensão da ocupação indígena na cidade do Salvador, se restringindo apenas à faixa litorânea, de outro temos autores que nos apontam indícios e os moradores dessas localidades, que durante as já mencionadas rodas de conversas, aponta para o povoamento dessas terras por populações indígenas.

Não só dos encantados que povoam o sistema de crença das populações indígenas vive esse local. De origem banto, o termo Cabula vem de Kabula, que está ligada à religiosidade, ao mistério, ao escondido (FERNANDES, 2003). O que nos remonta à ancestralidade desse lugar. Afinal, como se sabe, esse lugar, no passado foi cenário da resistência dos escravizados às nuances do modelo colonial português imposto no Brasil (MARTINS, 2017). Ao passo que:

O Cabula, até o século XIX, abrigava em suas matas vários pousos e roças constituintes de uma comunalidade plantada por africanos rebelados contra a escravização e o colonialismo, embora este dado fosse ocultado pela Razão de Estado colonial e imperial da época. Nas matas do Cabula, estavam os mais valentes e fortes guerreiros que batalharam arduamente, derramaram sangue e plantaram o sentido de luta contra a servidão voluntária, contra a aceitação passiva de escravizados (NICOLIN, 2007, p.57).

Para Nicolin, as matas, riachos e morros colaboraram para a formação de quilombos. O relevo se constituiu como um aliado na resistência à escravidão:

É possível que, pela própria localização geográfica constituída por uma mata fechada, muito intensa até as cinco primeiras décadas do século XX, enquanto havia ocupação natural da população interna originária daquele lugar, tenha sido a condição favorável à forma social de quilombo no Cabula (NICOLIN, 2007, p.57).

João José Reis (2013), historiador baiano com diversas publicações sobre a escravidão no Brasil, em especial na Bahia, revela que a população escravizada da Bahia alastrava uma fama de rebeldia por todo o Brasil. Não foram raras as rebeliões deflagradas na capital e no interior. Afinal, “a cidade estava cercada de

quilombos e terreiros religiosos, comunidades móveis destruídas aqui, para ressurgirem adiante, alimentadas pelo fluxo ininterrupto de escravos que sabiam tirar proveito da mobilidade proporcionada pela escravidão” (REIS, 2013, p.70).

Para Katia Mattoso (2003), historiadora grega, radicada na Bahia, são muitas as formas de escravizados resistirem ao sistema escravista. Sendo os quilombos e mocambos uma forma de resistência coletiva, que combinava não apenas a fuga, mas a reorganização do viver. Na medida em que “o escravo em ‘fuga’ não escapa somente do seu senhor ou da labuta, elide os problemas da sua vida cotidiana, foge de um meio de vida, da falta de enraizamento no grupo de escravos e no conjunto da sociedade” (MATTOSO, 2003, p.153).

Desse modo, a autora amplia o conceito de quilombo para além do refúgio de escravizados fugidos. Este lugar seria uma reação ao sistema escravista e às condições impostas aos escravizados, além de possibilitar a livre manifestação religiosa. “Surgem da própria instabilidade do regime escravista, do trabalho organizado sem qualquer fantasia, da severidade rígida, das injustiças e mal tratos” (MATTOSO, 2003, p.158).

Mesmo alertando para a diferença entre quilombos constituídos por milhares de escravizados fugidos e outros que abrigavam apenas alguns, a Mattoso afirma que em meados do século XVIII, provisão real considerava enquanto quilombo todo grupo de mais de cinco escravizados fugidos. Já no século XIX, as autoridades locais aplicavam ações punitivas em quilombos de dois a três escravizados.

Mesmo diante desse forte perfil de luta, resistência negra e distanciamento do centro urbanizado da cidade, paulatinamente, a localidade do Cabula passa a apresentar aspectos da tentativa de ocupação colonizadora e em 1820, foi edificada a capela Santíssimo Coração de Jesus, pelo Padre Francisco Gomes de Souza, onde foi instalado o primeiro colégio de meninas órfãs e que mais tarde passará a se chamar Nossa Senhora do Resgate (VIANNA, 1893; BARROS, 1930).

A edificação da Capela nos indica a ocupação da localidade, ainda que não seja possível estimar a população neste período, pela oscilação nos dados, e a ausência de detalhamento no que se refere às localidades. (MATTOSO, 1992). Todavia, as localidades do Cabula permaneceram rural por pelo menos mais um século, resultado da urbanização tardia da Bahia, que se só entrará no contexto da

industrialização, nos meados do século XX. Durante esse período, são as fazendas e chácaras que marcaram o povoamento da região, em especiais as voltadas para o cultivo de laranja.

É possível observar que a urbanização⁹ da região acompanha o cenário estadual. Neste período, vivenciaremos uma crise no setor açucareiro, o que trará um grande contingente do campo para as zonas urbanas.

Data do mesmo período, a inserção da Bahia no Pólo industrial nacional, esta é resultado de anos de reivindicações por parte dos dirigentes locais. É essa entrada tardia no capitalismo industrial que impulsiona o processo de urbanização. Os salários extravagantes, para os padrões da época, pagos pela Petrobrás elevaram os preços dos terrenos rurais e urbanos. A elevação dos preços do solo e dos salários retrai a produção do açúcar (GORDILHO-SOUZA, 2011, p. 47).

Fernandes *et. al* (2004) acrescenta outros motivos para explicar a expansão horizontal da cidade entre as quais estão o desenvolvimento do centro da cidade e especulação imobiliária, a rigidez na regularização da propriedade de terra e a evolução dos transportes. Além disso, “no Cabula, uma praga destruiu os laranjais entre 1940 e inícios dos anos de 1950. Ambos foram muito importantes para a transformação do uso do solo no Cabula e para a respectiva degradação ambiental da região” (FERNANDES, *et al*, 2004, p.1).

Em 1972, a instalação do Centro Administrativo da Bahia (CAB), levou à região novo contingente de pessoas, por estar ao redor do que se configurou como um espaço administrativo do Estado, no qual há concentração de secretarias e órgãos governamentais. O que se nota é o estímulo governamental em alargar a cidade, expandindo sua ocupação para o miolo e desafogando o centro antigo.

Além da ampliação do serviço de transportes urbanos, veremos uma maior oferta de empreendimentos imobiliários na região, com o surgimento de conjuntos habitacionais e ofertas de equipamentos públicos e privados. Esses conviveram com as conhecidas “invasões”¹⁰, que em Salvador refere-se a ocupação de espaços ociosos sem que sigam as normas estabelecidas pela Prefeitura Municipal ou outros

⁹Para saber mais sobre a industrialização da cidade do Salvador, sugere-se a leitura de BRANDÃO, Maria de Azevedo. A regionalização da grande indústria no Brasil; Recife e Salvador na década de 70. **Revista de Economia e Política**, São Paulo, v. 5, n. 4, p. 77-98, 1985.

¹⁰Segundo Gordilho-Souza (2011), invasões são áreas de habitação popular que se formaram por ocupação espontânea. De forma coletiva, à revelia do proprietário fundiário.

órgãos de regulamentação. Nas palavras de Fernandes *et al* (2004, p. 1), “os anos de 1970 e os posteriores foram marcados por alterações estruturais no Cabula: as antigas fazendas haviam sido vendidas e/ou divididas em lotes menores e aí se vai transformando o Cabula, tanto através de ocupação legal como ilegal”. Esse processo se intensifica na década seguinte com a estruturação de conjuntos habitacionais:

Na década de 1980, a área do Miolo, que já começa a ser ocupada ao longo da BR 324, passa a constituir a principal área de expansão, principalmente em decorrência da implantação de inúmeros conjuntos habitacionais através da URBIS, viabilizados por financiamentos do BNH e pela abertura e algumas vias de penetração que ligam a Av. Paralela à BR 324 (GORDILHO-SOUZA, 2008, p. 115).

Conforme se nota, a ocupação da área de estudo ocorreu de maneira leta e gradual. Assim, Tal análise se faz necessária de modo a contribuir com o nosso entendimento e possibilitar uma modelagem que nos permita apresentar uma proposta de mapa cultural do antigo quilombo do Cabula, objetivo desse trabalho. Para melhor compreensão, apresentaremos uma síntese dos elementos a serem mapeados e que emergem do contexto aqui desenhado e delimitado, a partir do desenvolvimento desta seção, trata-se ainda de uma primeira aproximação que será desenvolvida ao longo deste capítulo (Quadro 2).

Quadro 2a – Composição do Mapa Cultural

Elementos para composição do Mapa CULTARTE	
Lugar: antigo quilombo do Cabula: 17 localidades, no miolo da cidade do Salvador- BA, na atualidade.	
Elementos	Contexto Histórico
Mapa	Recorte das 17 localidades, no Google Maps - Considerando: a. Sentimento de pertença e identidade de atuais residentes nas 17 localidades; b. A identificação cultural e social dos moradores com a história de resistência negra.
Matrizes culturais	Povos originais tupinambá - A mulher tupinambá
	Colonizadores ibéricos - Organização social
	Povos Africanos - Práticas de resistência
Ocupação geográfica	Século XIX - Desbravamento territorial - Quilombo - Arraiais
	Final do Século XIX e início do século XX - Fazendas, roças, sítios produtores de hortifrúti
	Após década de 1940 - Urbanização - Expansão da cidade do Salvador

Fonte: Própria autora, 2018.

A formação histórica dessas localidades terá reflexo na cultura e nas manifestações culturais dos seus habitantes, a historicidade e as permanências desse modo de viver e fazer são temas da próxima seção.

3.2 CABULA É CULTURA

*Trezena de junho
É tempo sagrado
Na minha Bahia
(Maria Bethânia)*

A formação histórica deste lugar influenciou e influenciou no modo de vida de seus habitantes. Por isso, para compreender o espaço do antigo quilombo do Cabula é importante conhecer e reconhecer as permanências culturais percebidas no cotidiano, no fazer das pessoas, nas formas como as relações são estabelecidas. É a cultura, manifestada pelas pessoas, que tornam o viver singular.

Na compreensão do conceito de cultura, nossa perspectiva é entender as permanências e rupturas, a partir da dialética, dentro do contexto das pessoas que residem nas localidades do antigo Quilombo Cabula, já que análises genéricas sobre a "cultura popular" caso não sejam colocadas dentro de seus contextos históricos tendem a ser esvaziadas. Afinal, como alerta E. P. Thompson (1998), em "Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional": "o próprio termo 'cultura', com sua invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto" (THOMPSON, 1998, p. 17).

Raymond Williams (1992), pensador galês, lembra que cultura, *a priori*, definia a ideia de cultivo de vegetais e criação de animais, ou ainda cultivo ativo da mente. A partir do século XVIII, passa a designar o "modo de vida global", de determinado grupo social. Teremos o primeiro emprego de culturas, no plural, para demarcar as singularidades das civilizações. Concomitante, a ideia de cultivo ativo da mente amplia o conceito, podendo designar estados de desenvolvimento, os processos e as etapas de um indivíduo. Aqui, está o sentido mais usual, que se refere às artes e ao trabalho intelectual.

As disputas em torno do conceito, por diversos campos da ciência, entre idealistas e materialistas, leva o autor a concluir que a cultura é a convergência de

dois sentidos: O “modo de vida global”, já citado, que envolve todas as formas de atividades sociais; e o sentido especializado, definido pelas atividades intelectuais e artísticas. Em publicação posterior, Williams (2011, p. 19) sintetiza, cultura significa “todo um modo de vida, material, intelectual e espiritual”. Ainda faz-se necessário acrescer que o modo de vida e as visões de mundo estão em territórios de disputa. Afinal,

uma cultura é também um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos, que somente sob uma pressão imperiosa - por exemplo, o nacionalismo, a consciência de classe ou a ortodoxia religiosa predominante assume a forma de um "sistema" (THOMPSON, 1998, p. 17).

Assim, nos interessa o modo de vida que os moradores do Cabula desenvolveram ao longo dos anos, as manifestações culturais presentes no cotidiano e quais continuidades e rupturas podem ser observadas. Como já dito, o Cabula pertencia à freguesia de Santo Antônio Além do Carmo. Como costume, se celebrava em toda a freguesia o santo padroeiro da igreja matriz, nesse caso, Santo Antônio. Este fato pode nos ajudar a compreender permanências na localidade como é o caso dos festejos juninos, presentes em grande parte do estado baiano, todavia, não tão forte na capital, com exceção de alguns bairros.

O mês de junho é um mês de comemorações, especialmente no Nordeste do Brasil. Santo Antônio é comemorado no dia 13 de junho, e dá início às festas juninas. O São João é comemorado no dia 24 e no dia 29, temos as comemorações a São Pedro.

Dentre os festejos citados a cima, O São João é o mais popular na Bahia, as festas em sua homenagem remontam do século XII, é no século XVI que se fortalecem na Europa e migram para as colônias.

No Brasil, em especial na Bahia, os festejos juninos foram responsáveis por criar ambiência de aproximação, até mesmo entre os indígenas, como nos revela Frei Vicente de Salvador, em seu livro História do Brasil (1500-1627), “só acodem todos com muita vontade nas festas em que há alguma cerimônia porque são mui amigos de novidades, como dia de São João Batista, por causa das fogueiras, e capelas, dia da comemoração geral” (SALVADOR, 1627, p. 116).

Na Bahia, as festividades juninas assumem a face da valorização da vida no campo, das mulheres e homens sertanejos que sofrem com as dificuldades da seca e veem as esperanças renovadas, nessa época que traz consigo a colheita.

A continuidade da festa se dá ao longo dos séculos, todavia há ressignificação de elementos como demarca Bakhtin (1987) em “A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais” em seu estudo sobre o carnaval na obra de Rabelais. Para Bakhtin (1987), mesmo as festas religiosas guardam características carnavalescas e a relação essencial está no “tempo alegre”, que serve para entretenimento, mas traz as críticas à sociedade, a política e à moral de uma época, ou seja, uma concepção de mundo. É a possibilidade de lançar um novo olhar sobre o mundo, longe das concepções oficiais.

De modo geral, as festividades compreendem momento de tessitura coletiva. “O indivíduo se sente parte indissolúvel da coletividade, membro do grande corpo popular” (BAKHTIN, 1987, p. 222). Ainda que desponham para elemento de distinções entre classes sociais e grupos étnicos, e assim revelem tensões, são espaços de encontro e simbiose:

Toda festa corresponde a um tempo-espaco especial. Mais precisamente, forma a demarcação de um fazer coletivo, reunindo muito esforço e prazer num mesmo acontecimento. Geralmente o viver na festa demonstra a força de uma coletividade (OLIVEIRA, 2007, p. 23).

Observamos que os festejos dedicados a São João correspondem a um elemento forte na lembrança dos moradores antigos das localidades. As fogueiras, comidas típicas, danças, as visitas às casas dos vizinhos fazem parte do imaginário sobre a infância e sobre as localidades que habitam:

Muito bom. Porque era bom, apesar de poucas casas. As casas que tinha, todo mundo fazia suas fogueiras; todo mundo embandeirava; fazia suas correntes. A rua não passava nada, se enfeitava até a rua. Fica parecendo um arraial (Makota¹¹ Itana, 2015).

Depois as festas o São João era muito forte, a gente migrava de uma comunidade para outra, também a juventude era unida, e ia, a gente fazia não era bem uma quadrilha. Um dia a gente ia para o Arraial, outro dia São Gonçalo, Engomadeira, Saboeiro, Barreiras quase nem entrava! Barreiras era um acesso para ir ao Tancredo Neves/ Beirú, e tinha uma casa aqui, outra ali e outra lá. Barreiras começou a desenvolver na primeira visita do Papa (Sra. Dadá, 2015).

¹¹ Makota é um cargo feminino, em algumas nações do Candomblé, que significa “zeladora de orixás”.

É possível notar como as lembranças do festejar, que integra moradores de diversas localidades modelam, inclusive, as lembranças espaciais e geográficas, ou seja, o espaço físico é rememorado a partir dos festejos, como é possível perceber na fala de Sra. Nicinha;

Descia para passar por cima do riacho. Descia pela escola Edvaldo Fernandes, descia tudo, até onde tinha uma lagoa, uma ponte. Um rio que tinha ponte, eles atravessam e subiam para a Engomadeira. Mas, antes. A gente fazia festa. São João a gente ia pelas casas, pelas conhecidas, ia para dentro das chácaras, o pessoal vinha buscar a gente, amanhecia o dia. Era uma roça, não tinha um pé de gente no meio do caminho, nem luz e nem nada. Minha irmã, vindo da escola, a gente sabia que estava vindo da escola, porque quando chegava à esquina, porque da janela de lá de cima, avistava lá longe, caminhando por dentro do mato, aquelas camisas brancas porque era farda da escola. Tudo escuro, não tinha nada, nada! (Sra. Nicinha, 2015).

Em consonância ao que Sra Nicinha revela, Bakhtin (1987) afirma que as festas abrem as portas da casa e possibilitam comunhão entre iguais e diferentes, sem para isso necessite de um fim prático para além do ato de festejar.

Nos dias festivos, as portas da casa abrem-se de par em para os convidados (no limite, a todos, ao mundo inteiro). Nos dias de festa, tudo se distribui em profusão (alimentos, vestimentas, decoração dos cômodos), os desejos de felicidade de toda espécie subsistem ainda (mas perderam quase totalmente o seu valor ambivalente), da mesma forma que os votos, os jogos e os disfarces, o riso alegre itálico, os gracejos, as danças, etc. A festa é isenta de todo sentido utilitário (é um repouso, uma trégua, etc.) (BAKHTIN, 1987, p. 241).

Sra. Juciara também relaciona sua história no Beiru com as festas de São João, e desse modo, ela analisa as rupturas que percebem em relação aos dias atuais. A entrevistada nos dá indícios dos sincretismos religiosos presentes nestas localidades, onde festas católicas dialogam com festividades das matrizes africanas:

Os meus familiares, não é isso, se eles são daqui? Não. Eu não tenho familiar meu nenhum aqui. A minha história de Beiru foi assim: eu, muito jovem, muito doente, com dor de cabeça, então, comecei a namorar com um rapaz. Esse rapaz, ele é neto do finado Gazuza, que era filho de santo de Miguel Arcanjo e marido da primeira mãe de santo daqui, da titular. Começando esse namoro com esse rapaz, então, todo mundo dizia que o meu problema não era de médico,. Então, ele resolveu me trazer aqui com a mãe dele, que é a segunda mãe de santa dona Nair Oliveira de Souza, aquela dali da foto. E aqui eu me cuidei, me cuidei, eu tinha 16 anos de idade, e aí eu fiquei boa. Fiquei boa e eu continuei aqui no terreiro como filha de santo. Eu não tenho muito a te contar, por que até o que eu sei e muita coisa o que eu ouvia da minha Mãe Morena que é dona Olga Santos que é a primeira mãe de santo do terreiro e da minha sogra, mas, o que eu sei assim visto por mim é que com toda evolução de hoje, eu preferia o

Beiru de quarenta anos atrás, porque era um lugar que a gente tinha tranquilidade, a gente dormia em paz, a gente amanhecia o dia fazendo São João pelas ruas, apesar de não ter asfalto, ser aquele barro vermelho. Não tinha violência que tem hoje, até para nossa religião - o candomblé - era muito mais fácil, porquê mais fácil, porque tinha bica aonde pegava água porque aqui não tinha água encanada, então, a gente tinha que esperar descer aqui essa rua São Roque para pegar na fonte, a fonte que tinha lá em baixo que hoje já acabaram ou então esperar (Sra. Juciara, 2015).

Sérgio Ferretti (2007) se debruça sobre os elementos sincréticos presentes nas festas religiosas populares, no Brasil, como elemento de continuidade que remontam a dominação religiosa e cultural ao qual foi submetido o povo africano trazido na condição de escravizado. Todavia, por mais que observe o terreno de disputa em que se encontram as discussões sobre sincretismo e até mesmo o seu conceito, Ferretti defende que as práticas sincréticas não prejudicam a “tradicionalidade das manifestações religiosas” (FERRETTI, 2007, p. 112).

O sincretismo nas religiões afro-brasileiras não representa assim um disfarce de entidades africanas em santos católicos, mas uma ‘reinvenção de significados’ e uma ‘circularidade de culturas’. Trata-se de uma estratégia de transculturação refletindo a sabedoria que os fundadores também trouxeram da África e, eles e seus descendentes, ampliaram no Brasil. Em decorrência do sincretismo, podemos dizer que as religiões afro-brasileiras têm algo de africanas e de brasileiras sendo, porém diferentes das matrizes que as geraram (FERRETTI, 2007, p. 112).

Para Leonardo Boff (1994), toda religião se vale do sincretismo, já que a religião seria a expressão sincrética da fé, uma vez que é composta de um complexo sistema de elementos que servem de mediação para fé. Esses elementos simbólicos são oriundos do processo histórico e cultural que configuram os sistemas de crença. “Enquanto fenômeno cultural este complexo simbólico é objeto da diligência científica que pode detectar nas expressões da fé os reflexos dos conflitos sociais, as proveniências dos materiais representativos e as estruturas psicossociais que neles se retratam” (BOFF, 1994, p. 169). Trata-se de uma visão, a partir da compreensão sociológica e da dimensão social das religiões.

Não são apenas os festejos juninos que marcam as 17 localidades do nosso estudo. Em Pernambués, outra tradição que tem suas origens no catolicismo insiste e resiste, na atualidade. O terno de reis, reisado, folia de reis ou festa de santos reis é tradição nesse lugar desde a década 1940. Fundado por Mestre Silvano, o Terno de Reis Rosa Menina, o mais antigo de Salvador, nasceu em Brotas e dez anos depois migra para Pernambués.

As referências ao Reisado também remontam do Brasil colonial, já sendo festejado na Freguesia do Carmo, onde ao norte, estava localizada a capela de Nossa Senhora da Lapa, ou Lapinha, fundada em 1771, e que era conhecida pelas festas de Reis. (VIANNA, 1893).

Em “Eternamente Rosa Menina: a história de um Terno de Reis”, Regina Cruz do Nascimento (2013), em meio às memórias familiares, narra história desse Terno que é tão imbricada com a sua própria vida. Filha de S. Silvano e D. Luiza, é ela quem dá continuidade ao legado dos seus pais, nos dias de hoje.

Segundo Nascimento (2013), entre as décadas de 1950 e 1970, a tradição de Terno de Reis era forte na Bahia. Existia, inclusive, fomento do governo estadual para a manutenção dessa tradição. O trabalho de todo o ano com os ensaios, preparação/ produção das vestimentas, composição das canções, legalização para o desfile (como emissão de alvará) culminava no dia 05 de janeiro, na Festa da Lapinha, bairro tradicional de Salvador, palco de manifestações culturais, em Salvador como o desfile em homenagem ao 2 de Julho¹².

A autora nos revela que, mesmo antes do casamento, que aconteceu em 1958, sua mãe, D. Luiza, moradora de Pernambués, já participava da tradição do terno de reis, tendo participado pela primeira vez aos quatro anos de idade, do Terno da Espera, passando por diversos grupos até fundar o seu na adolescência, e mais tarde passar a integrar o Terno de Reis Rosa Menina.

Os festejos aos Santos Reis, que na tradição católico-cristã teriam saudado o nascimento de Jesus Cristo ofertando-lhe presentes, é trazido para o Brasil, no processo de colonização. Segundo Oliveira (2005), o culto aos Reis Magos é marcado por mitos e ressignificações na Europa, desde a ligação com o Zoroastrismo, as identidades étnicas e raciais, os nomes dos magos, o título de realeza. O autor cita ainda cronistas que revelam que os festejos de tradição ibérica têm grande expressão no Brasil, já no século XVIII.

¹² O dia 2 de julho marca a independência do Brasil, na Bahia. Quando, após do 7 de setembro, a população resiste à permanência das tropas portuguesas, em seu território. Depois de aproximadamente um ano de batalhas, os portugueses são expulsos e, anualmente, baianos saem às ruas para festejar, por meio de um desfile que mistura o cívico ao popular. Recomenda-se a leitura de Araujo (2001).

Como ressalta Bakhtin (1987), durante as festas populares, não há espectadores ou convidados, todos e todas são sujeitos no ato de festejar. A hierarquia é abolida, o que abre possibilidades às pessoas; “o rito atribui o direito de gozar de certa liberdade, de empregar certa familiaridade, o direito de violar regras habituais da vida em sociedade” (BAKHTIN, 1987, p. 174). Mesmo que a violação das regras não seja no total sentido de ruptura e sim, uma possibilidade simbólica, como a que torna possível, por algumas horas, ser rei. Desse modo, os ritos e as máscaras retiram o festejar do sentido único e fenômeno simples, ele pode se tecer de críticas e visão de mundo.

Há de se ressaltar que, nessas terras, as tradições ganham outros contornos do praticado além mar. Por exemplo, no Terno Rosa Menina, S. Silvano inseriu a figura da espanhola, pertencente à ala das dançarinas, em referência aos povos ibéricos que colonizaram o Brasil. Há também homenagens ao povo brasileiro e à cultura africana, por meio de baianas e a incorporação de sambas a essa festividade.

A multidão em júbilo que enche as ruas ou a praça pública não é uma multidão qualquer. É um *todo popular*, organizado à sua maneira, à maneira popular, exterior e contrária a todas as formas existentes de estrutura coercitiva social, econômica e política, de alguma forma abolida enquanto durar a festa (BAKHTIN, 1987, p. 222).

Assim, percebemos que não é somente a tradição católico-cristã que se destaca na memória dos populares das localidades. As manifestações de matrizes africanas são presentes em grande parte do lugar do nosso estudo. Por vezes, estão sob as nuances do sincretismo, que é possível perceber na fala da Makota Itana, sobre os festejos de São João, a que nos referimos no início dessa seção:

Todo mundo fazia as comidas típicas. Minha casa, por sinal por ser terreiro, era muito bom. Aqui, na casa do meu filho, eu não quis fazer isso de jeito nenhum. Era muito bom para mim! Muito cômodo para mim! Minha irmã, lá coitada. Minha irmã biológica tem que cumprir a mesma coisa de antes. Mas, para a gente era ótimo, porque todo ano, na época do São João, tinha a festa de Xangô. Então, juntava o útil ao agradável. Muita filha de santo, muita canjica (Makota Itana, 2015).

É assim que nos deparamos com diversos terreiros de candomblé nas dezessete localidades. Reflexos de um passado marcado pela resistência à escravidão. Se outrora os quilombos eram locais de referência para prática de cultos marginalizados e criminalizados, como nos aponta Reis:

Tais quilombos eram centros religiosos ativíssimos, onde os negros de Salvador, escravos e livres, e talvez outros moradores buscavam cura, proteção e conselho de sacerdotes, na sua maioria africanos, além de se encontrarem com suas divindades e ancestrais (REIS, 2003, p. 71).

Se a história da formação do que hoje denominamos Cabula está intrinsicamente relacionada ao quilombo que ali existiu, não seria exagero relacionar aos candomblés, que precisavam buscar refúgios nas matas, contra a perseguição que sofriam e as penalidades que seus praticantes estavam sujeitos. Assim, “as lonjuras do Cabula” era cenário propício:

No século XVIII surgiram os primeiros candomblés no Cabula, naquele tempo bem afastados da Cidade de Salvador. Mas, para a polícia não era longe; dissolvia a toda a hora aqueles primeiros terreiros. Entretanto, religião perseguida, religião aumentada! É o que observamos em todos os tempos. Os africanos estavam acostumados às perseguições de todos os gêneros, as quais respondiam com disfarces dos mais variados (OTT, 1969, p. 37).

O que percebemos são continuidades que influenciaram no pertencimento das pessoas com o local:

As antigas comunidades quilombolas que a habitaram no passado colonial também deixaram suas marcas bastante vivas no bairro, sobretudo quanto à existência de importantes terreiros de candomblé como o Ilê Axé Opô Afonjá, no bairro do São Gonçalo; o terreiro Casa de Lua Cheia, na Avenida Silveira Martins; e o Bate Folha (Mansu Banduquenqué) no bairro da Mata Escura (GOUVEIA, 2010, p. 58).

Os terreiros de candomblés também se constituem como elementos de identificação e pertencimento dos moradores mais antigos. Em levantamento realizado nas localidades, encontramos, atualmente, 43 terreiros de candomblé e umbanda (Apêndice C). Ao passo que se reflete na fala da Sra. Dadá:

Independente da seita que ninguém é obrigado a acreditar no que eu acredito, no que você acredita. Mas, desenvolve um trabalho bom! E outra coisa, na minha época, na minha juventude, tinha uma festa no candomblé, que misericórdia! O candomblé era uma festa! Tanto turista. [...]Quando tinha a festa movimentava, botava a gambiarra em tudo quanto era canto. Era muito bom! Já proporcionou muito bem a comunidade (Sra. Dadá, 2015).

Esses elementos nos auxiliam na compreensão do lócus do nosso estudo bem como, seus reflexos na atuação de seus habitantes. Em mapeamento¹³ realizado acerca dos equipamentos culturais nas 17 localidades de abrangência do Antigo quilombo do Cabula, foram identificadas 72 escolas públicas, sendo 44 municipais e

¹³ Ver Apêndice C.

28 estaduais. São 37 associações, como agrupamos os grupos de moradores, culturais, desportivas, ambiental e comunitária. Apenas três bibliotecas públicas e comunitárias foram localizadas, excetuando as bibliotecas escolares e das Universidades. Dois centros sociais urbanos¹⁴, dos nove existentes na Capital. São sete praças.

Caracterizações como esta destoam das imagens do Cabula refletidas e vendidas nos jornais baianos. Todavia, faz mais sentido para as pessoas que escolheram ou acolheram este território enquanto um lugar. Afinal, “a cultura, em seus vários níveis, unifica uma maior ou menor quantidade de indivíduos em estratos numerosos, em contato mais ou menos expressivo, que se entendem entre si, em diversos graus, etc.” (GRAMSCI, 1978, p. 36).

Seguindo o prisma de elucidar os elementos que subsidiarão a construção do mapa de fazer do CULTARTE e imbricados com as discussões de cultura e em, por conseguinte, de manifestações culturais, acrescentaremos ao mapa apresentado na seção anterior pontos que entram em cena, a partir do que foi elaborado até aqui (Quadro 2b).

¹⁴ Centros Sociais Urbanos (CSU) são equipamentos públicos mantidos pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza (Sedes), que oferecem a comunidade atividades socioeducativas e de desenvolvimento local. Ver DECRETO Nº 75.922, DE 1º DE JULHO DE 1975.

Quadro 2b – Composição do Mapa Cultural

Elementos para composição do Mapa CULTARTE		
Lugar: antigo quilombo do Cabula: 17 localidades, no miolo da cidade do Salvador- BA, na atualidade.		
Elementos	Contexto Histórico	Contexto Cultural
Mapa	Recorte das 17 localidades, no Google Maps - Considerando: a. Sentimento de pertença e identidade de atuais residentes nas 17 localidades; b. A identificação cultural e social dos moradores com a história de resistência negra.	Espaços e equipamentos culturais tais como: associações, escolas, teatros bibliotecas, praças, centros sociais urbanos, entre outros.
Matrizes culturais	Povos originais tupinambá - A mulher tupinambá	As festividades; Terreiros de candomblé e umbanda;
	Colonizadores ibéricos - Organização social	
	Povos Africanos - Práticas de resistência	
Ocupação geográfica	Século XIX - Desbravamento territorial - Quilombo - Arraiais	Sentido de lugar, Elementos do pertencimento.
	Após década de 1940 - Urbanização - Expansão da cidade do Salvador	

Fonte: Própria autora, 2018.

Na próxima seção, dando feição a essa população, destacaremos mulheres residentes no Cabula, as de ontem e as de hoje.

3.30 CABULA DAS MULHERES

*E triste será a sorte de que mexer com elas
(Luis dos Santos Vilhena)*

Localizada na área compreendida como Miolo, as 17 localidades que compreendemos por Cabula e entorno têm, juntas, 393.249.000 habitantes (IBGE, 2010). Ou seja, 15% da população de Salvador. As localidades mais populosas são Pernambués, Fazenda Grande do Retiro e Beiru. Enquanto as localidades com menor população são Saboeiro, Resgate e Doron (Quadro 3).

Quadro 3 – População Residente – Localidades Cabula

LOCALIDADE	POPULAÇÃO 2000	POPULAÇÃO 2010
Arenoso	14.506	16.232
Arraial do Retiro	7.425	8.938
Barreiras	15.748	17.960
Beiru/Tancredo Neves	47.375	50.416
Cabula	19.448	23.869
Doron	3.777	7.378
Engomadeira	14.369	12.550
Fazenda Grande do Retiro	54.211	53.806
Mata Escura	25.367	32.349
Narandiba	13.951	14.368
Novo Horizonte	7.907	12.952
Pernambués	59.119	64.983
Resgate	6.950	6.708
Saboeiro	4.857	6.682
São Gonçalo	17.434	17.275
Saramandaia	10.267	11.272
Sussuarana	23.423	29.181
TOTAL	346.134	386.919

Fonte: IBGE, 2010.

Conforme o censo 2010, a população masculina de Salvador representa 1.248.897 habitantes, e a população feminina, 1.426.759 habitantes. Seria essa representatividade expressiva para além dos números? Como está a população do Cabula frente a realidade soteropolitana?

Se em Salvador o rendimento médio das mulheres responsáveis por domicílios é de R\$1.039,60, percebemos que 14 das nossas localidades estão abaixo desta realidade (Quadro 4):

Quadro 4 - Rendimento médio das mulheres responsáveis por domicílios

LOCALIDADE	R\$
Saramandaia	363,96
Arenoso	400,45
Sussuarana	453,94
São Gonçalo	490,96
Engomadeira	498,73
Arraial do Retiro	521,98
Fazenda Grande do Retiro	531,56
Mata Escura	543,66
Beiru	550,76
Novo Horizonte	555,78
Barreiras	664,19
Narandiba	673,56
Pernambués	729,97
Doron	979,55
Saboeiro	1.418,69
Cabula	1.432,62
Resgate	1.841,66

Fonte: IBGE, 2010

Em Salvador, 46,19% dos domicílios particulares permanentes têm mulheres como responsáveis. Na área que abrangemos apenas 4 localidades estão a cima dessa média (Quadro 5):

Quadro 5 – Domicílios particulares permanentes têm mulheres como responsáveis

LOCALIDADE	%
Novo Horizonte	40,07
Pernambués	41,69
Barreiras	41,73
Saboeiro	42,37
Cabula	42,90
Arraial do Retiro	43,12
Narandiba	43,53
Sussuarana	43,97
Arenoso	44,12
Mata Escura	44,60
Engomadeira	44,88
Beiru	45,15
São Gonçalo do Retiro	47,75
Fazenda Grande do Retiro	48,19
Resgate	48,91
Doron	50,29

Fonte: IBGE, 2010

Se, na atualidade, o número de domicílios chefiados por mulheres nestas localidades gira em torno de 40% a 50%, o que dizer do período colonial, que tratamos na seção anterior? Como se dava a participação das mulheres no mercado produtivo? Haveria espaços para além do privado? Seriam circulações de mulheres restritas ao doméstico?

Iole Macedo Vanin (2015) afirma que o trabalho de mulheres era prática comum, mesmo na Europa do século XVII. A dificuldade seria reconhecer as atividades das mulheres enquanto trabalho. A autora caminha pelas permanências que reverberam no Brasil Colonial, especialmente em Salvador, em face de sua Metrópole. Aqui, não diferente, as mulheres tiveram diversas ocupações. No comércio, em lojas para algumas mulheres brancas e nos tabuleiros, para as negras livres e escravas, que dominavam as ruas da colônia.

Assim, embora, no período colonial, prevaleça o mito de hegemonia da família patriarcal, nos deparamos com mulheres pobres urbanas que trabalham e que

participam da renda familiar. “Na freguesia de Santo Antônio Além do Carmo, porém, a mulher comparece às listas do censo de diversos quarteirões declarando uma profissão definida, significando que a maioria das famílias seria de mediana categoria” (MATTOSO, 2003, p. 133).

Ao que se refere às ocupações desempenhadas por essas mulheres percebemos continuidade na prevalência de ofertas de serviço e em atividades consideradas típicas do universo tido como feminino. “Das profissões declaradas no censo de Santo Antônio, a mais comum era de costureira (...). outras profissões de mulheres são declaradas tais como: ganhadeiras, engomadeiras, amas de leite e lavadeiras” (MATTOSO, 2003, p. 133). Atuavam, ainda, como padeiras, práticas de cura, sortilégios e benzeduras. A prostituição também era comum e associada à venda de gêneros alimentícios (VANIM, 2015):

A presença feminina nas atividades comerciais e em prestação de serviços específicos explicita a divisão sexual do trabalho no cenário colonial e indicam que as percepções acerca de gênero também demarcaram os espaços ocupados pelas mulheres nas relações econômicas que se constituíram nas ruas da sede, bem como em outras vilas e cidades da América Portuguesa (VANIM, 2015, p. 535).

Nota-se que, geralmente, as mulheres que lutavam pela sobrevivência, sendo interessante sobressair o aspecto de como o elemento feminino contribuía significativamente para o sustento da família, na classe média urbana do século XIX. Essas ocupações das mulheres refletem, inclusive, no nome de uma das localidades, como é o caso da Engomadeira.

As atividades de ganho eram desenvolvidas por mulheres escravizadas ou libertas em toda Salvador e mesmo em outras cidades do Brasil, sendo vital para a sobrevivência nas capitais, devido à carência de produção de alimentos, característica das economias voltadas à exportação, no caso brasileiro, a produção de açúcar. Essas atividades mercantis possibilitavam a compra de alforria para as escravizadas. Para as livres e para as libertas, alguma prosperidade econômica, que garantia o seu sustento e o de sua prole.

As libertas comercializavam produtos como hortaliças, verduras, peixes, frutas, comida pronta, fazendas e louças. Embora não formassem um grupo homogêneo, as vendadeiras conseguiam mais facilmente integrar-se no pequeno comércio urbano, retirando desses negócios o necessário para a sobrevivência e até alcançando alguma prosperidade. Havia certas posições nesse pequeno comércio cuja margem de lucro era bastante generosa (SOARES, 1996, p. 59-60).

Essa movimentação das mulheres chamava a atenção das autoridades locais que estabeleciam regras e licenças para o comércio, bem como tratavam da fiscalização, por meio de multas ou fechamento de pontos comerciais clandestinos. Não são raros os relatos de perseguições e cobranças indevidas pelos fiscais da Tesouraria.

Por sua vez, em 1869, a crioula Maria das Mercês, também pobre, moradora na estrada do Cabula, reclamava contra a Tesouraria de uma multa de 40 mil réis, quando a lei estabelecia um valor menor, de acordo com o local do negócio. Maria das Mercês havia instalado em sua própria residência, sem a devida licença, uma pequena venda "onde expõe ao consumo dos viajantes algumas garrafas de aguardente" (SOARES, 1996, p. 68).

As atividades laborais, fora do âmbito doméstico, ou conciliando público e privado, para os casos em que a casa se torna espaço de comercialização, possibilitava às mulheres circulação e ocupação de espaços da rua, o que demonstra que a dicotomia entre o público e o privado, ou a limitação das mulheres na esfera do lar, não se concretizava na prática, como discutiremos no próximo capítulo.

Há ainda de se destacar que a freguesia do Santo Antônio “contava menos com brancos que as demais” (MATTOSO, 2003, p. 133). Não diferente, hoje, Pernambués é conhecido como o bairro mais negro de Salvador. Segundo o último Censo (IBGE, 2010), dos seus 65 mil habitantes, 83% se autodeclaram negros. Por isso, vale frisar que aqui temos o entrelaçamento de gênero e raça/etnia.

Seguindo, traremos mulheres de destaque, ontem e hoje, dessas localidades. Sem a pretensão de construir biografias dessas mulheres, buscaremos elencar pontos que auxiliem na compreensão do lugar e da trajetória das mulheres. Ainda assim, não se trata de homogeneizar as mulheres, enquanto categoria social. Por isso, veremos que elas têm ocupações, crenças e atuações diferentes. O critério utilizado foi a visibilidade que elas possuem nos seus espaços, identificado pela escuta à população dali residente.

Nicácia da França, residente no Quilombo do Cabula, em meados do século XVIII, negra, conhecida como feiticeira e curandeira. Era procurada por gente de diversos lugares da cidade que contavam com seus serviços de adivinhação. Para Reis (2005), era a sacerdotisa do Quilombo. O autor também aponta a sua

deficiência física, nos pés e mãos;, seria aleijada e se locomovia com o uso de artefato de rodas, provavelmente produzido no local. Não temos indicação se as limitações de Nicácia recorrem do nascimento ou dos castigos comuns à escravidão:

As limitações de ordem física não nulificavam o respeito, admiração, reverência e até fama nutrido tanto pelos moradores dos arraiais do Cabula, quanto por residentes da cidade, uma vez que esta era consideravelmente procurada para que adivinhasse a sorte, uma possível vidente, e também para outros trabalhos de cura espiritual, manuseando e demonstrando seus conhecimentos por ervas do local. Eram esses moradores da cidade que a sustentava com o que necessitasse, em troca de seus serviços religiosos (MARTINS, 2017, p.).

Nicácia foi capturada em 1807, quando, por ordem de João Saldanha da Gama, o Conde de Ponte, governador e capitão general da capitania da Bahia, Severino da Silva Lessa, o Capitão-Mor das Entradas e Assaltos do Termo da Cidade do Salvador, invadiu o quilombo. As casas do arraial foram destruídas, seus habitantes escravizados, libertos e forros foram presos.

Zeferina, de origem angolana, teria chegado ao Brasil trazida por sua mãe Amália ainda muito pequena, já em condição de escravizada, na primeira metade do século XIX (OLIVEIRA, 1996). Atuou como líder do Quilombo do Urubu, localizado na região denominada de Subúrbio, em Salvador. Recebeu títulos de rainha, chefe, guerreira e era ligada a uma casa de candomblé no centro desse quilombo. Em ocasião de levante, em 1826, foi capturada. Todavia “custou a se entregar” oferecendo grande resistência e empunhando arcos e flechas (REIS, 1995).

Estima-se que na primeira metade do século XIX, também chegará à Bahia, Marcolina Constância da Silva, mais conhecida como **Gaiaku Satu** e seu companheiro José Maria dos Santos, conhecido como Alufá Salú, provavelmente de nação nagô. Fundaram a Cacunda de Yáyá que funcionou muitos anos no bairro da Sussuarana. O legado do terreiro foi continuado por Constância da Rocha Pires, **Mãe Tança de Nanã**. Filha de Gaiaku Satu, nasceu em terras brasileiras em 1881 (NICOLIN, 2016).

Maria Stella de Azevedo dos Santos, a **Mãe Stella de Oxóssi**, é sem dúvida, a filha e moradora mais ilustre do Cabula. À frente do terreiro Ilê Axé Opô Afonjá, localizado em São Gonçalo, desde 1979, é líder espiritual de gente de perto e de longe, pessoas residentes no terreiro e outras que veem ao Brasil para ouvir seus conselhos. Enfermeira e funcionária pública aposentada, autora de diversas

publicações. Foi empossada, em 2013, como membro da Academia Baiana de Letras, ocupando a cadeira 33, cujo patrono é o Poeta Castro Alves. De posições firmes, não se furta ao debate e tem se posicionado de maneira firme contra o sincretismo, tão característico da Bahia “O sincretismo não leva a nada. Enfraquece os dois lados. Não vejo vantagem nenhuma em misturar São Jorge com Oxóssi”¹⁵.

O Ilê Axé Opô Afonjá, que hoje é conduzido por Mãe Stella, foi fundado por Eugênia Anna dos Santos, a **Mãe Aninha**, a ialorixá Obá Biyi. Nascida no ano de 1869, em Salvador, filha de africanos. Iniciou-se no Candomblé na casa Mãe Nassô, localizado no Engenho Velho, o primeiro terreiro a funcionar regularmente na Bahia, fundado em 1930. Ao sair de lá, Mãe Aninha fundou o Ilê Axé Opô Afonjá, considerado Patrimônio Histórico Nacional, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, desde 2000. Mãe Aninha atuou para garantir a possibilidade do culto aos Orixás ser exercido livremente, no Brasil. Faleceu no ano de 1938.

Contemporânea a Mãe Aninha, Maria Genoveva do Bonfim, Maria Nenem ou **Mam'etu Maria Neném**, nascida em 1865, assumiu, em 1909, o Terreiro Tumbenci, localizado nas terras do Cabula, na comunidade do Beiru. Segundo Nicolin (2015), a matriarca vivia nessas terras por acreditar que o lugar tinha formas sagradas. Quando Mãe Maria Neném falece em 1945, a casa foi fechada.

Anos mais tarde, **Geurena Passos Santos** assume o terreiro e a sua reestruturação. Dona Geurena, atual Nengwa Kwa Nkisi do Terreiro Tumbenci, é sobrinha-neta de Maria Neném, nasceu em 1954, quando a tia-avó já havia falecido. Nascida no Beiru, foi iniciada na Engomadeira, no Terreiro Viva Deus Filho. Hoje, mantém o legado iniciado por Maria Nenem.

Também nos solos sagrados do Beiru, com toda a força da sua ancestralidade, temos Olga dos Santos, ou **Mãe Morena**, como era conhecida aos 15 anos, quando se iniciou, em 1930, no terreiro do Ecutá Anguemvumbe Kemgembe, da nação de Amburaxô. Em 1953, ela funda o Terreiro São Roque, na Baixa do Kabula, permanecendo até o ano de 1971, quando é transferido para o Beiru. Mãe Morena permanece à frente do terreiro até o ano de sua morte, em 1980.

¹⁵Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/66/perfil>. Acesso em 20 jun. 2017. Para a discussão sobre sincretismo religioso, recomendamos a leitura de Ferretti (2007).

Além de referência bibliográfica deste trabalho, a atuação de **Janice de Sena Nicolin** merece destaque entre as mulheres do Cabula. Mestre e doutora em Educação e Contemporaneidade, pela UNEB, tem se debruçado sobre o legado africano-brasileiro especialmente no Cabula, intercruzando espaços acadêmicos e sociais de atuação. É fundadora e coordenadora da Associação Artístico-Cultural Odeart, que atua para o empoderamento da juventude negra na Bahia, por meio de práticas pedagógicas com ênfase na linguagem teatral para adolescentes e jovens das comunidades do Cabula em Salvador.

Itana Maria Ribeiro das Neves, a **Makota Itana** nasceu em 1955, na Liberdade, bairro de Salvador. Ainda criança, foi morar na Estrada das Barreiras. Com sua memória impecável, relembra com detalhes o Cabula de ontem, e por isso, também, foi entrevistada para que pudéssemos contar e/ou recontar a história dessa localidade. Iniciada no Terreiro Viva Deus, fonte viva, narra com primor, as peculiaridades dos terreiros do miolo da cidade. Para além dos seus conhecimentos sobre a ancestralidade e ainda assim, ligados a esses, aprendeu quando criança, com a sua mãe, o bordado Richelieu¹⁶. Por essa atividade, recebeu prêmios estaduais e nacionais. E, hoje se dedica a desenvolver cursos da arte de bordar para jovens e adultos.

Gildete Santos de Jesus, Dona Gildete ou como é conhecida **Dona Dadá** nasceu no São Gonçalo, em 1945. Formada em magistério, atuou nas Escolas Municipais Antônio Euzébio e Professora Anfrísia Santiago. Em 1974, casou-se e passou a morar na Estrada das Barreiras. Assim como a Makota Itana, D. Dadá, nos auxiliou na missão de apresentar aqui a história do Cabula. Na ocasião, elas nos conta que participou ativamente das passeatas em protesto sobre a instalação do Hospital Geral Robertos Santos¹⁷ que seria construído na Engomadeira, local já habitado por inúmeras famílias. Os protestos tinham por finalidade, lutar pela permanência das famílias na localidade e a construção do referido hospital em outro lugar, como se concretizou.

¹⁶ O bordado Richelieu tem sua origem na corte francesa de Luís XIII. No século XIX, no Brasil, foi incorporado nas vestimentas das mulheres de santo. Ver Monteiro, Ferreira E Freitas (2005).

¹⁷ O Hospital Geral Roberto Santos foi inaugurado em 1979. É o maior hospital público entre as regiões Norte e Nordeste, atendendo um público de todo o Estado.

Entre moradores mais antigos que se dispuseram a abrir o baú de memórias para essa narrativa, está Elenice Oliveira da Conceição, a **Dona Nicinha**. Em 1970, ela transferiu seu terreiro para o Beiru, e, desde então, acompanha a urbanização desta localidade.

Regina Antonia Santos Costa, nasceu, vive e atua na localidade São Gonçalo. É líder da Pastoral da Criança¹⁸, que trabalha com crianças de 0 a 6 anos, com ações básicas de saúde, nutrição, cidadania e educação. Essas mulheres, com suas diferentes atuações, se destacam no cotidiano do que, no passado, foi o antigo Quilombo do Cabula.

Novamente, nos valem do quadro que tem nos auxiliando na demarcação de cada elemento a ser representado no mapa, à medida que o contexto da pesquisa avança. Doravante, apresentaremos a versão que será considerada na constituição do objeto digital. Sem que ambicione uma versão conclusiva e permanente, ela é indicativa para apresentação de modelo possível (Quadro 2c).

¹⁸ Organização de ação social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

Quadro 2c – Composição do Mapa Cultural

Elementos para composição do Mapa CULTARTE			
Lugar: antigo quilombo do Cabula: 17 localidades, no miolo da cidade do Salvador- BA, na atualidade.			
Elementos	Contexto Histórico	Contexto Cultural	Mulheres no Contexto
Mapa	Recorte das 17 localidades, no Google Maps - Considerando: a. Sentimento de pertença e identidade de atuais residentes nas 17 localidades; b. A identificação cultural e social dos moradores com a história de resistência negra.	Espaços e equipamentos culturais tais como: associações, escolas, teatros bibliotecas, praças, centros sociais urbanos, entre outros.	Atividades produtivas e reprodutivas das mulheres
Matrizes culturais	Povos originais tupinambá - A mulher tupinambá	As festividades; Terreiros de candomblé e umbanda;	Continuidades e rupturas, na atuação/ocupação das mulheres.
	Colonizadores ibéricos - Organização social		
	Povos Africanos - Práticas de resistência		
Ocupação geográfica	Século XIX - Desbravamento territorial - Quilombo - Arraiais	Sentido de lugar, Elementos do pertencimento.	Migrações; Circulações.
	Após década de 1940 - Urbanização - Expansão da cidade do Salvador		

Fonte: Própria autora, 2018.

Partindo deste contexto, no próximo capítulo, discutiremos como as mulheres, ao longo de tempos e espaços, ressignificam suas trajetórias, quais caminhos estas tem trilhando rumo a condições de maior equidade, efetiva autonomia e empoderamento.

4 MOVIMENTO DE MULHERES, MULHERES EM MOVIMENTO

*Vive dentro de mim
a mulher cozinheira.
Pimenta e cebola.
Quitute bem feito.
Panela de barro.
(Cora Carolina)*

Historicamente, seja contra os longos períodos de fome e carestia, as nuances da escravidão, sob o signo da religião e da caridade, durante os períodos de guerra, peste ou dos períodos obscuros que as delegavam ao ostracismo cultural, político e social, as mulheres constituem redes para que juntas possam encontrar caminhos e soluções de problemas que lhes são comuns.

Atualmente, as dificuldades que as mulheres encontram, podem ter sido modificadas ou reconfiguradas. Ainda assim, suas redes e associações são comuns em diversas sociedades. Essas formas de organizar permitem a partilha e compartilhamento de saberes e práticas, rumo a superação de vulnerabilidades e possibilidades de autonomia.

Ainda que não negligenciemos as múltiplas possibilidades que os escritos teóricos sobre mulheres e mesmo o feminismo oferecem para a compreensão da condição das mulheres frente às vulnerabilidades, que também são múltiplas e alternativas trilhadas ao longo do tempo, o desenho teórico que apresentamos, acima de tudo, indica o caminhar que traçamos e as escolhas teóricas que fizemos para sustentar as questões relativas à pesquisa. Ainda que muito se tenha discutido acerca da neutralidade de pesquisadoras e pesquisadores frente ao seu campo de estudo, julgamos pertinente demarcar tal condição.

Afinal, ao indicar que os saberes são sempre localizados, Donna Haraway (1995) denuncia que mesmo os que teoricamente propagam a necessidade da neutralidade da ciência, na prática, assumem posicionamentos outros, ainda que estejam situados no campo das ciências exatas, como é o caso da outra aqui referida.

Neste capítulo, adentraremos em questões relativas ao cruzamento gênero com outras categorias, como classe, geração e lugar. Discutiremos problemas que se perpetuam ao longo dos séculos e como as mulheres vêm resignificando suas

trajetórias e, desse modo, criando alternativas e mecanismos contra hegemônicos. Espera-se traçar um quadro geral de categorias que nos auxiliarão na resposta às nossas questões norteadoras.

Hirata (2014) historia que o conceito de interseccionalidade é desenvolvido pelo feminismo negro, em países anglo-saxões. Assim, o enfoque esteve nas questões de gênero e classe. Todavia, a partir da compreensão de não hierarquizar as formas de opressão, a autora caminha por abordagens que inter-relaciona sexo, classe, raça, sexualidade, religião e origem, levando em consideração múltiplas fontes identitárias, sem que o proposto seja uma teoria globalizante. Em outras palavras, a interseccionalidade é transdisciplinar e busca um entrelace de categorias identitárias para a compreensão das desigualdades sociais.

Para Kerner (2012), embora o número de produções nessa abordagem tenha crescido nos últimos anos, não está claro o que significa interseccionalidade e afirma que usualmente:

o termo 'intersecções' serve como símbolo para todas as formas possíveis de combinações e de entrelaçamentos de diversas formas de poder expressas por categorias de diferença e de diversidade, sobretudo as de "raça", etnia, gênero, sexualidade, classe/camada social, bem como, eventualmente, as de religião, idade e deficiências (KERNER, 2012, p. 55).

Ainda assim, em sua obra, a referida autora afirma que a interseccionalidade está sustentada nas suas origens para a compreensão do entrelaçamento entre raça e classe social, o que leva a autora a concluir que:

Nesse sentido, intersecções significam: primeiro, normas de gênero pluralizadas e normas que dizem respeito aos pertencentes de uma "raça" ou de um grupo definido etnicamente; segundo, cruzamentos institucionais com efeitos que diferenciam grupos sociais; e, em terceiro lugar, processos multifatoriais de formação de identidades (KERNER, 2012, p. 58).

Castro (1992), em um estudo sobre gênero, classe e raça que observava trabalhadores domésticos em Salvador-Ba, nomeou de "alquimia de categorias sociais", na busca de compreensão para a pluralidade dos sistemas de privilégios e hierarquias, que estão para além das questões de classe.

Além da pluralidade, a tradução dos sistemas de privilégios (por categorias sociais) se dá por vivências. Isto é, realizações de uma sociedade de classe em tempos e lugares definidos. Tais sistemas de privilégios se entrelaçam, resultando em especificidades que se afastam dos modelos puros (CASTRO, 1992, p. 60).

Nessa compreensão, as categorias sociais se entrelaçariam na constituição dos sujeitos e nas suas relações sociais, modelam sua forma de estar, viver e perceber o mundo, de maneira imbricada, o que compreendemos no bojo das relações dialéticas:

A classe substancia-se em gênero e em raça, assim como gênero e raça são filtrados por posições e relações de classe, A estrutura de classe que produz e onde se reproduzem os pobres não é uma dimensão paralela e, sim, palco das relações de raça e de gênero (CASTRO, 1992, p. 71).

Concluimos que a interseccionalidade aponta para a necessidade do feminismo contemporâneo estabelecer diálogos com outras áreas e a recusa em erguer fronteiras entre saberes, caminhando pelo intercruzamento de categorias e vulnerabilidades para compreender os espaços, opressões e superações das mulheres na contemporaneidade.

Para dar conta destas e outras questões, o capítulo foi dividido em três seções, saber: 1. Autonomia, empoderamento e superação das vulnerabilidades, na qual discutiremos a mulher face ao mundo do trabalho e como as políticas públicas tem dialogado com essas questões; 2. viver e crescer no coletivo: economia solidária e associativismo – como as mulheres têm se organizado de modo a superar as vulnerabilidades; 3. rota alternativa: o turismo de base comunitária – o TBC como possibilidade de atuação coletiva.

4.1 AUTONOMIA, EMPODERAMENTO E SUPERAÇÃO DAS VULNERABILIDADES

*Que pretendes, mulher?
Independência, igualdade de condições...
Empregos fora do lar?
És superior àqueles
que procuras imitar.
Tens o dom divino de ser mãe.
Em ti está presente a humanidade!
(Cora Coralina)*

Adotaremos o conceito de empoderamento, na perspectiva Freiriana, que ressignifica o usual *empowerment*. Para Paulo Freire, empoderar-se/libertar-se é um ato social (SHOR; FREIRE, 1986). Portanto, ligado à classe social do indivíduo, ao passo que refuta possibilidades de emancipação individual (BAQUERO, 2006).

Desse modo, empoderamento e conscientização são nuances da mesma construção.

Cecília Sardenberg (2012) historia o uso do conceito pelo movimento feminista e de mulheres e alerta para o uso indiscriminado do conceito nos últimos anos. Por isso, precisamos demarcar o que chamamos de empoderamento. “Para nós, feministas, o empoderamento de mulheres, é o processo da conquista da autonomia, da autodeterminação. E trata-se, para nós, ao mesmo tempo, de um instrumento/meio e um fim em si próprio” (SARDENBERG, 2012, p. 2). Empoderamento refere-se ao processo e assume caráter revolucionário e não apenas econômico.

Para as discussões sobre mulheres e sobre questões de gênero, debater poder e empoderamento ainda se faz necessário, mesmo diante da ampliação dos direitos das mulheres, como é caso do direito ao voto¹⁹ ou o direito a herança²⁰, antes negados a essa parcela da população. Desse modo, o empoderamento das mulheres está para além das questões da vida política, perpassa pelo poder da sua própria vida, pela dominação masculina, o direito a uma vida sem violência, o controle sobre a sua sexualidade, entre outros.

Para Stromquist (1996), assim como a dominação assume várias faces, o empoderamento também e pontua quatro componentes: a. o cognitivo, refere-se à compreensão das mulheres da sua subordinação e as causas desta. O conhecimento articulado sobre a sua sexualidade, sobre as estruturas da sociedade e sobre direitos legais possibilitam as mulheres outras possibilidades de ações e interações sociais; b. o psicológico, compreendendo que a dominação pode estar para além do material, a convivência com outras mulheres, o desenvolvimento da autoestima e da autoconfiança contribui para o empoderamento das mulheres; c. o político, refere-se à possibilidade de se organizar e mobilizar frente a pautas de transformação social; d. o econômico, alude a independência financeira das mulheres e potencializa outros componentes, como o psicológico.

¹⁹ No Brasil, o decreto nº. 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, do Presidente Getúlio Vargas, retira a distinção de gênero para o eleitorado. Ressalta-se que diferente do voto masculino, o voto de mulheres não era obrigatório.

²⁰ Conhecida como o Estatuto da mulher casa, a Lei Nº 4.121, de 27 de agosto de 1962, que compreendia o homem enquanto chefe da sociedade conjugal, estabelecia entre outras coisas, o direito a herança às mulheres casadas.

Sobre autonomia, advogamos que está para além da inserção no mundo do trabalho, mesmo que compreendendo que essa é uma estratégia importante, como assinalou Simone de Beauvoir, em sua obra “O Segundo Sexo” que marca as discussões de gênero em todo o mundo ocidental, “foi pelo trabalho que a mulher cobriu em grande parte a distância que a separava do homem; só o trabalho pode assegurar-lhe uma liberdade concreta” (BEAUVOIR, 1967, p. 449).

Para Sen (2010), as questões se inter cruzam, ao passo em que a pobreza priva o indivíduo da liberdade e o desenvolvimento possibilita a expansão desta. Observando que há diferentes tipologias de liberdade, a privação de uma pode desencadear tantas outras. “A privação de liberdade econômica pode gerar a privação de liberdade social (...)” (SEN, 2010, p. 23). E em outro momento afirma que essas diferentes liberdades podem se fortalecer entre si.

Ainda segundo Sen, são inúmeras as pessoas que sofrem de privação de liberdade ao redor do mundo. No entanto, as diferenças entre homens e mulheres limitam, em grande medida, as liberdades para o sexo feminino, quando não ceifam a vidas destas, prematuramente.

Contudo, a autonomia das mulheres perpassa a autonomia financeira, mas não finda aí. Afinal, ao que se refere ao mundo do trabalho²¹, as vulnerabilidades femininas não se situam apenas na relação de mercado, capital e salário. Elas se fundam no campo ideológico, nos estereótipos de gênero e na dupla jornada. Nesse contexto, diferentes vulnerabilidades se cruzam e entrelaçam-se, além do gênero e da classe, teremos fatores geracionais e de raça/etnia (CASTRO, 2001). Assim, “mulheres têm mais dificuldades em “converter” seus direitos formais em reais potencialidades, tanto por razões biológicas como pelo efeito de fatores socioculturais como a existência de normas sociais que lhes são desfavoráveis” (GUÉRIN, 2003, p.18).

Segundo dados do Censo (2010), as mulheres brasileiras, se comparadas aos homens, possuem mais anos de escolaridade. Representam metade do eleitorado do país e da força de trabalho. No entanto, mulheres com registro profissional recebem cerca de 30% a menos que homens na mesma situação. As diferenças salariais somadas aos postos de ocupação, ou seja, setores de trabalhos ocupados

²¹ Ver Antunes, 2007.

segundo gênero, deixaram o Brasil na 80ª posição do ranking de 146 nações, o Índice de Desigualdade de Gênero (IDG), elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

Na nota técnica Nº 24/2016, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) se propõe a apresentar informações sobre a inserção das mulheres, salientando as desigualdades, inclusive entre as mulheres, entre os anos de 2004 e 2014. Em 2014, taxa de atividade das mulheres com 16 anos ou mais de idade é de 57%, enquanto dos homens é de aproximadamente 80%. Cabe interrogar o que afasta as mulheres do mundo do trabalho, afinal, esses efeitos serão sentidos no aumento das vulnerabilidades; diante desse panorama, que não é apenas brasileiro, tem se constituído como um desafio maior para as mulheres, alargando fenômenos como a “feminização da pobreza”. Afinal,

De certo, o fenômeno de ‘feminização da pobreza’ já ganha espaços sem fronteiras ao ser confirmado não só nas estatísticas das principais agências internacionais, como também no cotidiano, nas imagens de países com desenvolvimento humano baixo. Posto isso, pode-se afirmar que, no conjunto dos indivíduos que vivem com menos de um dólar por dia, a maioria é constituída de mulheres. Mas é fundamental que se frise sempre, em primeiro lugar, a questão da trajetória feminina da escola ao mundo do trabalho, pois é através deste mecanismo que se proporciona a autonomia necessária, sobretudo financeira, para a condição de mulher não seja mais motivo de vitimização, submissão ou invisibilidade (CAVALCANTI, 2005, p. 94).

Isso nos ajuda entender porque se multiplicam os estudos sobre a “feminização da pobreza”. O termo se populariza nos EUA na década de 1970, após diversos estudos sobre a maternidade/gravidez na adolescência, mulheres divorciadas e viúvas. Ou seja, as atenções estavam voltadas para lares que fugiriam da composição “desejada”.

Todavia, Castro (2001) ressignifica o termo, pautando a invisibilidade do trabalho doméstico, pondo luzes a dicotomização histórica entre a esfera produtiva e reprodutiva. Seguindo a formulação de Engels (2006, p.95), que diz que “na família, o homem é o burguês e as mulheres representam o proletariado”, Castro (2011)conclui que se observamos a renda individual, as mulheres casadas são mais pobres que as chefes de família.

Outros analistas, não ao azar feministas, advogaram que o termo “feminização da pobreza” não deveria ser lido como crescimento das mulheres entre os pobres, mas como aumento da visibilidade estrutural da pobreza das mulheres, já que, historicamente, o trabalho da mulher não

remunerado no cuidar dos filhos, da casa, do marido não seria contabilizado na produção de riqueza e que, por outro lado, se considerada não a renda familiar, mas a renda individual, seriam as esposas, e não as chamadas mulheres chefes de família (principalmente se da mesma faixa etária), as que mais se destacariam como mais pobres entre os pobres, assim como as mais velhas vivendo sós (CASTRO, 2001, p. 91-2).

Segundo Costa *et al.* (2005), para definirmos feminização da pobreza é preciso conceituar, em separado, feminização e pobreza. Dependendo do conceito que é atribuído a cada uma dessas categorias, poderemos chegar a caminhos distintos. Portanto, cabe elucidar que conceituaremos feminização tendo como prisma um universo no qual há um sensível crescimento da atuação de mulheres ou de chefia familiar feminina. Já para dimensionar pobreza, trabalharemos com os indicadores sociais, afinal, trata-se da “privação de capacidades básicas, e não apenas como baixa renda” (SEN, 2010, p. 36).

Para Costa *et al.* (2005), quando os indicadores não dão conta das diferenças intradomiciliares não são capazes de perceber as inúmeras dinâmicas que são estabelecidas nos domicílios e sem observação das divisões do trabalho doméstico, por exemplo, torna-se homogênea, a pobreza.

Em estudo sobre a divisão sexual do trabalho doméstico entre casais da capital soteropolitana, Castro e Souza (2012) observam que as mudanças são tênues no que se observa um compartilhamento das atividades domésticas. Entre esse grupo, observou-se que na presença de um homem no domicílio, esse é considerado o chefe. Permanecendo, ainda que no imaginário, afinal, as mulheres participam do provimento do lar; a mulher, enquanto cuidadora e o pai, provedor.

Sobre a divisão do trabalho doméstico, Ângela Davis (2013) pontua que as tarefas domésticas são virtualmente invisíveis, mesmo levando às mulheres a se ocuparem, por diversas horas, nas atividades do cuidado, cozinhar, lavar louças e roupas. No Brasil, em 2014, 90% das mulheres afirmam se dedicar ao trabalho doméstico, contra 51% dos homens. Elas dedicam 25,3 horas semanais, ao passo em que eles, apenas 10,9 horas (IPEA, 2016).

Para Davis (2013), o confinamento da mulher ao lar e a exclusividade na execução das atividades laborais domésticas, são implementadas junto ao desenvolvimento do capitalismo. Ao passo que “a procriação das mulheres, o cuidar das crianças, e tarefas domésticas é o que torna possível aos membros da família

trabalharem – trocar força de trabalho por salários - não podendo isso ser negado” (DAVIS, 2013, p. 166). Por isso,

A estrutura separatista da economia pública de capitalismo e da economia privada da casa foi continuamente reforçada pela obsoleta condição do trabalho doméstico ao nível primitivo. Apesar da proliferação de engenhocas para a casa, o trabalho doméstico continuava qualitativamente não afetado pelos avanços tecnológicos trazidos pelo capitalismo industrial (DAVIS, 2013, p. 163).

Assim, as mulheres seriam “uma classe especial de trabalhadoras exploradas pelo capitalismo chamadas donas de casa” (DAVIS, 2013, p. 166). Para além da exclusividade no trabalho doméstico, o que assistimos é acúmulo de tarefas, também conhecido como dupla jornada, quando as mulheres além do trabalho fora dos limites domésticos, ainda são responsáveis pela manutenção da casa.

Corroborando, Castro (2001) lembra que as mulheres estão inseridas em um contexto neoliberal, no qual se fazem necessárias políticas públicas ativas e compensatórias, frente à precarização do trabalho que atinge homens e mulheres, no entanto, em medidas diferentes. Em outras palavras:

De fato, as mulheres são, também, muitas, mães, filhas, esposas de homens, e, se de classe trabalhadora se trata, os diferenciais entre homens e mulheres até em relação a rendimentos e taxas de desemprego (indicadores desfavoráveis às mulheres) não significam que estariam os trabalhadores homens no campo e na cidade em condições ideais ou mesmo razoáveis. Por outro lado, sempre respinga na mulher, nas crianças e nos jovens o aumento da vulnerabilidade social da classe trabalhadora, não só em termos de orçamento familiar, mas também em termos de vitimização por violências no público e no privado, no âmbito doméstico (CASTRO, 2001, p. 90).

Em consonância, as mulheres e os movimentos de mulheres e feministas têm pautado o empoderamento e a autonomia das mulheres, em sua agenda de luta. O que reverberou, por exemplo, na Declaração do Milênio das Nações Unidas. Aprovado em 2000, é um conjunto de 32 compromissos, divididos em oito eixos pactuados por 191 países. Entre eles está o Desenvolvimento e Erradicação da Pobreza, que entre seus compromissos assume “promover a igualdade entre os sexos e a autonomia da mulher como meios eficazes de combater a pobreza, a fome e as doenças e de promover um desenvolvimento verdadeiramente sustentável” (ONU, 2000, p.9).

Em nível nacional, temos o Plano Nacional de Política para as Mulheres – PNPM (2013-2015), fruto da construção coletiva entre Poder Público e Sociedade Civil, que visa assegurar os direitos das mulheres e pautar as políticas públicas, estabelecendo entre seus princípios a autonomia das mulheres em todas as dimensões da vida. O PNPM contém 10 eixos, entre eles, "Igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica" que visa extinguir as desigualdades na divisão sexual do trabalho, erradicação da pobreza e participação das mulheres no desenvolvimento do país.

Para isso, objetiva ampliar a participação das mulheres no mercado de trabalho, igualar rendimentos; superar a divisão sexual do trabalho doméstico; promover o acesso de mulheres à renda; valorizar a contribuição das mulheres no desenvolvimento do país; ampliar a formalização do trabalho de mulheres e garantia de direitos.

As metas giram em torno da profissionalização e capacitação das mulheres; equipamentos públicos, como creches, que interfiram na divisão sexual do trabalho; ampliar a regularização dos postos de trabalho e a legislação que garanta igualdade salarial, entre outros.

Outro eixo do PNPM que dialoga diretamente com o nosso lócus de pesquisa é "Desenvolvimento sustentável com igualdade econômica e social". Assumindo como exigência básica para o desenvolvimento sustentável e solidário, a igualdade de gênero. Por isso, enfatiza no seu objetivo que o desenvolvimento sustentável deve "considerando as dimensões sociais, econômicas e ambientais, democratizando o acesso aos bens da natureza e aos equipamentos sociais e serviços públicos" (BRASIL, 2014, p. 62).

Nesse sentido, aponta a necessidade de reconhecer o trabalho reprodutivo no desenvolvimento ambiental, econômico e social; participação das mulheres nas políticas de desenvolvimento ambiental e agroecologia; garantir direito à moradia por meio de facilitação de créditos e a democratização do uso da água.

Ao caminhar de modo transversal, o PNPM aponta que a autonomia das mulheres está relacionada diretamente ao trabalho e às condições deste. Para garanti-la é preciso atuar em diversas áreas, incluindo mulheres da cidade, do

campo, das florestas, indígenas, das comunidades tradicionais, mulheres com deficiência e as formas específicas de desenvolvimento.

Na Bahia, em consonância com o PNPM, o Plano Estadual de Políticas para Mulheres (2013-2015) é resultado das conferências municipais, territoriais e estaduais das mulheres. Aqui, a autonomia das mulheres também é um pilar, o que evidencia a importância dessa pauta para o movimento de mulheres.

O PEPM amplia a discussão, ao citar Vera Soares (2011), afirmando que autonomia das mulheres está em três esferas: a) física, o controle sobre o próprio corpo, saúde, sexualidade e reprodução; b) econômica, relacionada a capacidade de autossustentar-se, decidir sobre bens e recursos; c.) de poder, atuação individual e coletiva.

Ainda que o trabalho desponte como a alternativa frente às desigualdades de gênero, as reproduções da divisão sexual do trabalho merecem atenção. Em outras palavras:

Por outro lado, a incorporação das mulheres no mercado de trabalho por si não garante a autonomia necessária para o livre acesso da cidadania feminina, pois essa incorporação se dá nos marcos de uma sociedade desigual, demarcada pela tradicional divisão sexual do trabalho e por práticas racistas e classistas, onde o trabalho feminino muitas vezes não se constitui para as mulheres em uma possibilidade real de autonomia, mas sim de subordinação e exploração (BAHIA, 2013, p. 21).

Assim, a pauta da igualdade de gênero e autonomia das mulheres é um importante passo na aquisição e efetivação de direitos. Todavia, por si, não os garantem. Sendo necessária uma soma de ações e esforços. Por isso, na próxima seção, discutiremos alternativas traçadas por coletivos de mulheres de modo a ressignificar suas histórias, plantadas em diversas formas de associativismos. Essas iniciativas situam-se na contramare do capital, reverberando, assim, que outros horizontes existem, são possíveis e já se configuram. Adiante, discutiremos como a Economia Solidária e o associativismo podem despontar como alternativa no caminho para a autonomia das mulheres.

4.2 APRENDER OS NÓS/ NOS: ECONOMIA SOLIDÁRIA E ASSOCIATIVISMO

*Companheira me ajuda
Que eu não posso andar só,
Eu sozinha ando bem
Mas com você ando melhor
(Cantiga Feminista)*

Faz algum tempo que as mulheres e o movimento de mulheres e feminista perceberam os entraves do capitalismo para a vida das mulheres. Com o neoliberalismo, o que assistimos é a exacerbação dos abismos sociais, que não se limitam à classe, mas se aprofundam ao cruzarmos categorias como gênero, lugar e raça:

O atual modelo de desenvolvimento é estruturado na exploração do trabalho, nos valores capitalistas, pela apropriação privada de recursos naturais, pela concentração de riquezas e da terra e pela mercantilização da vida. Isto produz discriminação e desigualdades estruturais nas relações sociais entre homens e mulheres e, sobretudo, para as populações negras, indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais, sendo as mulheres e crianças, oriundas desses grupos, as maiores vítimas (Encontro das mulheres da América Latina e Caribe da Economia Solidária: Mulheres Transformando a América Latina, 2012).

É preciso aprofundar as discussões sobre o lugar das mulheres nas esferas produtivas. A dicotomia entre o público e o privado cria uma discrepância nas atividades de produção e reprodução. A valorização de atividades em detrimento de outras cria distâncias entre labores, quando considera as dinâmicas de reprodução da vida algo distante da economia.

É o mesmo que defendem os grupos de mulheres que se insurgem contra o escândalo da oposição gerada entre público e privado, entre produção e reprodução. Esta oposição atribui às mulheres actividades não remuneradas que perfazem dois terços do respectivo tempo de trabalho, enquanto dois terços do tempo de trabalho dos homens é remunerado. Historicamente, o confinamento das mulheres a uma economia doméstica ignorada explica a sua subrepresentação física e simbólica nos espaços públicos. Se as mulheres são maioritárias nas iniciativas populares, é justamente porque elas consideram que estas iniciativas colectivas são susceptíveis de identificar e contextualizar as necessidades, para depois as exprimir e levar à esfera pública (LAVILLE, 2009, p. 19-20).

Na contramão desse movimento de repensar ocupações laborais, o Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2013), define trabalho como:

- a) Ocupação remunerada em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, etc.) na produção de bens e serviços; b) Ocupação remunerada em dinheiro ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, etc.) no serviço doméstico; c) Ocupação sem remuneração na

produção de bens e serviços, desenvolvida durante pelo menos uma hora na semana: - em ajuda a membro da unidade domiciliar que tem trabalho como empregado na produção de bens primários (as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura), conta própria ou empregador; - em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo; ou - como aprendiz ou estagiário; ou d) Ocupação desenvolvida, durante pelo menos uma hora na semana: - na produção de bens, do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, destinados à própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar; ou - na construção de edificações, estradas privadas, poços e outras benfeitorias (exceto as obras destinadas unicamente à reforma) para o próprio uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar (IBGE, 2015, p.128²²).

Se remuneração é condição para considerarmos uma atividade como trabalho, o que inferimos é que grande parte das mulheres não estão inseridas na economia. Afinal, são elas responsáveis pelas atividades do cuidado e da agricultura de subsistência, por exemplo.

Soma-se a isto, o fato de Salvador apontar-se como a capital brasileira do desemprego. Em fevereiro de 2017, o número chegou a 24,7%, da População Economicamente Ativa, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2017). Enquanto no Brasil, a taxa é de 13,2%, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE, 2017). Neste cenário, poderíamos vislumbrar soluções alternativas frente ao desemprego?

Para colocar o desemprego em perspectiva, é necessário explicitar e examinar criticamente uma série de pressupostos que o discurso corrente subentende. Em primeiro lugar, o fato de que se necessita de ocupação, que não é sinônimo de emprego. Este último conceito implica assalariamento - uma relação de emprego só existe quando alguém, em geral uma firma, dá um emprego a alguém. A própria linguagem é enganadora. Não há qualquer doação, mas compra e venda. O emprego resulta de um contrato pelo qual o empregador compra a força de trabalho ou a capacidade de produzir do empregado. Os empresários gostam de falar de oferta de emprego, como se o emprego fosse alguma dáSena que a firma faz ao empregado. Na realidade, é o contrário: é o trabalhador que oferece, ele que é o vendedor, e a mercadoria não é o emprego mas a capacidade do trabalhador (SINGER, 1999, p.12).

“Neste sentido, o desemprego não é um ‘mal’, mas um efeito funcional de políticas de estabilização exitosas” (SINGER, 1999, p.13). Assim, é preciso um olhar crítico para o desemprego e a quem interessa o “exército de reserva”, termo

²²IBGE. Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2013. 2 ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

cunhado por Marx, para explicar o “excedente” de trabalhadores, que entre outras coisas é “utilizado” para controlar valores salariais e condições de trabalho, sempre partindo da máxima, “se não quer, há quem queira”, e os que querem, só em Salvador, como já dito, representam quase 25% da população economicamente ativa.

Repensar, assim, o que denominamos “trabalho” é elemento basilar para compreensão das múltiplas esferas produtivas e reprodutivas que convivem e resistem na economia capitalista. Estar inserido na economia não significa, necessariamente, ter um emprego formal. Ao contrário, “ocupação compreende toda atividade que proporciona sustento a quem a exerce. Emprego assalariado é um tipo de ocupação nos países capitalistas o mais frequente, mas não o único” (SINGER, 1999, p.14).

Para resolver o problema do desemprego é necessário oferecer à massa dos socialmente excluídos uma oportunidade real de se reinserir na economia por sua própria iniciativa (...) Uma maneira de criar o novo setor de reinserção produtiva é fundar uma cooperativa de produção e de consumo (SINGER, 1999, p. 22).

Nesse horizonte de cerceamento de direitos e participação, e do mesmo modo, esperanças que não findaram, a economia solidária apresenta-se como uma alternativa à economia capitalista. “A economia solidária pode ser considerada, assim, um movimento que vem traduzindo a busca por uma sociedade fundada em outras bases – cooperação, solidariedade, vida (...)” (RIBEIRO; NOGUEIRA e GUIMARÃES, 2013, p. 28). Na qual, um modo de se prezar por uma vida mais igualitária é proposto, a partir de uma compressão mais ampliada da economia em si.

Há aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais a serem observados, que, mesmo sendo imbricados, podem ser desdobrados com o intuito de propor um melhor entendimento do fenômeno. Do ponto de vista econômico, observa-se uma vinculação com o aumento do desemprego; do ponto de vista político, com o enfraquecimento da ideia de um Estado do Bem Estar Social; do ponto de vista social, com a intranqüilidade que representa a junção dos dois problemas citados, e do ponto de vista cultural, com pretendidas modificações identitárias que estariam em gestação no momento (NUNES, 2002, p. 61).

As organizações mutualistas, cooperativas e associativas se configuram, pelo engajamento dos cidadãos, com a democratização da economia pela sua utilidade social e interesse coletivo, abrangendo a sua dimensão política e econômica. Podem

se materializar por meio da economia popular, microfinanças, comércio justo, serviços de proximidade ou moedas sociais (FRANÇA FILHO, 2002; LAVILLE, 2009).

As práticas cooperadas não são um fenômeno do século XX, por mais que nos últimos anos tenham voltado a pautar tanto na economia e quanto na política, muito sinalizada por movimentos sociais, sindicatos e redes, num movimento de luta e ampliação de direitos e negociações coletivas. Afinal, “Não se centravam unicamente sobre o seu próprio funcionamento interno, mas visavam uma ação mais ampla sobre a sociedade, postulando uma ligação entre auto-organização do trabalho e democratização da sociedade” (LAVILLE, 2009, p. 11). Essas práticas encontram-se no bojo das práticas alternativas ao capitalismo, e ao longo da história vêm obtendo êxitos e desacertos.

O projeto cooperativo já é antigo, ele foi originalmente concebido como alternativa socialista ao capitalismo industrial. Foram inúmeras as tentativas de colocá-lo em prática. Fico tentado a acrescentar: tendo a maioria fracassada. O fato é que a história do cooperativismo é riquíssima em experiências bem-sucedidas e ainda hoje uma parcela nada desprezível da indústria, sobretudo da agricultura e de alguns serviços, segue seus princípios. Isto permite sustente que a economia solidária é a mais importante alternativa ao capitalismo neste momento histórico, por oferecer uma solução prática e factível à exclusão social, que o capitalismo em sua nova fase liberal exacerba. Mas, para que esta possibilidade se realize, é preciso que o movimento operário e seus aliados concentrem suas forças ainda ponderáveis no apoio e na promoção às cooperativas de trabalhadores, para que elas possam absorver os milhões que não têm lugar na economia capitalista (SINGER, 1999, p. 9).

Nas palavras de Nunes (2002),

O conceito de Economia Solidária surgiu na França nos anos 90, dentro de uma discussão maior acerca das transformações econômicas do final do século XX, em que, ao crescimento econômico vertiginoso não correspondeu um aumento generalizado do bem-estar dos homens e mulheres, mas, ao contrário, um aumento do desemprego e da exclusão social (NUNES, 2002, p. 59).

A economia solidária pressupõe a dimensão política da ação, na qual os sujeitos se auto-organizam, não apenas para produzir, mas para gerir lucros, atento a sustentabilidade, sobrevivência dos seus membros, à solidariedade e resolução de problemáticas sociais. “A realidade de uma economia solidária vem assim se posicionar num contexto de falência dos mecanismos de regulação econômico-política da sociedade” (FRANÇA FILHO, 2002, p. 15).

Por outro lado, essa gestão e organização dos saberes populares que se implica à economia solidária, na atualidade, vão além de suprir as condições materiais de sobrevivência. Como já foi dito, a economia solidária é uma ação política que pressupõe outras formas de desenvolvimento, diferentes das traçadas e percorridas pelo sistema capitalista.

Desenvolvimento capitalista é o desenvolvimento realizado sob a égide do grande capital e moldado pelos valores do livre funcionamento dos mercados, das virtudes de competição, do individualismo e do Estado mínimo. O desenvolvimento solidário é o desenvolvimento realizado por comunidades de pequenas firmas associadas ou de cooperativas de trabalhadores, federadas em complexos, guiado pelos valores da cooperação e ajuda mútua entre pessoas ou firmas, mesmo quando competem entre si nos mesmos mercados (SINGER, 2004, p.9).

Parte de valores não apenas da preservação da vida humana, mas de um crescimento sustentável, que compreende a atividade produtiva a serviço dos sujeitos e não ao contrário.

Entendemos por desenvolvimento solidário um processo de fomento de novas forças produtivas e de instauração de novas relações de produção, de modo a promover um processo sustentável de crescimento econômico, que preserve a natureza e redistribua os frutos do crescimento a favor dos que se encontram marginalizados a produção social e da fruição dos resultados da mesma (SINGER, 2004, p. 7).

Nessa esfera, superar o capitalismo, pressupõe a organização de diferentes sujeitos, na medida em que ressignificam suas práticas cotidianas, oferecem e pautam alternativas para um desenvolvimento equitativo e igualitário.

Em suma, o desenvolvimento solidário busca novas forças produtivas que respeitem a natureza e favoreçam valores como igualdade e auto-realização, sem ignorar nem rejeitar de antemão os avanços científicos e tecnológicos, mas submetendo-os ao crivo permanente dos valores ambientais, da inclusão social e da autogestão (SINGER, 2004, p. 7).

E ainda,

Dessa forma, a economia solidária propõe abolir o capitalismo e a divisão de classes que lhe é inerente. A economia solidária é atualmente concebida como uma economia de mercado, em que os cidadãos participam livremente, cooperando e competindo entre si, de acordo com os seus interesses e os contratos que celebram (SINGER, 2004, p.12).

Isabelle Guérin (2003), em seu livro “As mulheres e a economia solidária” que deriva da sua tese de doutorado, defendida na Universidade Lyon-2, estudou a realidade de dois países, a França, no Norte, e Senegal, no Sul; observa os

processos de pobreza, desigualdade, as práticas de economias inovadoras e as auto-organizações femininas. A autora constata que “tanto no Norte como no Sul, muitas dessas experiências são animadas por mulheres e destinadas a mulheres” (2003, p. 16):

Essas mulheres são conduzidas a essas experiências, sobretudo devido às suas necessidades. O alívio de suas obrigações por meio de seu compartilhamento e da melhora de seu cotidiano são um primeiro resultado em si. No entanto, parece-nos que o que é realmente importante está além disso. Todos os estudos convergem nesse aspecto: facilitar o acesso das mulheres a atividades geradoras de renda não basta para garantir uma igualdade real. Esta enfrenta três obstáculos principais: caráter multidimensional da pobreza, a inadequação das instituições e, por fim, a desigualdade na divisão das obrigações familiares. Ora, as iniciativas de economia solidária, que criam espaços intermediários entre o privado/doméstico e a vida pública, entre o monetário e o não monetário, preenchem, de fato, três funções intersticiais importantes que podem favorecer a eliminação desses bloqueios. Em primeiro lugar, elas desempenham um papel de justiça da proximidade; ora, esta é essencial diante do caráter multidimensional da pobreza. Em segundo lugar, elas constituem espaços de discussão, de reflexão e de deliberação coletivas; elas se apresentam nesse aspecto como modos de acesso à fala pública para pessoas que geralmente não têm (GUÉRIN, 2003, p. 17).

Em outras palavras, “as mulheres que nelas participam empenham-se em sectores ligados à vida quotidiana, convertendo os seus saberes tradicionais em competências profissionais” (LAVILLE, 2009, p. 31).

A sua motivação é a vontade de serem actrizes das suas próprias vidas e da transformação social. Actualmente, a multiplicação das iniciativas empresariais de grupos de mulheres debate-se com problemas de reconhecimento e de credibilidade, limitando assim a sua concretização e a sua durabilidade (LAVILLE, 2009, p. 31).

Nesse ínterim, Guérin discute a economia solidária como possibilidade de concretizar práticas mais democráticas. Para ela, a economia solidária “nasceu precisamente para designar as práticas que contribuem para rearticular o econômico às outras esferas da sociedade, na perspectiva de uma sociedade mais democrática e igualitária” (GUÉRIN, 2003, p. 79).

A economia solidaria foi progressivamente definida de um modo empírico, a partir das práticas dos atores. Em seu sentido mais amplo, ela agrupa o conjunto das iniciativas econômicas e privadas (isto é, autônomas em relação ao Estado) que apostam mais no interesse coletivo e na solidariedade que na busca do lucro (GUÉRIN, 2003, p. 13).

Aqui, advoga-se que a economia solidária é um processo educativo. Refere-se à economia política das classes trabalhadoras e por isso, potencializa o

desenvolvimento que considera as mulheres sujeitos políticos e econômicos, que pautem indicadores que vão para além do PIB ou do IDH. Como uma alternativa ao desenvolvimento local, organicamente engajado:

O desenvolvimento local solidário constitui-se num processo que considera outras dimensões, como social, ambiental, educacional, cultural, política, econômica, e não apenas a mercadológica, abordando elementos pertinentes à dimensão dessa economia. Tal desenvolvimento sincroniza-se globalmente em rede sem perder sua totalidade e características locais, de “baixo para cima”, agregando processos endógenos e exógenos de produção de forma articulada para os interesses das comunidades (LIMA, 2016).

Assim, a economia solidária ganhou uma nova aliada, a economia feminista. Reverberando não apenas como opção ao desemprego, mas a construção de uma sociedade baseada em pilares mais igualitários e democráticos.

Ao se afirmarem em gestões mais democráticas, sejam elas coletivas, associações, cooperativas, empresas recuperadas, mulheres que até então estavam às margens do mercado formal, ampliam seus *lôcus* de atuação e minimizam as dicotomias entre o trabalho do mercado e o trabalho doméstico. Aqui a independência cede lugar à interdependência, onde a economia não está dissociada do modo de viver.

As experiências nesses tipos de organização são diversas e se multiplicam ao redor do mundo, o que indica que este não é um problema apenas dos países em desenvolvimento. São mulheres do campo, da cidade, das florestas, de comunidades tradicionais e das águas, com criatividade e habilidade para empreender, que encontram, no coletivo, possibilidades de atuação no mundo do trabalho. Adiante, discutiremos possibilidades que emergem do Turismo de Base Comunitária.

4.3 ROTA ALTERNATIVA: O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

No mundo onde imperam relações de competição e dominação, redirecionar as relações para o associativismo, a cooperação e a solidariedade significa verdadeira revolução (Coriolano et. al.).

Na literatura, nos deparamos com diferentes nomenclaturas, turismo comunitário, turismo de desenvolvimento local, turismo de base local, entre outros.

Denominaremos de turismo de base comunitária, por entender que o diferencial nesta prática está auto-organização das pessoas que o compõe. Assim, o Turismo de Base Comunitária, que aqui chamaremos de TBC, desponta como uma alternativa, um enfrentamento ao turismo convencional, que não leva em consideração as práticas tradicionais das localidades, ao contrário, serve apenas para manutenção da lógica capitalista. Resistência ao turismo convencional e consumista.

Servem de contraponto ao modelo de desenvolvimento consumista, e fazem repensar o turismo cultural, etnoturismo, ecoturismo e agroturismo, distanciados de lógicas darwinistas de mercado (onde vence o mais forte) e capitalista (a hegemonia do valor de troca sobre valor de uso) (SAMPAIO, CORIOLANO, 2009, p. 6).

O entrelace do turismo ao capitalismo está na sua gênese. Rezende (2014) aponta que a atividade turística, da forma como compreendemos hoje, nasce do mesmo processo que cria a pobreza como questão social, inerentes ao capitalismo e a exploração da classe trabalhadora. "Esse processo é o surgimento, desenvolvimento e hegemonia do capitalismo industrial" (REZENDE, 2014, p 356). Desse modo, as classes propiciavam aos seus filhos viagens ao exterior com a finalidade de prepará-los para ocuparem os cargos de comando tanto político quanto intelectual. Por isso, pensar na atividade turística a partir de outra lógica é, antes de tudo, contra hegemônico.

Essa modalidade de organização comunitária se tornou alternativa por fugir do padrão convencional e voltar-se aos princípios da economia solidária, buscando mudanças sociais, com promoção de trabalho aos desocupados e melhoria da qualidade das pessoas que residem em áreas turísticas (CORIOLANO *et al.*, 2009, p. 13).

Essa virada no modo de se compreender a atividade turística não apenas perpassa pela não geração de renda e efeitos econômicos imediatos como retiram as características de exploração e extração e aliam desenvolvimento econômico ao desenvolvimento local imbricados com a sustentabilidade.

O turismo comunitário e solidário não se confunde como mera política de geração de trabalho e renda, como quando se criam segmentos de turismo cultural, etnoturismo, ecoturismo e agroturismo em territórios desfavorecidos pela falta de ações (sociedade civil) e de políticas públicas (Estado) que privilegiem o desenvolvimento territorial sustentável. Isto é, que possibilitem a diversidade cultural em estilos de vida que respeitem as dinâmicas ecossistêmicas, originariamente biofísicas, e ecosocioeconômicas e sociopolíticas (SAMPAIO; CORIOLANO, 2009, p. 22).

Ainda assim, “faz-se necessário entender a política de turismo como parte da política econômica global, neoliberal e, portanto, seria ingenuidade esperar soluções aos trabalhadores e aos problemas sociais de políticas vinculados aos princípios do mercado” (CORIOLANO *et al.*, 2009, p. 16). A contramare do Turismo de Base Comunitária se dá na medida em que os sujeitos atuam de maneira coletiva, em diálogo e colaboração.

No turismo comunitário os residentes possuem o controle produtivo da atividade desde o planejamento até o desenvolvimento e gestão dos arranjos produtivos. Assim, conseguem melhorar suas economias, as oportunidades para o lugar, e se preocupam com o envolvimento participativo, não de forma individualista, daí o avanço para as gestões integradas dos arranjos produtivos que passam a ser comunitários, e facilitam os encontros (CORIOLANO, 2008, p. 9).

Por isso, tratar de TBC é pensar outra globalização e outra dinâmica social, cultural e ambiental, baseadas na cooperação, nas redes de aprendizagem, na qual a organização comunitária é o caminho para pensar o desenvolvimento local, sem a ordem da acumulação do capital. Em outras palavras, “o turismo de base comunitária é aquele em que as comunidades de forma associativa organizam arranjos produtivos locais, possuindo o controle efetivo das terras das atividades econômicas associadas à exploração do turismo” (CORIOLANO *et al.*, 2009, p. 66).

O turismo comunitário é norteador de integração de atividades econômicas em vivência, serviços de hospedagem e de alimentação, o que a priori não o diferencia dos demais segmentos de turismo. A diferença está no entendimento da atividade turística como subsistema interconectado com outros subsistemas, educação, saúde e meio ambiente (SAMPAIO, CORIOLANO, 2009, p. 6).

No Brasil, as experiências com Turismo de Base Comunitária datam dos anos 1990, aproximadamente uma década antes da criação do Ministério do Turismo, em 2003. Em 2008, após apoiar pontualmente alguns projetos, o Mtur lança uma chamada pública, por meio de edital, com o objetivo de apoiar o desenvolvimento do TBC em diferentes regiões do país. Assim, em consonância com o Plano Nacional de Turismo 2007-2010, foram selecionados 50 projetos a serem apoiados, em 2008 e 2009, por questões técnicas dois não receberam financiamento. Do total de 48 projetos, 16 estão na região Nordeste, destes, quatro na Bahia, no interior do estado (BRASIL, 2010).

Para além do recurso de 2,4 milhões empregados, apoios como este representam o reconhecimento do poder público diante das práticas de TBC, conferem visibilidades a essas iniciativas e possibilita pensar a política pública por meio de experiências reais, observando suas similaridades e diferenças, contribuindo para aprimoramento de ações regionalizadas.

Adiante, no Plano Nacional de Turismo (2013-2016), entre as ações a serem desenvolvidas, está o estímulo ao desenvolvimento sustentável da atividade turística. E os caminhos de desenvolvimento dessa ação passam pela integração da produção local à cadeia produtiva do turismo e o fomento ao turismo de base comunitária, por meio da:

Organização e qualificação da produção, melhoria da qualidade dos serviços, incentivo ao associativismo, cooperativismo, empreendedorismo, formação de redes, estabelecimento de padrões e normas de atendimento diferenciado e estratégias inovadoras, valorizado a cultura local, os modos de vida e a defesa do meio ambiente (BRASIL, 2016).

Mesmo traçando caminhos para além da lógica do capital, essas populações estão inseridas na lógica do mercado e não habitam em ilhas salvaguardas dos avanços neoliberais. Nessa queda de braço, ora se avança ou se recua. Observar esses meandros nos ajuda a compreender que o desenvolvimento do turismo de base comunitária está como processo, como meio e não como fim, ao passo que o horizonte é um pouco mais distante.

As comunidades lutando pelo desenvolvimento comunitário não desconhecem a presença do Estado e a mundialização do capital, pois vivem os conflitos da inserção nessas realidades questionando as políticas neoliberais, sobretudo a estatal para voltá-las aos interesses das economias populares, com resultados mais socializados (CORIOLANO, 2008, p. 13).

Segundo Coriolano (2008) quatro princípios norteiam o desenvolvimento do turismo de base comunitária, são eles: a) participação, envolvimento profundo da comunidade nos processos de construção e desenvolvimento; b) cooperação, firma-se parcerias com instancias públicas e privadas para o desenvolvimento local; c) auto sustentação, independente das transformações espaciais, sociais ou econômicas, mecanismos são criados para prevenir alterações provocadas por interesses externos; d) universalidade, alterar as condições de desenvolvimento da população, na sua globalidade.

Nesse sentido, para que o turismo seja de base comunitária, ou seja, pensando, planejando, organizado pelo coletivo e não apenas a visitação às comunidades, os indivíduos precisam ter ciência da sua história e do seu papel no desenvolvimento do local.

O turismo de base local, que se volta para a oferta de serviços, passeios, entretenimentos associados aos valores dos residentes, priorizando o rústico e não o luxo. Associado as atividades que dizem respeito à sustentabilidade sócioespacial, priorizando valores culturais e descobrindo formas inteligentes de participação na cadeia produtiva do turismo, com produtos diferenciados. E, sobretudo, com uma visão própria de lugar, de lazer e turismo. Um turismo que não seja apenas voltado ao consumo, mas à troca de experiências, fortalecimento de laços de amizade e valorização cultural (CORIOLANO, 2008, p. 7,8).

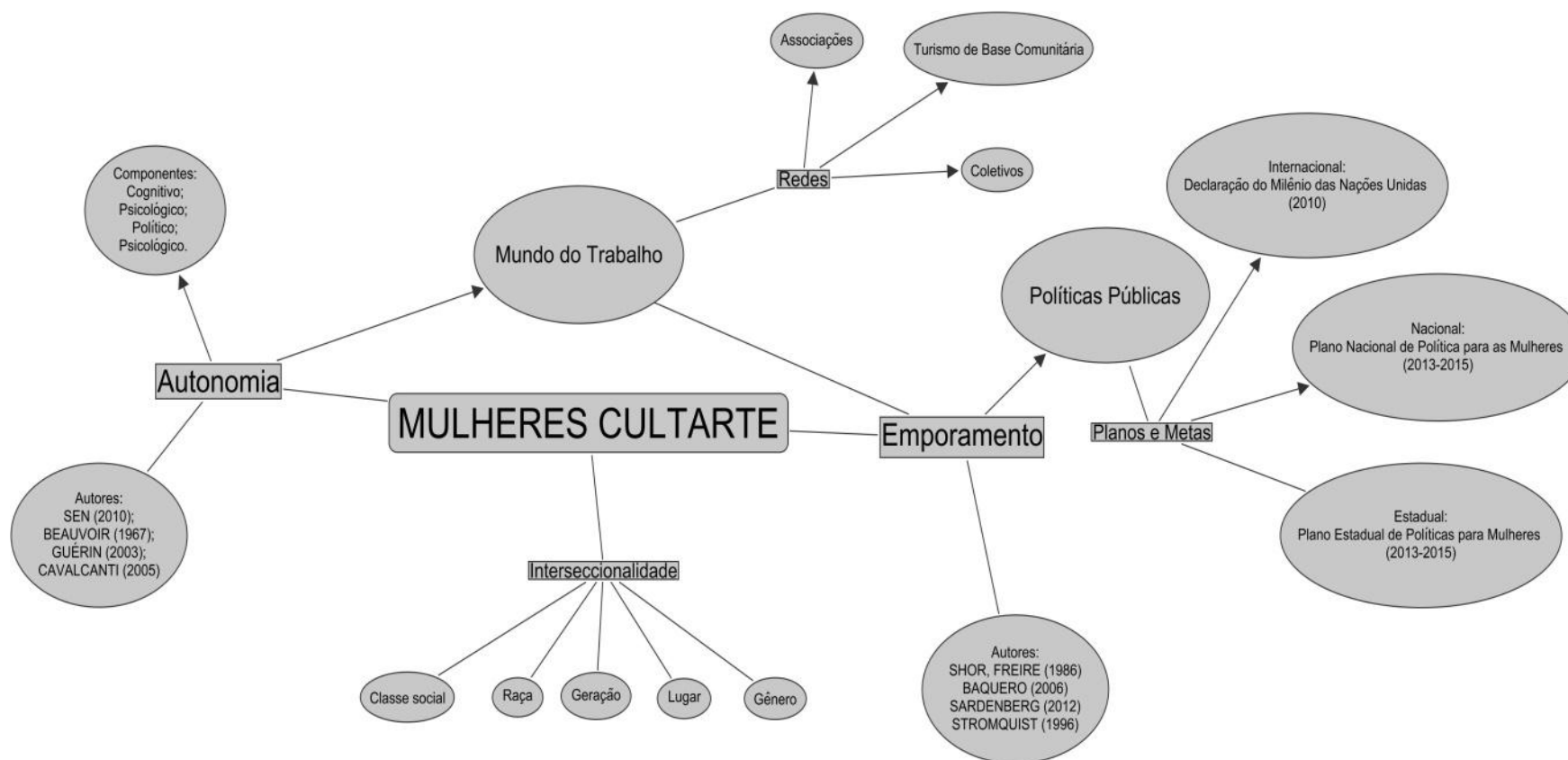
“O TBC constitui-se a partir de seus princípios e metodologias por meio de indivíduos conscientes de seu papel na coletividade, bem como a importância de sua matriz cultural” (ALVES, 2013, p. 91). Ao mesmo tempo em que questionam a lógica do turismo tradicional.

O turismo comunitário potencializa modos de vida tradicionais, arranjos sócioprodutivos e políticos, de base comunitária, e mobiliza postos de trabalho pela produção artesanal. As ideias de comércio justo, solidário e sustentável animam modos de vida tradicionais e de capacitação para a produção artesanal, agregando valores solidários, a troca de bens, serviços e saberes produzidos por comunidades que sofrem consequências de dívida social herdada de desvantagens históricas (SAMPAIO; CORIOLANO, 2009, p. 7).

Nesse sentido, advogamos que o desenvolvimento de ações como Turismo de Base Comunitária colabora para o empoderamento e autonomia não só das mulheres, mas de maneira geral dos sujeitos que o compõem, afinal, “o interesse pelo tema está relacionado às discussões sobre as possibilidades do turismo no combate à pobreza, na formação da “sociedade de aprendizado” e no crescimento das propostas da economia solidária e na economia de comunhão” (CORIOLANO *et. al.*, 2009, p. 18).

Neste capítulo, buscou-se construir um entrelaçamento de categorias ou a interseccionalidade para servir de arcabouço na compreensão do nosso lócus que é o Coletivo CULTARTE. Adiante, no próximo capítulo, adentraremos no CULTARTE, para apresentar e discutir a atuação em rede das mulheres que o compõem. Todavia, antes, apresentamos a sistematização dos conceitos aqui utilizados, por meio de um mapa conceitual.

Figura 4 - Mapa Conceitual



Fonte: Própria autora, 2017.

5 CONSTRUINDO SABERES, MODELANDO PRÁTICAS

*Recontar é sempre um ato de criação
(Ecléa Bosi)*

Neste capítulo, adentraremos ao nosso lócus de pesquisa, conheceremos as mulheres que vivem em terras do antigo quilombo do Cabula e se organizaram por meio do Coletivo de Arte e Cultura do Cabula. E nos debruçaremos em mapear saberes e práticas das mulheres do Coletivo CULTARTE, observando a difusão desses, entre gerações e pares, verificando a importância do Turismo de Base Comunitária para a organização do coletivo em rede e superação da vulnerabilidade.

Com a autorização delas, ousamos passear pelas suas memórias em busca de compreender como se constitui uma artista, nos mais diversos campos, o que se ensina ou que se aprende e o que o turismo de base comunitária significa nas suas trajetórias individuais e coletivas. As interações e as redes de saberes e práticas constituídas por estas mulheres será tema da próxima seção.

5.1 O CULTARTE

*A mulher expande pra dentro, mas também explode pra fora em forma de
broto, filho criação, invenção
(Viviane Mosé)*

O CULTARTE é um coletivo de artesãs, que passaram a se organizar após diagnosticarem demandas comuns a elas, no mercado produtivo. Estas mulheres residem em diversas localidades que compõem o antigo quilombo do Cabula.

O Coletivo iniciou sua caminhada no ano de 2012, a partir da II Mostra de Cultura e Produção Associada ao Turismo e à Economia Solidária, que ocorreu concomitantemente ao II Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária – II ETBCES, vinculado ao Projeto TBC Cabula, entre os dias 03 e 08 de julho de 2012, no Campus 1 da UNEB. Nas palavras de Rosane Sales, que atuou como mobilizadora do TBC, nas localidades, o CULTARTE é reflexo das potencialidades do lugar que o Projeto TBC reuniu em formato de feira.

O TBC que é responsável na realidade, porque cada bairros que nós chegávamos, emergiam as potencialidades e o que predominou forma as artes e essas artes feitas pelas mulheres, as artesãs e a primeira feira que houve do TBC foi uma grande amostragem de tudo que o TBC alcança, todas as potencialidades alcançadas pela TBC e o que ele faz emergir e isso tudo pela própria natureza do TBC (Rosane Sales, 2017).

O TBC é um start. Ele faz com que as coisas apareçam. Apareceram cantores, artistas de artes visuais e apareceu esse grupo de pessoas que já trabalhavam com o artesanato, mas nem sabiam que eram artesãs e aí desde a primeira feira que nos organizamos essa parte de amostragem dessas mulheres e homens também (Rosane Sales, 2017).

Todavia, as feiras se constituíam como um momento pontual, mas que revelavam possibilidade de visibilidade, comercialização e atuação coletiva para essas pessoas que produziam de maneira individual, mas que percebiam suas demandas e soluções no coletivo.

Fazíamos as feiras e depois cada uma continuava trabalhando em sua casa e na feira se unia. Quando se unia, era uma verdadeira comunhão. Era uma verdadeira celebração. Tamanho o vínculo que era criado, inevitável (Rosane Sales, 2017).

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) é mantida pela Universidade do Estado da Bahia e apoia grupos sociais em situação de vulnerabilidade social, localizados na Região Metropolitana de Salvador e Região Sisaleira do Estado da Bahia.

A ITCP é uma incubadora tecnológica de cooperativas populares e, de uma forma bem sucinta, é formar grupos produtivos, arregimentar a classe popular, no sentido de construir grupos de trabalho tendo como princípios a cooperação, solidariedade, uma economia baseada em princípios de preço justo, preocupação com a sustentabilidade. Seguindo os princípios da economia solidária (Odilon Sérgio Santos, 2017).

A ITCP atua, desde 2004, no apoio à estruturação de empreendimentos populares solidários autogestionários, ao desenvolvimento de tecnologias sociais, à formação de formadores em Cooperativismo/Economia Solidária e a construção de políticas de economia solidária.

Foi na sede da ITCP que ocorreu a primeira reunião com produtores de artesanatos e alimentos do Cabula e entorno, logo a após o ETBCES, no dia 13 de julho de 2012. Nesse momento, ainda não havia um grupo estabelecido, mas, pessoas dispostas a se organizar em torno de um coletivo. Rosane Sales conta que já nesse momento, compareceram cerca de 40 pessoas.

Eu já nessa época atuava na ITCP, por conta do meu trabalho com o TBC. Então, tá certo. Vamos nos reunir na ITCP, mais de 40 pessoas. Aí invadimos (...) nesse dia, levaram comida baiana, foi a celebração (Rosane Sales, 2017).

Essas reuniões passaram a ocorrer periodicamente; a segunda reunião ocorreu em duas semanas após a realização da primeira, no dia 26 de julho e tinha como fim organizar e estruturar coletivo, de modo a torná-lo formal, com registros legais que possibilitassem a comercialização formalizada e concorrência em editais.

Começamos as reuniões para que elas constituíssem uma cooperativa, uma associação, ou então formar um grupo, com uma diretriz, oficializasse isso, tirasse as documentações para que pudessem concorrer a projetos. Se oficializassem. Tivessem um registro de nascimento, uma identidade de forma oficial (Rosane Sales, 2017).

Nesse movimento, que de maneira democrática e em busca de uma identidade, que o grupo delibera o nome do coletivo, que passou a se denominar CULTARTE.

Foi aí nesse processo de organização que deu-se o nome, houve eleição pra ver que nome daria ao grupo, porque para ter a identidade, não poderia ficar um grupo sem nome. Ficou CULTARTE, cultura e arte (Rosane Sales, 2017).

É interessante observar que as características do grupo impõem a ITCP uma nova realidade. Até então, a Incubadora atuava com cooperativas que focavam a sua produção em um gênero, diferente do CULTARTE que é marcado pela diversidade de produção. Cada artesão se encontra livre para definir seus produtos e materiais de confecção.

Até porque a ITCP não estava acostumada a trabalhar com esse perfil de produção. Eles estão acostumados a trabalhar com pessoa que fazem pães, costureiras. Só uma linha de coisas e agora era uma multifcetas. Uma trabalha com crochê, uma trabalha com pintura, outra com pintura em tecido, pintura em vidro. Várias coisas. Não tinha uma linha central de produção (Rosane Sales, 2017).

Ainda neste ano, no mês de outubro, foi oferecida pela ITCP, uma oficina sobre economia solidária que contou com a participação de alguns dos membros CULTARTE. Em 2012, as reuniões CULTARTE alcançaram, aproximadamente, 50 participantes, entre homens e mulheres, estas que sempre se constituíram ao menos como maioria, quando não foram as únicas, como aconteceu durante grande parte do desenvolvimento dessa pesquisa. Para Rosane Sales, a não permanência

dos homens em organizações desse tipo está fincada na constituição da sociedade patriarcal.

Por conta dessa urgência de ganhar dinheiro, culturalmente, o homem é provedor, então, ele não pode dedicar muito tempo a essa espera (Rosane Sales, 2017).

A transitoriedade dos membros é uma realidade do Coletivo, como em outras organizações populares. Uma série de fatores pode ser elencada como justificativa para esse fenômeno: a necessidade de complementação de renda; a busca por emprego formal; a necessidade eventual ou frequente de cuidar de entes familiares, amigos e vizinhos, afinal, o cuidado ainda é atribuído, majoritariamente, às mulheres; desentendimentos e discordâncias quanto aos caminhos do próprio coletivo; a indisponibilidade de tempo e recurso financeiro (custos com transporte, por exemplo) para participar das reuniões, feiras e ações; entre outros. Por isso, não é raro encontrarmos membros que se afastam permanentemente ou temporariamente do Coletivo. Segundo Isabelle Guérin:

As pessoas, e especialmente as mulheres, têm necessidade de engajamentos mais breves, voltados a solução de problemas concretos. Por isso os espaços públicos de proximidade, nos quais cada um – e cada uma – é levado a discutir e a debater problemas que afetam a vida cotidiana, podem ser o vetor desse diálogo social (GUÉRIN, 2003, p. 20).

Dado elementos da transitoriedade dos membros, das dinâmicas da vida cotidiana em contraste com as ações necessárias para a constituição de uma cooperativa ou associação, após o grande interesse inicial das artesãs das localidades do Cabula, o que verificamos é que na constituição e na caminhada do coletivo, o número de membros se estabelece na faixa média de 20 pessoas, podendo variar para mais ou menos.

Assim, em 2013, as reuniões do CULTARTE giraram em torno de 15 participantes. Neste ano, o coletivo se ocupou de organizar as dinâmicas internas do grupo, estabelecendo regras para participação das feiras, o que podemos considerar como um embrião do que será o seu regimento interno.

Em sua primeira organização como coletivo, o CULTARTE participou da Mostra de Cultura e Produção Associada ao Turismo e à Economia Solidária, que ocorre na UNEB, concomitante com o III ETBCES, entre 10 e 14 de julho de 2013.

A mostra, além dos membros do CULTARTE, acolhe convidados/as e artesãs de outros bairros, como mostra o quadro abaixo:

Quadro 6 - III ETBCES- Quadro de Artesãos

III ETBCES- QUADRO DE ARTESÃOS (NÚMERO DOS ARTESÃOS/BAIRROS/OFFINAS, SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO E DEMANDAS).		
CATEGORIAS	BAIRROS	Nº DE BARRACAS
ARTESÃOS	Beiru	02
	Cabula	05
	Engomadeira	01
	Mata Escura	08
	Novo Horizonte	01
	Pernambués	10
	Resgate	02
	S. Gonçalo	04
	Saramandaia	02
	OUTROS BAIRROS	
	Brotas	01
	ENGºV. Federação	01
	Pau Miúdo	02
	CONVIDADA (O)	
Mª INES	01	
SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO	Mata Escura (lanche)	01
	Pernambués (Almoço convencional)	01
	Pernambués (Almoço vegetariano)	01
TOTAL		43

Fonte: Organização III ETBCES, 2013.

No ano de 2014, em busca de consolidar uma identidade, o CULTARTE, em parceria com os estudantes do Curso Design, sob a orientação da Prof. Dra. Bia Simon, partiram da premissa que a união e a solidariedade estabelecem conexões com o público para elaborar sua identidade visual. Desse modo, a forma de mandala foi escolhida como assinatura visual, por representar a harmonia, união, multiplicidade de talentos e de artescarga histórica e cultural presentes no Grupo, em cada peça produzida. São duas cores presentes: o amarelo que denota a criatividade, o otimismo e a confiança que marcam essas mulheres; e o preto, representa substância e segurança.

Figura 5 - Identidade Visual CULTARTE



Fonte: CULTARTE, 2014.

Neste ano, é inaugurada uma nova característica do ETBCES, tornando-se itinerante, sendo sediado por cada localidade. Nas três primeiras versões, o encontro foi sediado na UNEB. Subsidiados pela avaliação do processo, os agentes envolvidos no projeto TBC Cabula deliberam pela realização do Encontro, a cada ano, em uma das diferentes localidades do antigo quilombo Cabula, como forma de estimular a autogestão do turismo de base comunitária. Essa iniciativa ampliou as possibilidades de comercialização das mulheres do CULTARTE.

Depois do CULTARTE, a gente participou dos ETBCES, eu consegui ter outra clientela, com os professores dos colégios que sempre me pedem produtos (Jacarandá, 2017).

Pernambúes sempre teve uma grande participação no projeto TBC Cabula, desde sua origem em 2010, pelo fato de existir uma articuladora comunitária, voluntária deste projeto. Neste bairro, há registros de execução do maior número de roteiros turísticos alternativos, responsáveis, sustentáveis e solidários – RTUARSS, sendo o roteiro “Horta Comunitária”, o mais demandado. Assim, de 12 a 16 de novembro de 2014, no Colégio Estadual Aliomar Baleeiro, em Pernambuco, concomitante ao ETBCES, ocorre a Mostra de Cultura.

Em 2015, instituem as feiras mensais na UNEB, que eram denominadas de mini-feiras, tendo em vista as características de exposição, que se valiam do espaço e mobiliário disponibilizados pela Universidade e que eram adaptados pelas artesãs. Tanto a ITCP, quanto o curso de Design acompanharam as artesãs no sentido de exposição e venda de mercadorias durante os eventos, auxiliando numa

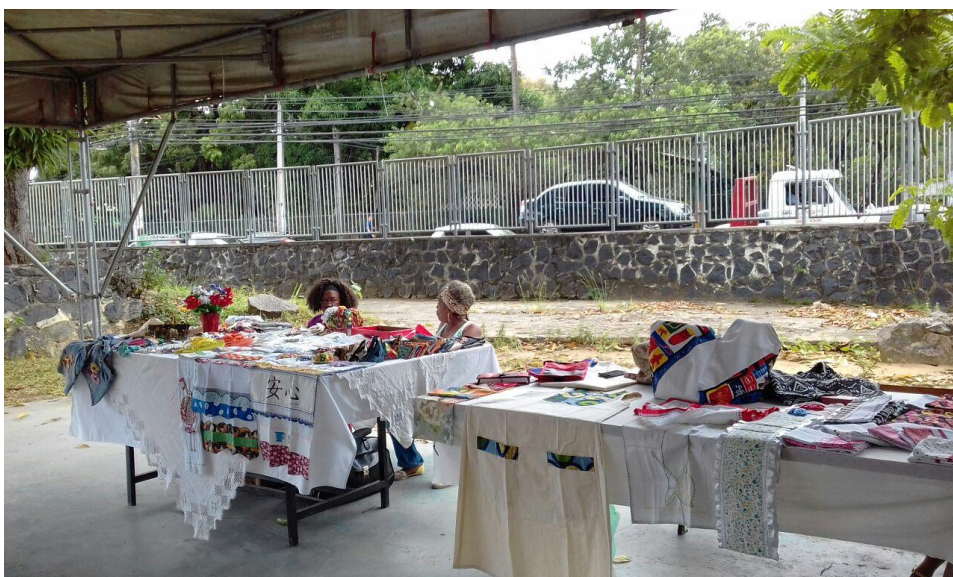
padronização/organização que remete-se a identidade do grupo. Em janeiro, o Coletivo se reúne para organizar o calendário anual. As feiras têm duração de cinco dias, buscando impulsionar as vendas pelas festividades que impactam no comércio e são organizadas nas proximidades de datas comemorativas, como mostra o quadro a seguir:

Quadro 7 Calendário de Realização das Mini-Feiras.

CALENDÁRIO DE REALIZAÇÃO DE MINI-FEIRAS NA UNEB 2015		
Mês	Dia	Evento
Março	05 a 09	Dia internacional da Mulher (08 de maio)
Maio	04 a 08	Dia das mães
Junho	15 a 19	São João (24 de junho)
Julho	13 a 17	Dia do amigo (20 de julho)
Agosto	03 a 07	Dia dos pais
Setembro	05 a 09	Dia das crianças (12 de outubro)
Outubro	14 a 18	Natal (25 de dezembro)

Fonte: CULTARTE, 2015.

Figura 6 - Feira CULTARTE



Fonte: Acervo TBC Cabula, 2016.

O ETBCES chega ao Beiru, que traz no nome a resistência à escravidão²³. Desde 2012, o TBC Cabula participa das agendas organizadas pelo Fórum Social do Beiru e do grupo de trabalho Comércio Local, Economia Solidária e Turismo de Base Comunitária. Assim, de 12 a 16 de agosto de 2015, o Colégio Estadual Zumbi dos Palmares recebe o V ETBCES.

Em agosto, a ITCP e o projeto TBC Cabula oferecem um curso de Cooperativismo e Economia solidária, para as integrantes do CULTARTE e da Cozinha Solidária Aquarela de Luz e Sabor, localizada no Nordeste de Amaralina, Salvador-BA. Com carga horária total de 24 horas, em oito encontros de três horas, às segundas-feiras, na UNEB.

O curso foi finalizado em dezembro, com as oficinas de Fundamentos do Marketing e Formação de preço. Ofertadas pelas professoras Fhatima Frazão e Inacilma Rita da Silva Andrade, visava a formação das mulheres do Cultarte para melhorar a comercialização da produção, demanda antiga apresentada pelo Coletivo.

A oficina de precificação é urgente. Você vê. Vai ter a feira. A gente bota o preço assim a olho. Um ensina uma coisa. Outro ensina outra. Pega uma coisa aqui outra dali (Jurema, 2014).

No ano de 2016, a grande empreitada do Coletivo CULTARTE foi a construção e aprovação do Regimento Interno, que ainda não foi registrado em cartório. Segundo este documento, a finalidade do CULTARTE é “melhorar as condições de produção, comercialização e marketing do grupo”. Seus objetivos são: a) buscar espaços de comercialização e exposição de produtos e serviços, com harmonia e solidariedade; b) buscar oficinas e capacitações para os interesses do coletivo; c) fortalecer o trabalho artesanal; d) estabelecer a troca de experiência e saberes.

Ainda segundo o Regimento Interno, são instâncias de deliberações do Coletivo: I. as assembleias que acontecem semestralmente e tem por finalidade eleger a coordenação, inclusão, exclusão e suspensão de membros e alterações ao regimento; II. reuniões, quinzenais, para socialização de informações, planejamento e tomadas de decisões.

²³ Ver nota 3.

A construção do Regimento Interno foi concluída em junho de 2016. Para além da escrita, esse processo se constituiu como uma formação baseada nos princípios da economia solidária, e contou com o auxílio técnico da ITCP.

A gente teve vários encontros, porque cada tópico do regimento que ia sendo redigido tinha que ter uma participação efetiva. Tudo que você encontrar no regimento, nada foi colocado sem que houvesse realmente o desejo delas de que fossem daquele jeito, foi por isso que o processo foi um pouco extenso. Precisou ter um diálogo e já tinha o esboço antes, a gente deu continuidade ao processo, mas estava muito inicial. A gente foi desenvolvendo a ideia do que deveria ser esse estatuto, qual o objetivo, finalidade, obrigações, deveres, que tipo de penalidades estariam envolvidas, no caso de descumprimento do que está no estatuto e aí a gente conseguiu chegar a um documento que expressou essa coletividade (...) Metodologicamente, a gente provocava a reflexa em torno dos tópicos que estavam sendo propostos para o regimento. Então, por exemplo, sanção, a gente pensava em que situações vai se aplicar algum tipo de sanção ou então quando a gente pensava sobre a contribuição de cada uma. Como deveria ser essa contribuição, o que seria a participação em ternos de reunião, frequência. Então, era sempre buscando, a partir dos tópicos, uma reflexão. E na medida em que elas iam propondo, a gente ia confrontando as visões, e no final das contas é dialógico. Havia uma troca, um confronto de ideias. Aí se chegava a consenso do que deveria ser. Foi muito debatido, muito discutido. Mesmo já no final da redação houve mudanças. E no final, o mais gratificante foi que elas abraçaram e disseram “é o regimento da gente”. É complicado quando a pessoa não se vê ali, todas elas se viram ali (Odilon Sérgio Santos, 2017).

Nesse interim, observa-se que o CULTARTE se constitui enquanto espaço formativo, na medida em que essas mulheres buscam inserção em espaços “econômico, no social e político”, ainda que de modo incipiente demarcando uma caminhada recente. Dito de outro modo, intercruzamos as dimensões mercantil, cívica e privada (GUÉRIN, 2003, p. 13):

Esses espaços também permitem uma familiarização com a reciprocidade, sem a qual nenhuma vida em grupo ou em sociedade é possível. O pertencimento a uma coletividade que aprova e valida escolhas permite a adoção de normas compatíveis com a elaboração de projetos pessoais e, por conseguinte, atenua os conflitos internos que as mulheres enfrentam (GUÉRIN, 2003, p. 50).

Ainda em 2016, o CULTARTE sugere que o ETBCES seja realizado na localidade de Mata Escura, no Colégio Estadual Marcia Meccia, de 09 a 13 de novembro, durante o qual o coletivo participou na condição de expositor e produtor/fornecedor do kit distribuído aos participantes. Foram produzidas bolsas/crachá. Dez mulheres do CULTARTE estiveram envolvidas na confecção.

Figura 7 - VI ETBCES



Fonte: Acervo TBC Cabula, 2016.

Neste ano, as feiras realizadas no espaço interno da UNEB passaram a ter apenas dois dias, resultado da avaliação feita do ano anterior e passaram a contar com uma campanha desenvolvida pelos os estudantes do Curso Design, com a orientação da Prof. Dra. Bia Simon. Com o tema “Faça uma pausa: Curta Arte!”. Foram produzidas peças gráficas a serem distribuídas nos espaços de circulação da Universidade, utilizadas nas redes sociais e no Portal do TBC Cabula.

Figura 8 Campanha Faça uma Pausa



Ainda em 2016, no desenvolvimento da pesquisa para a dissertação de mestrado “O Viés do Retalho: uma Pesquisa em ação de Moda e Sustentabilidade em Territórios Periféricos Soteropolitanos”, Analivia Lessa de Oliveira²⁴, realizou oficina sobre o uso de resíduos têxteis, que permitiu a incorporação de novas técnicas e matérias ao trabalho das mulheres do grupo. Para este curso, foram realizadas parcerias com fábricas de confecções de Salvador, para doação dos seus resíduos têxteis, de modo a ser aproveitado, contribuindo para uma rede de práticas sustentáveis. Dentre as discussões, estavam: revisão metodológica do processo de criação em grupo; técnica de modelagem para uso com retalhos; técnicas de acabamentos e ampliação de imagens. Como produto das oficinas, foi produzido um panô, com o mapa das 17 localidades.

²⁴ Ver: Oliveira, 2016.

Figura 9 - Panô de retalhos com o mapa do antigo quilombo do Cabula. Identificação do Grupo CULTARTE.



Fonte: Oliveira, 2016.

Em 2017, as feiras continuaram a ocorrer durante dois dias, no espaço interno da UNEB, mensalmente, segundo calendário previamente definido.

Quadro 8 - Cronograma de Realização das Feiras, 2017

CALENDÁRIO DE REALIZAÇÃO DAS FEIRAS NA UNEB 2017	
Mês	Dia
Abril	05 e 06
Maio	03 e 04
Junho	07 e 08
Julho	05 e 06
Agosto	02 e 03
Setembro	13 e 14
Outubro	04 e 05
Novembro	08 e 09
Dezembro	06 e 07

Fonte: CULTARTE, 2017.

O ETBCES VII ocorreu entre os dias 08 e 12 de novembro, na Escola Estadual Visconde de Itaparica. Em julho, O CULTARTE iniciou a produção de 50 coletes para a comissão organizadora. Além de geração de renda, trata-se de um momento formativo. Afinal, as etapas de produção, desde a elaboração de orçamento, especificidades e padronização das peças, são discutidas, fundamentadas e realizadas no coletivo com a assistência e colaboração dos professores e pesquisadores do Projeto TBC Cabula.

No decorrer dos cinco anos, entre o nascimento do CULTARTE e a apresentação dessa tese, observamos que o Coletivo, dentro das dinâmicas e construções cotidianas, vem buscando consolidar sua identidade, ainda que de modo imediatista,

O grupo está tentando ampliar seu raio de atuação, porque basicamente está na UNEB. Muitas mulheres do CULTARTE tem uma articulação com alguns dos fomentadores em nível de estado. Elas já têm uma articulação, já sabe o que é CESOL, nesse sentido. (Odilon Sérgio Santos, 2017).

O que não as impede, de pensar adiante e fazer planos para o futuro “Elas ficaram mais motivadas pela associação porque o grande interesse delas eram os editais, poder participar dos editais e obter recursos públicos para poder investir em algum tipo de projetos que elas tivessem” (Odilon Sérgio Santos, 2017). Nas palavras de Jacarandá,

Eu acho que a gente tá precisando formalizar o grupo. Como a gente estava pensando. Cooperativa ninguém quer, porque muitas pessoas já tem o empreendedor individual e não pode ser uma cooperativa e também uma cooperativa é o seguinte, uma pessoa abre uma cooperativa e as pessoas que trabalham na administração, tem o salário deles, como se eles fossem funcionários do grupo. Eles têm autoridade para fazer empréstimos, para vender e comprar. Às vezes o que acontece é que se forem desorganizados e comprar mais do que a demanda, você pode ter prejuízo e desfazer a cooperativa. Quem fica com o prejuízo são as pessoas do grupo. Por isso que as pessoas tem esse medo de entrar uma cooperativa. A melhor opção que as pessoas veem hoje é fazer associação. Porque associação tem um grupo de pessoas, mas todos os cargos são o próprio grupo que assume, e eles não são assalariados, eles vão revezando os cargos. Todos têm oportunidade de estar fazendo parte da administração do grupo (Jacarandá, 2017).

Para dar prosseguimento e constituir o CULTARTE enquanto associação, o grupo precisa se debruçar sobre procedimentos legais como, registro das atas e do estatuto social, eleição da diretoria direta e registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). Esses são passos adiante de um coletivo que não se encerra nesse histórico. Adiante, conheceremos e reconheceremos as mulheres que compõem o CULTARTE.

5.2 MULHERES DO CULTARTE: O QUE ELAS NOS DIZEM

*Eu amo o que faço, é por isso que eu estou nessa idade e não parei.
Porque eu amo*
(Sena)

Neste nosso encontro com as mulheres do CULTARTE, passeamos pelas memórias dessas artesãs que cederam parte do seu tempo para serem ouvidas por essa pesquisa. Optamos por ouvir mulheres diferentes, ao longo do tempo de doutoramento. Algumas delas foram ouvidas no início da pesquisa, o que nos auxiliou a balizar caminhos, repensar trajetórias e outras em fase de conclusão. Essa escolha se dá por dois motivos: 1. Um acompanhamento mais longínquo do Coletivo, observando suas fases e metamorfoses ao longo dos anos e 2. Pela

transitoriedade de que já tratamos, algumas mulheres entraram e outras saíram do Coletivo entre 2013 e 2017.

Por isso, encontramos depoimentos ao longo desse capítulo de mulheres que não estão relacionadas no quadro síntese que elaboramos pois optamos em preservar a riqueza dos depoimentos cedidos, já que esses nos auxiliam numa compreensão e apontam para elementos que revelam a trajetória do Coletivo. Todavia, no quadro e nos gráficos, nos limitamos a incluir as mulheres que compunham CULTARTE, em setembro de 2017.

As entrevistas individuais foram somadas a questionário socioeconômico para melhor compreensão do cotidiano dessas mulheres. A participação nas reuniões e formações do CULTARTE, além de rodas de conversas. Os dados obtidos por esses diferentes instrumentos de coleta serão apresentados adiante.

5.2.1 Caracterizando as mulheres

*O negocio é não desistir. É seguir
(Buganvília)*

De modo geral, as mulheres do CULTARTE possuem renda mensal de até dois salários mínimos e se autodeclaram negras. Estão a cima dos 40 anos de idade. Não possuem outras fontes de renda individual, ou seja, a produção de artesanato é a sua principal atividade. Mas, não são as únicas provedoras de suas famílias. Estão inseridas em um contexto que companheiros, filhos/ filhas e demais familiares desempenham funções remuneradas.

A escolaridade média é a conclusão da educação básica (ensino médio). Não podemos indicar uma religião predominante, ao contrário, contamos com grande diversidade. São oriundas de Salvador ou outros municípios do estado da Bahia. E tem suas histórias de vidas marcadas por mudanças seja de estado, município ou mesmo bairro até se fixarem nas localidades do antigo quilombo do Cabula.

Elas nos revelam que já desenvolviam atividades remuneradas, anteriores à formação do Coletivo. Todavia, o mesmo despontou em oportunidade de participação em feiras e eventos de economia solidária. No entanto, nos apontam

para a dificuldade de profissionalização e inserção num mercado que, por vezes, é restrito.

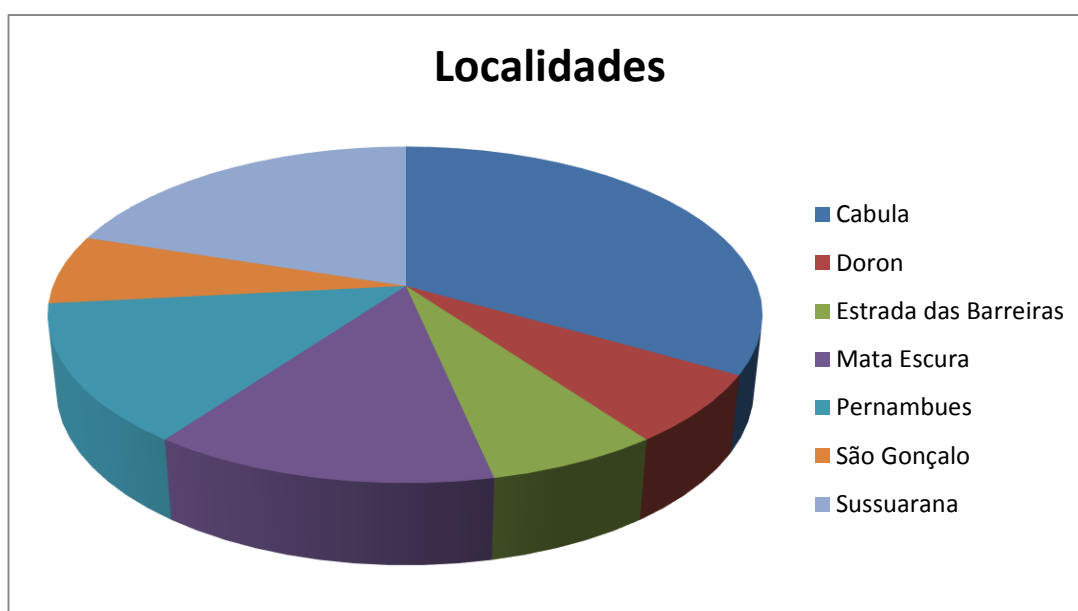
Quadro 9 – Síntese

NOME	LOCALIDADE	ATIVIDADE	ESCOLARIDADE	RENDA (SM)*	RAÇA/ETNIA
Begônia	Cabula	Arte em papel	Ensino Médio Completo	Até 1	Branca
Bromélia		Tecido, reciclagem	Ensino Médio Completo	Até 1	Parda
Gravatá		Tecido	Ensino Médio Completo	De 1 a 2	Negra
Monjola		EVA, Bijuterias	Ensino Superior Completo	Acima 5	Branca
Flor-de-Maio		Tecido/ produtos térmicos	Ensino Médio Completo	De 1 a 2	Negra
Onze-Horas	Doron	MDF, Feltro, Tecido	Ensino Médio Completo	Até 1	Parda
Buganvília	Mata Escura	Hospedagem comunitária e artesanato em tecido	Ensino Médio Completo	Até 1	Negra
Alamanda		Tecido	Ensino Fundamental Completo	De 1 a 2	Branca
Caliandra	Pernambués	Poetisa, Tecido	Ensino Superior em curso	Até 1	Indígena
Violeteira		Tecido	Ensino Médio Completo	De 2 a 3	Negra
Jacarandá	São Gonçalo	Tecido	Ensino Médio Completo	De 1 a 2	Parda
Sena	Sussuarana	Tecido	Ensino Médio Completo	De 1 a 2	Negra
Laelia		Tecido	Ensino Médio Completo	De 1 a 2	Branca

Fonte: Própria autora, 2018.

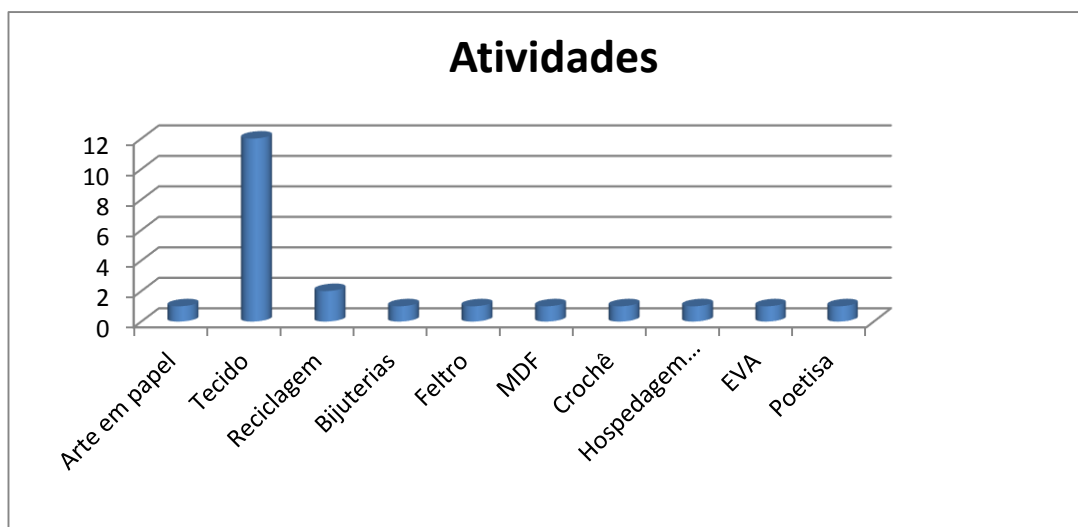
Conforme o Gráfico 1, observamos que não temos presença do coletivo Cultarte em todas as 17 localidades que compreendemos como antigo quilombo, Cabula. Apenas sete localidades estão representadas no Coletivo, no momento de finalização da tese, que teve como marco de corte, dezembro de 2017. Em outros tempos, havia maior concentração de mulheres do grupo CULTARTE em Pernambués, devido, ente outros elementos, à atuação de Rosane Sales que apresentamos no início desse capítulo. Todavia, atualmente essa divisão é mais equitativa.

Gráfico 1 – Localidades



Fonte: Própria autora, 2018.

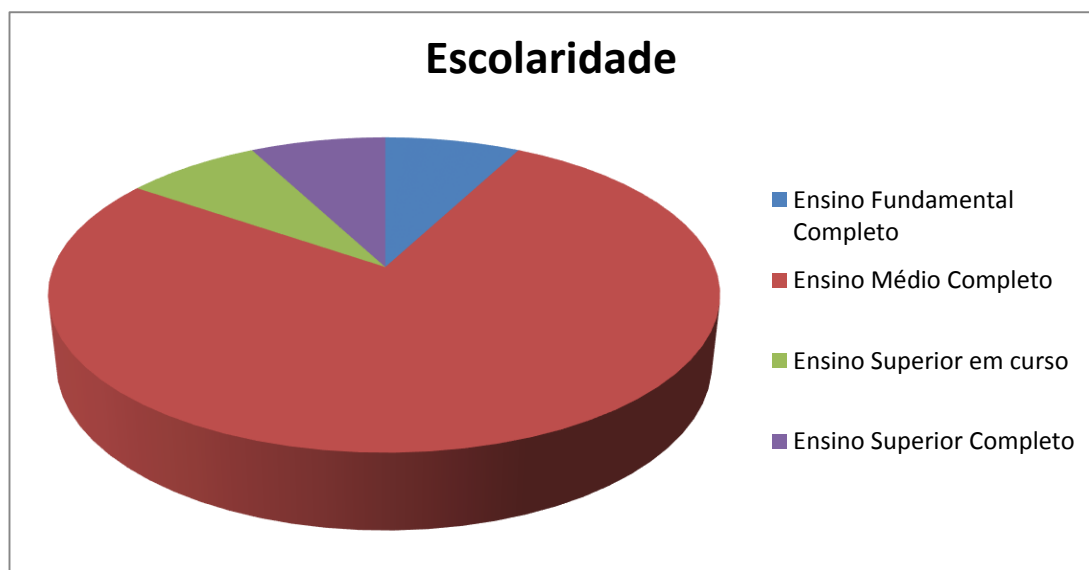
Muitos elementos aproximam essas mulheres (classe social, lugar, gênero...), mas para a atuação no CULTARTE, uma das principais características é atividade produtiva que elas desempenham. De modo geral, se definem como artesãs, embora dentro do artesanato desenvolvam diferentes técnicas. É possível, também, que a mesma mulher se dedique a mais de uma técnica ou atividade. Destacamos ainda que essas técnicas podem ser combinadas entre si, resultando em uma infinidade de possibilidades. Assim, as atividades desenvolvidas são diversas, como demonstram o gráfico 2.

Gráfico 2 - Atividade

Fonte: Própria autora, 2018.

Utilizamos o nome genérico de “Tecido” para designar as atividades do artesanato que envolve esse material, no qual podem ser aplicadas variadas técnicas, desde a costura de roupas, passando pelo bordado, aproveitamento de retalhos, entre outros. Assim, há uma predominância dessa atividade, seja pelas inúmeras técnicas que podem ser aplicadas ou pelo mercado mais acessível. “Reciclagem” se refere às diferentes formas de aproveitamento dos resíduos sólidos. Ainda que muitas artesãs se dediquem a uma mesa técnica, cada produção assume identidade, sendo possível identificar, pelas peças características da artesã que a produziu. Seja ela utilização de materiais, cores e/ou formatos.

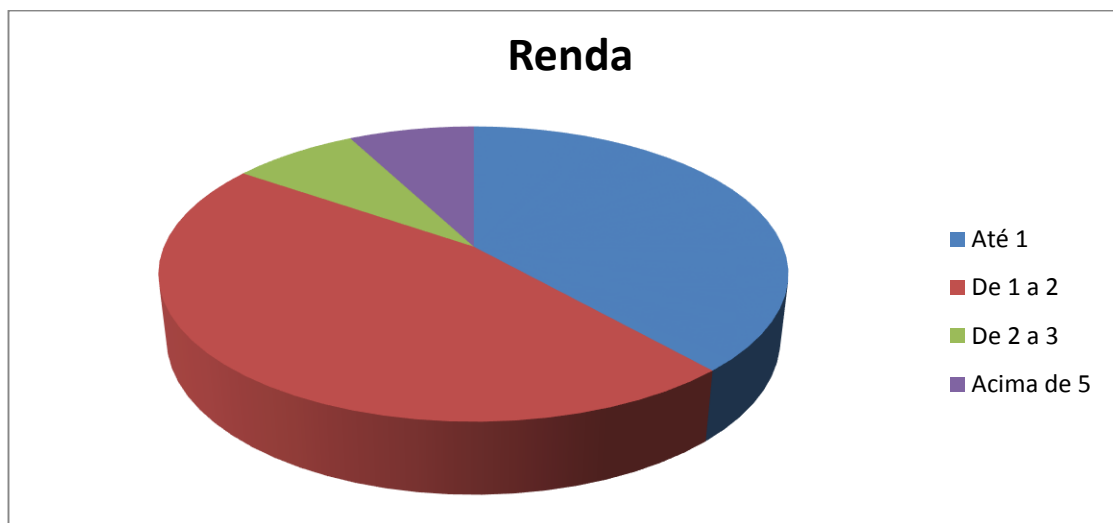
Há de se pontuar, que por estarem inseridas num contexto de turismo de base comunitária em desenvolvimento, essas mulheres desenvolvem atividades comuns ao TBC, como é o caso da hospedagem comunitária e a atividade de poetisa, que recebe turistas, escrevendo e recitando poemas e com contação de histórias.

Gráfico 3 – Escolaridade.

Fonte: Própria autora, 2018.

A escolaridade das mulheres do CULTARTE, majoritariamente, se situa na conclusão da educação básica, como vemos no gráfico 3. Cursando ou com o ensino superior completo, são duas mulheres, uma delas Caliandra que entrou para um curso de graduação, na UNEB, e como a mesma explica, motivada pelas vivências que o TBC proporcionaram.

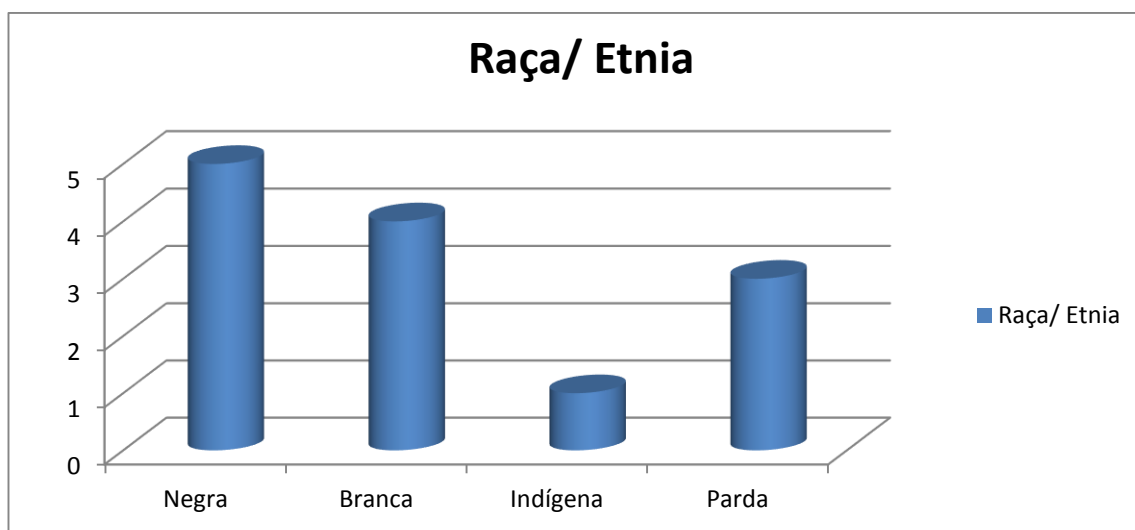
Na minha vida o TBC foi muito importante e continua sendo. Me proporcionou momentos de aprendizagem. De incentivo e motivação. Eu costumava brincar que eu sou pós TBC, porque eu sempre disse que iria fazer uma faculdade. Passei a minha vida inteira dizendo. Passei a minha vida inteira dizendo. As pessoas sequer imaginavam que eu não tinha uma graduação. Para ser sincera, antes de eu entrar para faculdade, eu me engajava mais nas coisas, o que fazia parecer que eu era mais inteligente. Então, as pessoas não imaginavam que eu não tinha uma graduação, uma pós, as pessoas do meio em que eu andava sempre perguntavam qual sua área de pesquisa. Entretanto, eu nunca tinha feito um vestibular. Após o TBC, olha Caliandra fazendo o Enem. No primeiro ano, eu não fiz porque tinha trabalho, troquei o Enem por uma escova. No segundo ano, eu falei não vai ser assim, eu vou deixar o que tiver para fazer. E fiz, tirei uma nota relativamente boa, que me permitiu fazer os cursos de pedagogia ou ciências sócias. (Caliandra, 2015).

Gráfico 4 – Renda

Fonte: Própria autora, 2018.

A renda familiar gira nas proximidades de dois salários mínimos (Gráfico 4). É resultado não apenas do labor dessas mulheres e sim, de outros membros que compõem o grupo familiar. E ainda que a atividade do artesanato não represente a principal fonte de renda da família, para essas mulheres se constitui como possibilidades de empoderamento, dentro da própria estrutura familiar.

Me ajuda bastante. Eu sou casada, estou na dependência do marido. Aí me ajuda para fazer certas coisas que eu quero. Fazer certas coisas para mim. Eu já gosto quando eu venho para as feiras e vendo. Eu fico é alegre, porque completa a minha renda (Sena, 2017).

Gráfico 5 - Raça/Etnia

Fonte: Própria autora, 2018.

Não obstante da realidade e contexto que as cercam²⁵, as mulheres do CULTARTE se autodeclaram negras e pardas, em sua maioria. Há ainda quem se declare indígena em reconhecimento a ancestralidade desse lugar.

Se a atividade de produção do artesanato pode ser considerada como elemento constitutivo na identidade do CULTARTE, tratremos adiante de apresentar o que seria um artista na concepção das integrantes deste Coletivo.

5.2.2 Como se faz uma artista

Parece que quando a gente nasce com esse dom, com esse bichinho da arte a gente fica antenado com tudo (Crisântemos, 2015).

São diferentes as formas que levam uma pessoa a se constituir artesã. As mulheres do CULTARTE caminharam muito até se definirem como tal. Mesmo aquelas que nos dizem que dom para o artesanato é “genético”. Muitas delas acreditam que seus laços com a atividade produtiva que desempenham foram atados pelas suas origens familiares. De um modo geral, alguém em suas famílias estava diretamente ligada a trabalhos artísticos e manuais. Ainda que elas não tenham conhecido esses entes, ou presenciado a prática dessa atividade, como é o caso de Violeteira e sua avó, ou Crisântemos e seus tios.

Mas já fazia, sempre fiz, sempre gostei. Desde menina. Minha me sempre fez algumas coisas. Eu acho que é dom. Todo mundo diz que eu puxei ao meu avô, porque meu avô fazia coisas belíssimas de artesanato. Não deu tempo, porque quando ele morreu eu estava com 6, 7 anos. Mas eu sempre gostei, acho que é genético (Violeteira, 2015).

Desde sempre eu gosto disso, e já nasci artista. Desde a infância, eu fazia meus brinquedos de tampinha de garrafa. Ficava catando lixo no quintal para fazer brinquedo, boneca (...)Muita gente da família gosta de arte. Meus tios. É uma coisa genética, mesmo. Quando não é música, é artes plásticas. Todo mundo meio envolvido. Não cheguei a ver, porque todo mundo mora distante. Mas, aquilo já estava incutido e eu comecei a rabiscar, pintar, desenhar, muito pequeno. Meus pais são mais relacionados a poemas, escrever músicas. Pena que cada um vive num canto (Crisântemos, 2015).

²⁵ Segundo o IBGE (2010), Pernambués, uma das localidades do nosso estudo, é o bairro com maior concentração de população negra de Salvador. 82% dos residentes se autodeclaram negros ou pardos.

Desde que eu tomei conhecimento que eu estava viva. Desde que criança, eu tinha esse dom. E assim de certa forma é de família não exatamente o meu dom. Cada um tem um dom. O meu pai, por exemplo, o dom dele era enxertar plantas. Ele costumava plantar e vender as mudas depois. (Meu) Tio, ele plantava laranja, jaboticaba, uva. Ele era muito chamado para ir às fazendas fazer enxerto numa parreira de uva, ou num laranjal, plantar um laranjal. Ele fazia as mudas, vendia para o fazendeiro. Depois, ele ia lá, ensinar a plantar, cuidar, rosas. Meu pai criou a rosa azul através de enxerto. Faz uma aqui, outra ali. Até que ele conseguiu formar a rosa azul.(...) Meu irmão caçula, o negócio dele é fazer maquete. Por exemplo, você quer construir sua casa, você fala com ele o que você quer e ele vai e monta do jeitinho que você falar, ele monta. Até dentro, com os móveis. Ele monta isso, é lindo. Ele pega um papel vai olhando para você e vai desenhando. A minha caçula não faz através da imagem, mas ela pega um desenho e vai desenhando. É assim. Aline não tem dom para arte, pelo menos não que eu saiba. A minha irmã mais velha é uma cozinheira de mão cheia e ela gosta de criar. Tem a Tereza faz um monte de coisa em artesanato, pintura em tecido, crochê, biscuit. (...) Somos cinco mulheres e dois homens (...) A Marta também trabalha com crochê, inclusive esse tapete que tá aí fora foi ela quem fez. A Carmem era costureira. Costurava muito bem, ela costurava mais para as empresas. (...) O Chiquinho era polícia militar, mas quando criança, dizem que as pessoas já nascem com o dom, quando criança, meu pai costumava pegar resto de madeira na rua, aqueles toquinhos e levava para casa porque lá em casa tinha fogão a lenha e ele gostava que minha mãe cozinhasse a lenha. E sempre tinha aqueles toquinhos que era para fazer lenha. Então o que Chiquinho fazia? Lá lá catava aqueles toquinhos. Uma faquinha, um canivete, ele ia cortando, cortando e daqui a pouco saía um revolver e ele ia brincando por lá tudo. E o Toninho, que é o caçula, lá em casa tinha muito bambu, então ele pegava pedacinho de bambu, um mais grossinho e outro mais fininho, ele montava uma serrinha e acabava com os pés de mamões da mamãe, cresceu e hoje ele é farmacêutico. Minha família é desse jeito (Jurema, 2015).

O seio familiar pode ser um incentivador ou um despertar. Seja pelos objetos que se constituem como ferramenta para o ofício do artesão, como no caso de Jurema ou por observar outras pessoas realizando atividades similares.

Minha mãe ainda tá lá enfiando conta. Ele resolveu fazer uns colares enfiadinhos para vender no grupo de idosos que ela faz parte. Eu digo faça assim. Mas ela não gosta não, porque ela tem 83 anos e Ave Maria quem disser alguma coisa (Violeteira, 2015).

Minha família tão ligada à arte. Minha mãe sempre foi muito sensível (...) A primeira vez que eu senti vontade de fazer alguma coisa de moldar um trabalho que eu vi do meu tio. Eu era muito pequena. Mas, eu nunca esqueci a cor que era. Foi lá no Espírito Santo. No Espírito Santo, eu deveria ter 4, 5 anos e eu lembro até hoje. Ele devia ter uns 20 anos. Ele pegou um pedaço de madeira e entalhou nesse pedaço de madeira, uma mulher de biquíni verde. Mas, aquilo eu fiquei num encanto, numa paixão. Sempre quis pegar um pedaço de madeira para fazer alguma coisa. Como ele fez, eu acho que eu era capaz também. Primeiro encantamento que eu tive foi isso (Crisântemos, 2015).

Eu desde pequena mexendo com artesanato. Eu me lembro, meu pai sempre foi de trazer coisa para dentro de casa. Eu lembro que tinha uma

época que ele ganhou retalho de naipa, ele ganhou um monte de retalhos. Retalhos bons, grandes. E levou lá para casa e ficaram aqueles retalhos lá. Não tinha o que fazer com aquilo. Aí um belo dia, eu criança, não tinha o que fazer, eu já estudava, comecei a recortar daqui, costurar dali e montei pochetas de criança. Aí montei assim com babadinho, tudo cortadinho. E inventei um monte de bolsinha dessas e fui fazendo. Quando minha mãe deixava, eu pegava a máquina de costura dela. E fui costurando, botava alça, fazia porta moedas. Aí um dia, eu fui para escola com uma dessas. Eu estava na quinta série, eu nem lembro mais. Aí, minhas amigas virar 'ai que linda!'. Porque era novidade, ninguém tinha. Eu falei que tinha feito. 'Faz uma para mim?'. 'Faço. É três reais'. E mesmo dei o preço. 'Pode fazer'. E assim eu comecei, vendendo as bolsinhas. Ganhei muito dinheiro (Jurema, 2015).

Mas, mesmo quando não há outras pessoas na família que produzam arte ou trabalhos manuais, isso não se constitui como uma barreira grande para que elas desistam, ao contrário, oriundas das classes populares, elas transformam o quê para muitos poderiam ser um *hobby*, uma atividade de lazer, num meio de sustento familiar.

Na minha família, só eu me interessei. Minha mãe não gostava muito, dizia que tudo era invenção, tudo era meio de gastar dinheiro. Mas, eu fui insistindo, passei a trabalhar novinha. Dava banca, tomava conta de menino, o que os vizinhos precisassem fazer, eu fazia. Ganhava meu tostão. Quando comecei [a fazer artesanato], eu fazia para o uso da casa e para dar de presente de aniversário. O povo achava muito bonito. Saía dando, como ainda dou muito. Mas, aí eu pensei se agrada a alguns, vai agradar a muitos. E a necessidade da vida eu passei a comercializar. Porque eu sou mãe solteira, tive muita dificuldade em criar os filhos (Buganvília, 2015).

Desde sempre eu ganhava meu dinheiro. Mas nunca podia ficar. Tinha que ajudar em casa. Era muita gente. E assim, meu pai, por falta de cultura dele, achava que nós tínhamos que pagar o que ele tinha feito pela gente. O salário era limpinho na mão dele. Não podia usar para nada. Ele era assim, sempre foi. E eu já trabalhava em casa de família nessa época. Comecei com 12 anos. Primeiro, fui ser babá, cuidar de criança. Eu cuidava do menininho de manhã. Aí, a mãe dele chegava depois do almoço, ficava com ele e eu ia para casa. Tinha que estudar também, mas eu comecei a estudar à noite. À tarde, eu fazia minhas coisinhas. Para levar para o colégio depois. Eles me apoiavam nisso, porque sabiam que eu rendia, me estimulavam. E assim depois em São Paulo. Eu fui para lá com 19 anos, e não tive mais oportunidades de fazer artesanato. Fazia meus crochês, meus tricôs, mas artesanato mesmo não tinha mais tempo para fazer. Aí, vim parar aqui (Jurema, 2015).

Mesmo que o trabalho com artesanato se faça presente desde muito cedo na vida dessas mulheres, este pode despontar como meio de sobrevivência e principal fonte de renda, depois de tentativas não exitosas, em outras atividades econômicas.

Eu tinha barraca no final de linha da Mata Escura e teve um certo prefeito que queria tirar as barracas e quando a gente procurou se resolver, um próprio secretário que antigamente era SESP²⁶, hoje mudou de nome e eu não sei mais qual nome é. Ele disse que quem tivesse porta, botasse na porta de casa. E eu botei, mas não fui muito feliz, porque a rua onde eu moro não tem movimento de pessoas para lá e para cá. Tinha uma empresa na rua que ainda dava para um quebrar galho de uma sobrevivência. Mas, empresa mudou de lugar e o movimento caiu. Aí corri e mudei para outra coisa (Buganvília, 2015).

As vias para a constituição de uma artesã são múltiplas, para Caliandra que se define como poetisa e recitalista, uma artesã das palavras, o espaço da religião a conduziu para sua arte.

Comecei a recitar na Igreja, com doze anos. Aí comecei a recitar versos bíblicos. Quando eu digo versos era uma 'linhazinha', mesmo. Porque eu não conseguia gravar muita coisa. Mas, aí gostei. E fui tomando gosto e fui gostando muito. As pessoas gostavam muito de quando eu recitava. Diziam que sentiam a presença de deus. Eu via as meninas da igreja recitando, umas jovens recitando com um sentimento. Eu me perguntava de onde vinha isso. Lembro da irmã que recitava salmos, ela me ensinou a recitar salmos tristes. Eu acho que ela deve ter me ajudado (Caliandra, 2015).

Por outras vias, Sena também se aproximou das atividades artísticas por meio de espaços comuns à religião. Aqui, como interna num convento que abrigava crianças cujos pais não dispunham de condições materiais para criá-las. Assim, ela conheceu e aprendeu a arte do bordado, ainda na infância. Todavia, nos revela que hoje esse trabalho artesanal minucioso foi substituído pelas máquinas.

Eu bordo. Eu comecei a bordar no convento que eu era do convento de freiras. Sei bordar divinamente bem. Eu fiquei no convento de cinco a 14 anos. Porque minha mãe trabalhava em casa de família e não poderia levar filho para as casas e aí eu fiquei interna, no convento. Era ali em Nazaré, no Sagrado Coração de Jesus, agora é particular. Mas era convento. Aí com uns seis para sete anos, eu comecei a bordar, na mão. Bordar guarnição que vinha da Rússia e dos Estados Unidos. Vinha tudo em caixas. Eu me meti nesse negócio manual desde novinha. Com seis anos e aí lá fazia exposição. Meus trabalhos eram todos vendidos na exposição. Porque eu aprendi com as freiras bordar, era por tarefa. Aí já um artesanato, fazia farinha seca, lenço, toalha bordada com farinha seca, ponto cheio. Todos os pontos eu sei fazer. E aí, depois, me menti em costura. Ajudava a minha madrinha que era costureira. E aprendi a costurar. Aí costureira e agora artesanato. Estou até bordando um lencinho na mão. Mas, eu não vou ficar com esse trabalho porque demora muito, que é tudo feito na mão, que hoje

²⁶ A Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Prevenção a Violência era um órgão ligado a Prefeitura Municipal de Salvador. Foi substituída pela Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana (SEMOB), com regimento publicado pelo DECRETO N° 25.858, no Diário Oficial do Município de 10 de março de 2015.

já tem máquinas e as máquinas tomaram o lugar das mãos. E aí, eu tô fazendo mais é muito demorado (Sena, 2017).

Ainda que essas mulheres busquem origens para suas atividades relacionadas à produção artesanal nas suas famílias de origem, nem sempre essa tradição se perpetua nas gerações seguintes; para aquelas que têm filho, o que não é uma regra. “Filhos graças a Deus não. Marido também não” (Violeteira, 2015), não é comum que esses aprendam a atividade de suas mães. Seja pela necessidade de garantir uma fonte de renda com alguma estabilidade ou ausência de tempo para se dedicar ao artesanato.

Já tentei ensinar aos filhos, mas como arte não dá dinheiro, eles querem ganhar dinheiro. Nunca gostaram, nunca tiveram a mesma veia, deve ser que surja depois. Acho que não deu tempo com essa agonia do dia de ter que trabalhar e ganhar dinheiro. Eu já fui ao contrário. Sabia que eu era artista sempre, eu quis me negar muito tempo. Porque não dá dinheiro, eu queria trabalhar e ter carteira assinada, dinheiro todo mês (Crisântemos, 2015).

As minhas duas filhas não quiseram aprender, não têm paciência. Isabela que de vez enquanto, agora não que não dá mais tempo. Mas, quando era menorzinha, me dava uma boa mão para separar material. Ela gosta de separar os materiais. Aí quando eu, sem querer, misturava uns materiais, dava na mão dela, que ela separava rapidinho para mim. Elas não querem conta com a minha arte. Já tentei ensinar falo ‘gente, o saber não ocupa espaço. A gente nunca sabe o futuro. Uma hora pode nos servir’. Mas que nada. Quer ver outra coisa, eu amo cozinhar, mas nenhuma delas quis. Isabela até aprendeu, sabe fazer de tudo já na cozinha, mas cadê que faz. Tem a mãe (Jurema, 2015).

Caliandra nos conta que seu filho despertou para a arte ao mesmo tempo em que ela. Ainda criança, seu filho já brincava com as palavras, no momento em que sua mãe se aventurava por caminhos mais profissionais. Ao passo que, na memória, se fundem e confundem o debute de mãe e filho.

Eu descobri que tinha um concurso de poesia falada, que eu nunca tinha ouvido falar, desculpe a redundância. Foi o concurso de poesia falada da Câmara Municipal de Salvador. Troféu Castro Alves. Onde você concorria com um poema. Mas, você também iria recitar este poema. Não era só a letra do poema, tinha que também você interpretá-lo. Aí, eu fui também concomitante a isso, no mesmo momento que eu comecei a estudar esse poema, aconteceu que Vinicius, eu e ele, ele me via ensaiando o poema no espelho e começou a brincar comigo. Ele começou a mudar o poema. No começo, eu só ficava zangada, porque ele estava me atrapalhando. Pequeno com quatro anos. Daqui a pouco, ele tinha memorizando o poema (Caliandra, 2015).

A história de aprendizagem intergeracional de Begônia não é o relato mais comum. Ana aprendeu com seu pai a tecer. Anos mais tarde, ensinou a seu filho. Três gerações da mesma família adaptando o conhecimento para a produção de diferentes trabalhos artesanais.

Meu filho também faz artes. Eu ensinei a ele porque ele costuma fazer essas pulseiras, colares de linhas enceradas. Eu ensinei a eles alguns pontos que eu aprendi com meu pai. Meu pai fazia cadeira, toda de linha. E eu aprendi os nós, a trançar com ele. Eu ensinei alguns pontos e ele foi criando as coisas dele (Begônia, 2017).

Todavia, há os filhos que não se dedicam ao artesanato, isso não se configura como um empecilho para que estejam presentes de outras formas, como incentivadores, motivadores, ou mesmo ao buscar outros caminhos, despertam toda a família para novos horizontes. Como na história de Eunice que passa a vislumbrar possibilidades a partir dos olhos dos filhos que tem acesso a espaços de informação e formação para além do espaço familiar.

Outro filho foi mais assim, como ele foi trabalhar cedo. Ele foi jovem aprendiz, ele trabalhou no Tribunal de Contas. Com 14 anos, ele foi trabalhar, lá ele teve acesso a cursos de computação. Ele foi me passando. Aí não precisei sair muito para me informar de muita coisa. Então, as informações que ele trazia, eu fui traçando um roteiro para minha vida. Eu disse eu quero isso, eu vou viver isso. E hoje ainda não me sinto realizada, porque comecei agora (Eunice Barreto, 2015).

Uma época, meu filho me ajudou em relação a vendas. Eu fiz um curso de customização na época da Copa²⁷. Eu fiz algumas camisetas com lantejoulas. Ele estudava e levava para a escola para vender. Vendia e trazia encomendas. Ele fazia essa parte. Hoje, não. Mas, ele dizia “vou aprender com a senhora”. Mas, outras coisas foram surgindo. Mas, o mais novo durante essa época me ajudou com as vendas. Volta e meia, ele divulga (Gravatá, 2017).

Por mais que a atividade de produção do artesanato seja compreendida enquanto “dom”, de modo recorrente nas falas destas mulheres, como algo inerente, não significa que dispense formações e capacitações. Ao contrário, a busca por aprender novas técnicas é uma constante na vida dessas mulheres. Seja para diversificar as atividades ou aperfeiçoar uma técnica que já se domine.

²⁷ A Copa do Mundo de futebol da Federação Internacional de Futebol, em 2014, foi realizada no Brasil. E a venda de produtos nas cores verde e amarela, licenciados ou não, impulsionou o comércio no Brasil. Outros setores, com o hoteleiro, também somaram saldos positivos.

Fiz um curso experimental de artes plásticas, um curso de segundo grau. Era o [Colégio Estadual] Severino Vieira, [Colégio Estadual] Teixeira de Freitas e o [Colégio Estadual] Central. Só ficaram duas turmas. Mas, antes disso eu já pintava. Fora esse curso de artes pelo CIENA²⁸, eu fiz oficinas no MAM²⁹, de cerâmica, entalha em madeira, serigrafia, oficinas de três meses. Mas, eu já nasci gostando (Crisântemos, 2015).

Já fiz curso no SENAI³⁰ de modelagem industrial, de costura industrial e moda praia, moda íntima (Buganvília, 2015).

Fiz curso no Sebrae³¹ e no Cesol³² de economia solidária. Cesol gerência administrativa. Acho muito supérfluo, a gente não aprende nada, precisava ser algo mais firme, para gente aprender (Jurema, 2015).

Nunca fiz curso nessa área. Gostaria de fazer na área de teatro. Acabo de fazer um pouco disso. Porque sou apaixonada por teatro. Fiz curso na área de leitura, após entrar no movimento cultural. Aí, eu comecei a fazer cursos na área de incentivo a leitura. Fiz vários. Mas, para aprender. Participo sempre de oficinas (Caliandra, 2015).

Ainda que se reconheçam enquanto artistas/ artesãs essas mulheres, também, reconhecem a dificuldade de profissionalização e de inserção no mercado de trabalho.

Hoje é só o artesanato mesmo, com a idade que eu já tô ninguém me dá mais oportunidade. Eu ainda acho que tenho muito a oferecer (Jurema, 2015).

Existem muitos espaços para se apresentar em Salvador. O que você não terá é remuneração. Só via edital, que é para quem tem experiência. Viver da sua arte, no caso de literatura, um escritor, se um escrito não tá vivendo, você imagina um recitalista. Você não tem renda. Você tem que fazer outra coisa. Tenho um amigo que escreve muito bem, é um excelente escritor, mas ele vive à custa dos outros, ele vive de arte. Ele não faz outra coisa na vida, ele só escreve e estuda, ele vive na casa de amigos. Publica o livro, recebe. Tem que fazer outras atividades. Trabalho no que aparece. Trabalho como cabelereira, atendo alguns clientes em domicílio. Já trabalhei de telemarketing. Para equilibrar o orçamento, costuro minhas roupas. Tenho encomendas (Caliandra, 2015).

É um pouquinho difícil, entendeu? A gente trabalha numa empresa tem um dinheiro no final do mês, tem o décimo (13º Salário), tem essa segurança que a gente não tem. Tem que bancar tudo, material, tempo que a gente desenvolve. Tem o prejuízo em relação ao comércio de hoje em dia que é muito mais industrializado. A pessoa chega a qualquer loja e encontra

²⁸ Centro Interescolar de Nazaré.

²⁹ Museu de Arte Moderna da Bahia.

³⁰ Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

³¹ Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

³² Centro Público de Economia Solidária

o que quiser e a gente perde por causa disso. Porque nosso produto é mais caro, porque depende de mais tempo. Geralmente, é personalizado, diferenciado. Tem pessoas que gostam e pagam o preço, tem outras que não (...) A gente faz artesanato porque gosta, por amor. E em situações que a gente não pode trabalhar fora. Mas eu acho assim, se tivesse um trabalho fora que eu fosse ter meu salário no final do mês, nesse momento, eu preferia está vivendo de artesanato. Não é fácil. Porque quando entra o processo industrial, você em uma hora faz muitas peças e no artesanato tem peças que você leva o dia todo, dois dias fazendo a peça. As pessoas acham bonito, mas na hora de valorizar o produto e pagar o preço, não querem disponibilizar o dinheiro (Jacarandá, 2017).

Crisântemos é a única do grupo que buscou auxílio do Sebrae para impulsionar sua produção e comercialização. Ela nos conta detalhes dessa aproximação, que foi desde a formalização e registro no CNPJ, até a definição por centrar em apenas um tipo de produção artesanal.

Cheguei ao Sebrae porque eu fazia bolsas, pochetes. Jogava para tudo que é lado. Fazia várias coisas: crochê, pinturas em tecido e bolsas, também. Tinha um cliente de uma empresa que trata de recursos ambientais, faz coletas de resíduos sólidos. Eles me pediram pochetes para botar o material dos funcionários, presas ao corpo com local para botar óculos, máscaras, luvas. Mas, eles me pediram nota fiscal e eu tive que tirar o CNPJ. Fui ao SEBRAE resolver isso. Fui mais de uma vez, pedir informação e estava com preguiça e medo de extrair CNPJ. Mas, eles me explicaram, tem oficina. E resolvi fazer, aí fiz. Um dia estando lá eu perguntei se havia algum setor que trabalhasse com artesanato, fizesse oficina. Disseram para procurar Cida, que informou que as reuniões eram as quintas feiras e que eu poderia trazer o material, o que tivesse para avaliar. Levei várias coisas, algumas coisas de papel machê, bolsas, reaproveitamento de resíduos sólidos. Várias coisinhas que eu ficava atirado para tudo que é lugar. 'Primeiro de tudo, você vai ter que focar. Você escolhe uma técnica e trabalha nessa técnica'. Aí, bolsa já tinha muito no mercado. Minhas bolsas eram uma diferente da outra, nem usava molde. Eu optei por papel machê porque tem pouca gente fazendo no mercado e quando faz não é, modéstia parte, com a qualidade do meu. E eu adoro moldar. Então, disse vou ficar com isso, parti para o papel machê, eliminei todo o resto que trabalhava. Não pego em bolsa, dei todo o material que tinha. E só tô me dedicando ao papel machê (Crisântemos, 2015).

Figura 10- Peças em Papel Machê



Fonte: Própria autora, 2015.

É frequente essas mulheres relatarem que a produção do artesanato está ligada a um hobby. “É uma ajuda para mim, para o meu psicológico. Não consigo pensar em me ver parada” (Alamanda, 2017). Em virtude das dificuldades encontradas para comercialização. Onze-Horas analisa a conjuntura ligada a crise econômica e as mudanças que a internet promoveu na produção artesanal. Neste cenário, mesmo que tenha diferença na qualidade do material e na produção, os clientes estão interessados no preço.

Financeiramente não é rentável. É como se fosse tivesse fazendo uma terapia, se distraindo, se divertindo, pelo menos para mim tá sendo assim. Porque rentabilidade para mim não tem, não cobre. É como se fosse uma coisa que banalizou. Hoje, tá desempregado, vai fazer artesanato. Têm tutoriais na internet. Antigamente, vendia dois, três mil reais e hoje, não existe mais isso. Se uma noiva, como eu fazia antes muita caixinha para madrinha, hoje em dia a noiva faz o curso pela internet, sabe onde comprar e elas mesmas fazem aí você vai perdendo (Onze-Horas, 2018).

Em suma, se constituir artesã não é o processo de um dia. Se reconhecer assim, pode ser resultado de anos de negação. Às vezes, por essa ser uma atividade secundária ou menos valorizada no meio em que se atua.

Eu fiz muita coisa, passei pela área de saúde, educação. Aí, depois eu vi que não tinha jeito, a gente fazer uma coisa forçada. Ainda mais em saúde e educação. Não vai! Larguei tudo e resolvi fazer arte. Isso aí eu durmo 2h da manhã sem sentir fome, sono (Crisântemos, 2015).

Eu agora digo que sou artesã. Eu já faço bastante coisa do artesanato. Antigamente, me perguntavam eu dizia que era dona de casa. Agora, eu sou artesã. Eu sou dona de casa e sou artesã. Porque eu aproveito meu horário de tá em casa para tá fazendo minhas coisas. Eu trabalho com crochê, com aproveitamento de retalhos e tem aí mais duas oficinas que estou aprendendo. Costuro pouca coisa. Estou mais em consertar. Mas, quero aprender a cortar e costurar. Já costuro, sei trocar um zíper, fazer uma bainha. Isso já faço, desde menina. Eu sou filha de pobre, meu pai era pedreiro, minha mãe lavadeira. Então, eu não tinha mesada. E desde os meus nove anos de idade, quando fomos morar na Mata Escura, eu achei que ia depender de muita coisa. Mas do que pai e mãe podiam dar. Então, eu aprendi a trocar zip, a fazer bainha. Eu aprendi muita coisa, que eu tinha uma vizinha que era costureira, ela me ensinou muita coisa. Então eu defendia minha mesada, meu transporte para estudar, minhas merendas. Nessa época, eu gostava de beber refrigerante, de comer meus bolos, eram coisas que não entravam na despesa porque o dinheiro era pouco. Mas eu corria atrás para conseguir para a família (Buganvília, 2015).

Eu artista? Quem me dera. Eu acho que artista é aquela pessoa que faz um curso, faz uma faculdade se especializa, esse é artista. Eu sou arteira. Eu acho que para você ter esse título você tem que ter estudado. Eu não vou te chamar de advogado se você não fez o curso de direito (Jurema, 2015).

O que eu sou mais. Se você perguntar se eu sou escritora. Se você me der três opções, você é uma escritora, uma recitalista ou uma poetisa. Eu sou uma recitalista. É o que eu mais gosto de fazer. Gosto muito. Apesar das três estarem relacionada. As profissões que eu gostaria que existissem, que eu gostaria de viver disso e ser paga eram lendo e recitando (Caliandra, 2015)

Poder se afirmar como artista é uma construção que envolve empoderamento, numa perspectiva freiriana, como defendemos no capítulo 2; esse se dá de modo dialético e assim, a relação com o outro pode dizer bastante sobre si:

Foi Valéria que me disse que eu era artesã, porque todo mundo que trabalha com arte é artesã (Buganvília, 2015).

Percebemos que nesse movimento se ensina e aprende, dentro e fora do CULTARTE, assim, na próxima seção, trataremos da difusão do conhecimento, no cotidiano dessas mulheres.

5.2.3 Aprendendo e ensinando

*É disso que eu gosto. Poder te ensinar e ver você deslanchar
(Jurema)*

Aprender é tarefa cotidiana e eminente do viver em sociedade. Aqui, nos interessa as redes de saberes constituídas por estas mulheres. Por isso, nos debruçamos sobre o que elas pensam sobre o assunto. Enfim, essa seção se propõe a investigar a existência da difusão das técnicas e tecnologias desenvolvidas pelas mulheres do antigo quilombo do Cabula.

Figura 11 - Reunião do CULTARTE



Fonte: Acervo CULTARTE, 2016.

No geral, elas respondem positivamente a possibilidade de passar adiante o que sabem, seja de maneira voluntária ou remunerada.

Não tem porquê eu não ensinar. Eu dou curso particular (Violeteira, 2015).

Eu gosto muito de passar o que eu sei. Eu tenho prazer, e quando a aluna aprende mais prazer ainda (Crisântemos, 2015).

Amo ensinar, já fiz muitas oficinas. Que eu congregava naquela Primeira Igreja Batista do Iguatemi³³. Então, eles têm esse trabalho. Eles vão de bairro em bairro fazendo o trabalho evangelístico e eles levam oficinas. Eles me chamavam e eu ia. Ensinava a fazer bijuterias, sandálias, trufas, tudo o que eu sei, eu gosto de ensinar. E já dei uma oficina no CRAS³⁴, foi até uma pastora que me chamou, ela estava fazendo o TCC dela em serviço social, estava no último ano de serviço social. E o TCC ela era sobre isso, ela tinha que fazer oficinas e ela me chamou e fui com o maior prazer. Foi aí que eu conheci Clarice. E algumas outras. Mas, as outras acabaram não ficando no grupo, de todas que eu conheci, a única que continua no grupo é a Clarice (Jurema, 2015).

Ministrava oficina. Tenho muita saudade do tempo que fazia isso, era tão bom. Ensinava as crianças adolescentes. Eu trabalhava com as crianças em escolas, no Centro Social Urbano, ou na minha casa. Eu levava para se apresentarem. Já participaram da passeata Castro Alves. Eventos na Câmara Municipal, na biblioteca Pública dos Barris. Eles recitando todos felizes por estarem ali (Caliandra, 2015).

Mas, o ensinar é tarefa que depende do outro e da disposição deste para aprender. Esse ponto é destaque nas falas destas mulheres que já observam, em alguma medida, mudanças de interesse na sociedade contemporânea.

Quando as pessoas têm disponibilidade de querer aprender, eu ensino, dentro do meu tempo, porque tem gente que quer as coisa, quer ontem, quer já. Eu digo que não posso. Aidê³⁵ assim que ela chego nas feirinhas da UNEB, ela me viu fazendo, perguntou se eu poderia ensinar, eu ensinei, ela tornou a pedir se ensino outra coisa, eu ensino (Buganvília, 2015).

Eu já ensinei para criança, adulto e idoso. Gosto mais de trabalhar com, adulto e idoso. Criança a gente se apaixona muito. E depois tem o vínculo. E, além disso, as crianças de hoje elas têm um desânimo de aprendizagem que as crianças de antes não podiam ouvir falar em arte que se empolgavam. Um desânimo. Eu posso estar errada. A internet é tudo muito corrido. Não tem mais tempo para as coisas que requer tempo e paciência. Parecem que não respiram mais (Crisântemos, 2015).

Se a relação é dialética, nem só de ensinar vivem essas mulheres. Eunice enfatiza o quanto aprendeu desde as primeiras peças e das práticas que mantém até hoje, inclusive como balizador das suas produções.

O crochê uma vizinha me ensinou. A filha da vizinha me ensinou. Quando a gente foi morar em Mata Escura. Mainha saía para trabalhar e ficava eu e os meninos. A gente tinha o tempo da escola. A gente brincava.

³³ Igreja Batista, na ocasião, tinha sua sede na Avenida Antônio Carlos Magalhães – Salvador. Vindo posteriormente a se instalar na Av. Luis Viana Filho.

³⁴ Centro de Referência de Assistência Social

³⁵ Aidê foi integrante do CULTARTE.

Mas, acha que eu tinha que fazer mais alguma coisa para ocupar o tempo. Aí, eu pedi a filha da vizinha. Ela me ensinou e eu aprendi com nove anos. Mas, eu só aprendi coisa de casa, toalha de pena, pano de liquidificador. Quando eu me interessei em aprender mais coisas, eu saía em busca, olhando os que os outros faziam para eu fazer. Foi o caso do short. As blusas uma colega me ensinou. Teve essa ajuda de Sandra. Mas, algumas peças que eu tinha dificuldade quando eu não tinha contato com Sandra. Eu ia para rua ver como o povo fazia. Porque elas estão na banca fazendo e eu ficava olhando para lá e para cá, como quem estava olhando alguma coisa, mas eu estava olhando elas fazerem. E quando eu chegava em casa, eu mandava brasa, ia quebrando a cabeça e montava as minhas peças. E hoje tem a internet que ajuda bastante. Eu olhava o ponto. Fiz tudo. Mas, na hora do gancho não acertei. Vi que tinha que ter uma técnica. Fui a Baixa do Sapateiro que tinha muito camelô. Cheguei lá fiz, e aprendi. Aprendi assim olhando. O crochê eu já sabia, mas a modelagem da roupa e para aprender a fazer o short, eu tive que aprender a fazer. Porque a saia você vai direto, Mas, o short precisa da divisão das pernas. E eu disse vou andar por aí. Fui andando até que e vi como é. Hoje que você tem a internet. Mas, naquela época não tinha. Naquela época ia andando. Eu ficava olhando os preços, olhando os modelos. Até hoje, eu não fiz o curso de precificação. Aí eu vou para cidade, olho quanto tá. Eu olho a internet. Mas, o preço tá a cima da média. Mas, tem imposto, aí fica um pouco alto. Mas eu me baseio pela região. Vou à Avenida Sete, vou aos camelôs que inda vende. Me informo, porque se ele vende por esse preço o meu também, posso vender meu por um preço maior (Buganvília, 2015).

No começo, eu achava que ainda tinha uma coisa de esconder o meu trabalho para o outro não ver, mas agora eu percebo que há sim uma troca maravilhosa. Nós, artesã das letras, o que uma colega faz diz como foi, divide com a outra, a outra ajuda, dá novas ideias, incrementam, tá sendo muito bacana. Isso aí, eu tiro meu chapéu (Caliandra, 2015).

Assim, o Coletivo se vai se constituindo, de modo processual, enquanto espaço, onde a aprendizagem coletiva é compreendida, enquanto possibilidade. Um lugar para de troca e construções.

A troca de aprendizagem sempre constante (Crisântemos, 2015).

Aprendemos uma com as outras até mesmo no olhar, no observar (Buganvília, 2015).

Eu aprendo coisas que eu não sabia, aqui. Eu gosto de me reunir. Eu conheci outras pessoas, os professores são maravilhosos. É uma amizade nova. Movimento (...). Uma ajuda à outra, uma ensina a outra. Eu ensino que eu sei assim um pouquinho. As meninas também me ensinam alguma coisa, passam modelagem para mim, é assim (Sena, 2017).

A melhor coisa do CULTARTE são as pessoas, a interação. Todo mundo se ajudando. Acho que isso é importante. Outro dia a Onze-Hora tava me dizendo que tem diferentes fuxicos e sentou comigo para fazer (Gravatá, 2017).

Mas, esse aprender no coletivo precisa estar salvaguardado por uma conduta ética, uma moral que é estabelecida pelo grupo. E mesmo que não se encontre sistematizada e prescrita em manuais, e tão pouco no Regimento, precisa ser observada pelos seus membros. Ao passo que, em alguns momentos, gerou pontos de tensão entre membros do Coletivo.

Porque eu aprendi aquilo que você sabe, eu também vou vender a feira? Não! A não ser que você não vá. Se você não está lá expondo o seu trabalho. Aí eu tenho direito a expor o meu. Mas, você vai e você me ensinou. Eu acho isso antiético (Jurema, 2015).

A aprendizagem coletiva também está no conviver. A vivência em um grupo de autogestão apresenta nuances que podem ser resolvidas ou não.

Quando eu cheguei no CULTARTE já existia. Nem sei te dizer quando cheguei. (...) Eu estou afastada. A minha maior bronca é que na época que vai ter o Encontro do TBC, quando tá para acontecer encontro, aí lota de gente. Acabou o Encontro, o povo some. Ficamos em doze, éramos 40, sobrou doze, treze comigo. Agora que vai ter de novo, começou a encher. Porque o interesse é só a feira (Jurema, 2015).

Nem todas as artesãs, nem todas as artistas, tem essa consciência do Coletivo. Ela sabe que ela é uma bordadeira. Ela sabe que ela quer fazer o seu bordado e que ela quer vender. É isso que ela sabe. Ela ainda não conseguiu perceber a importância de tá ali na reunião discutindo, elaborando projetos. Muitos ainda não têm essa consciência e isso vai ser os poucos ou não. Tem gente que vai continuar; 'eu quero fazer e quero vender' (Caliandra, 2015).

Observamos que a difusão das técnicas e tecnologias desenvolvidas pelas mulheres do antigo quilombo do Cabula entre elas e entre outras pessoas ainda se dá no campo da informalidade. Acontece no cotidiano e nos momentos de socialização e convivência. Sem que se constituam como um espaço formal, embora elas se reúnam periodicamente. Também não se configura como prática do Coletivo, a preservação da memória do grupo. Nem todas as reuniões têm suas atas lavradas, como nem sempre é produzido relatórios das feiras e eventos externos. A formação, para uma maior profissionalização, é um dos objetivos do TBC Cabula, para o CULTARTE. Adiante, apresentaremos como essas mulheres visualizam a atuação do TBC.

5.3 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: A VISÃO DE CADA UMA

Uma ideia que, seja ela chamada de comunismo, socialismo ou cooperação, não considera a sociedade nem como neutra, nem como protetora, mas sim como o meio positivo para todos os tipos de desenvolvimento, inclusive o desenvolvimento individual
(Raymond Willians).

Residir nas localidades do antigo quilombo do Cabula é a primeira condição, posta no Regimento Interno, para participação no CULTARTE, reverberando o sentimento de pertença que marca seus participantes. Assim, as mulheres do CULTARTE reconhecem as terras do antigo quilombo do Cabula não apenas como local de moradia, mas como lugar de identidades. Para algumas dessas mulheres, migrar para o Cabula não foi uma opção individual. Elas se mudam para a região com a família, em algum momento de suas vidas, seja na maioridade ou ainda na infância. Todavia, por opção permanecem.

Eu nasci em Minas. Mas, sou baiana de alma, coração, espírito família. Eu saí de Minas pequenininha. Meu pai era militar e ele foi fazer o curso de sargento em Três Corações. Enquanto estava morando lá, já tinha a primeira filha, minha mãe engravidou, foi o tempo que ele terminou o curso e a gente saiu. (...) Eu morei algum tempo no 19 BC, na Vila Militar. Meu pai morava e servia lá. Depois, eu conheci meu esposo aqui na Primeira Igreja de Pernambués. A mãe dele morava aqui embaixo. Não tinha nada disso aqui, a gente via o mar de lá de baixo, agora se vê pouco. Aí a gente começou a namorar e eu estou aqui desde então. Já tem 30 anos. Morei uns dois anos e meio em Mirantes de Periperi (Crisântemos, 2015).

Nasci em Salvador, na maternidade Climério de Oliveira que fica no bairro de Nazaré. Agora, eu estou morando no fim de linha de Mata Escura. Eu vivo no Cabula há 44 anos; vim pra Mata Escura com 9 anos de idade. Estamos lá até hoje (Buganvília, 2015).

Nasci numa roça, no Marques de Maricá, onde hoje é o Colégio (Estadual) Marques de Maricá, no Pau Miúdo de lá, pequena fui para Escada. Morei lá até os 15, aos 15 fui para Pernambués (Violeteira, 2015).

Morei em alguns bairros. Plataforma. Barra, na Av. Centenário, Jardim Apipema, Há 10 anos na Mata Escura (Jurema, 2015).

Eu moro em Sussuarana, já tem uns 15 anos. Fui mudando de bairro em bairro e aí caí na Sussuarana, eu acho que vou me parar aí (Sena, 2017).

Quando eu cheguei com meu filho, um ano e alguma coisa, achei escola fácil. Fiquei encantada. O condomínio fechado, maravilhoso, porque ele tinha espaço para brincar. A facilidade de vendas, supermercados. Uma facilidade muito grande para a gente. Ficou ótimo. Em 1994, nasceu o outro, mas eu já estava aqui (Gravatá, 2017).

Eu vim [para Salvador] com os cinco anos de idade. Eu não lembro muita dessa época. Mas quando a gente veio para aqui, meus avôs moravam na Ribeira e nós fomos morar com eles. Meu pai comprou umas terras no São Gonçalo e a gente veio. Aqui no São Gonçalo era uma fazenda e o dono arrendou em lotes. As pessoas que vieram para aqui já não viviam da roça. Porque as pessoas, geralmente, que vinha para a cidade, vinham por causa da seca. Então, aqui no Retiro tinha muitas fábricas. Tinha oportunidade de emprego e as pessoas do interior aproveitavam para vir. Aqui em São Gonçalo tem muitas pessoas de São Felipe que vieram por causa dessa oportunidade (Jacarandá, 2017).

Jacarandá resgata em suas lembranças o período em que essas localidades passam por uma transição, deixam as características rurais, as fazendas, que por muito tempo marcaram este lugar, para acompanhar a urbanização, já tardia de Salvador, como discutimos no capítulo 3.

Como exposto anteriormente, o CULTARTE nasce, por iniciativa das mulheres que o compõem ou que fizeram parte do seu quadro anteriormente, dentro do ETBCES, pelos muitos encontros e diálogos que este tem fomentado ao longo dos anos. Afinal,

O escopo principal desse projeto é construir, com as comunidades do Cabula, caminhos alternativos para o desenvolvimento local sustentável, a partir do turismo de base comunitária e da economia solidária, visando à formação de redes sociais cooperadas, organização dos arranjos produtivos locais, empoderamento social, cultural, ambiental, político, econômico e do legado de grupos de etnias indígenas e de origens africanas (MATTA, SILVA, BOAVENTURA, 2015, p. 34).

A aproximação pelo CULTARTE se dá, em geral, pelo convite de outras mulheres, sejam elas integrantes do Coletivo ou da equipe do TBC Cabula, como é o caso de Rosane, também conhecida como Rosa, articuladora comunitária voluntária do projeto, residente no bairro de Pernambués, como já mencionado.

Eu conheci o TBC fazendo um trabalho voluntário no Centro Social Urbano, ensinando reaproveitamento de resíduos sólidos. Rosa chegou um dia e convidou para participar, falou para gente o que era o TBC e convidou para participar de uma reunião que teria no Centro Social, à noite, para explicar o projeto e a visão deles de entrar no bairro. Eu fui, nem todos foram. Mas, eu estava extremamente curiosa. Gostei, passei a participar das reuniões, para fazer o regimento do CULTARTE. Depois eu fiquei muito focada no papel machê. Mas, eu saí com a consciência tranquila porque o regimento nós conseguimos deixar pronto. Eu e o grupo que ficou até o fim,

porque começamos com 30 componentes, quando terminou o estatuto acho que só seis. Terminamos e colocamos na mesa da Pró-reitora. Eu acho que de repente eu só vim fazer isso aqui, para mim já tá de bom tamanho. Aprendi o que tinha que aprender, conheci gente e não consegui mais ir (Crisântemos, 2015).

Conheci o TBC através de Rose. Rose convidou uma vizinha (Clarice), e como somos parceiras, de uma cooperativa que a gente entrou e não conseguiu dar continuidade. Aí, Rose convidou essa colega e essa colega me convidou para o terceiro encontro (Buganvília, 2015).

Aí Angela (Presidente da associação de moradores) foi me falar da feira do TBC. Ela me chamou para ir. Disse que tinha umas vagas e perguntou se eu não queria participar. Nunca tinha participado de feira. Foi o primeiro ano. Aí, conheci Rose, Francisca. No segundo ano, eu não pude ir que eu estava trabalhando na Vivo. No terceiro ano, eu fui e agora esse é meu quarto ano (Jurema, 2014).

Na minha primeira reunião de Pernambuco, minha amiga Efigênia que é filha de D. Luiza³⁶, que conhecia o meu interesse em trabalhar com incentivo a leitura que foi a minha luta dessa minha vida inteira e ela sabia que eu tinha o sonho de criar uma biblioteca comunitária no bairro. Uma biblioteca com moldes diferentes das existentes. Não queria uma biblioteca com livros nas prateleiras. Não queria uma biblioteca onde houvesse burocracia para as pessoas lerem. Eu não queria onde você fosse só para ler os livros, mas que você pudesse fazer o que você quisesse, que você fosse para lá cantar, recitar, pintar, costurar, que você pudesse fazer o que você quisesse. Doar um livro, escrever um poema e colar na parede. Efigênia conhecia esse meu sonho. Ela conhecia o TBC e me convidou. Aí, eu conheci Rosane e não saí mais. Mesmo que me desvie, eu não saio mais (Caliandra, 2015).

Através de uma amiga, ela agora nem tá na grupo. Foi Ana Coutinho. Ela disse “Vá para uma reunião para a senhora entrar no Cultarte!”. Porque eu era da Cesol. Aí ela me chamou para vir. Aí, eu vim para uma reunião, gostei, fiquei num dos eventos. Conheci o TBC (Sena, 2017).

De modo geral, elas avaliam de maneira positiva a experiência com o Turismo de Base Comunitária e o Grupo CULTARTE. Ainda que possamos perceber que o conhecimento sobre as questões ligadas ao associativismo, seja ainda pequeno, o TBC parece ampliar os horizontes de possibilidades destas mulheres, seja para experiências individuais ou coletivas. Elas rememoram o primeiro contato que tiveram com o Projeto, as esperanças que floresceram com esse momento e o que significa em suas trajetórias.

Eu gosto do TBC! Eu gosto do mesmo jeito que gostei da primeira vez que Rosa começou a falar. Eu acho o projeto muito encantador. Essa ideia de desfocar o turismo para certos pontos espalhados por toda cidade.

³⁶ Apresentamos D Luiza e o Terno de Reis Rosa Menina no capítulo 3.

Eu acho muito bom, não só pelo lucro que vai dar aos moradores, a comunidade. Mas, também para turismo que está vindo conhecer a realidade de onde ele tá visitando. Ver tudo, ver a realidade de onde ele tá visitando. Porque a realidade Salvador não está só nos pontos turísticos. E tem tanta coisa bonita, para que coisa mais bonita que a minha vista. Tanta coisa bonita aqui no bairro, nesse bairro. Tanta gente talentosa, tanta gente boa. Acho que tem coisas que merecem serem vistas (Crisântemos, 2015).

Eu vivia muito estressada antes do CULTARTE, porque eu queria viver. Eu queria crescer. Eu queria poder me sustentar e eu não estava conseguindo. Estava dependendo dos filhos. As apostas que eu fiz eu precisava de outras pessoas, precisava de incentivos e não consegui. E aqui eu tô conseguindo, porque pelo menos eu tenho meu espaço para trabalhar. Porque é cansativo, mas tô satisfeita. Tô aqui conhecendo outras pessoas, passando número de telefone. Tô me informando de curso e coisas por aí que o governo tá oferecendo. Se eu tiver disponibilidade e tempo já vem aí curso que não sei se é o TBC e ou a ITCP que já conseguiu para nós e depende do interesse de cada um (...).Eu acho o TBC bom, porque eu estou conseguindo chegar ao público. Porque eu não sou muito de sair de casa. Então, o público que meus filhos traziam para mim era pouco (...). O meu interesse era trabalhar a hospedagem. O pessoal temporário que vem passa uma semana, dois dias, um mês... O meu filho mais velho não acreditava nisso. Quando eu me bandiei para o lado do mais novo. O mais novo é meio avoado e ele apostou mais no meu sonho. Através da UNEB. Francisca me falou que estava precisando. Eu procurei me informar como funcionava e o que tinha que fazer. Ajeitei o espaço que eu tenho na minha casa. Ela foi até lá, em deu umas dicas do que eu poderia melhorar e a mandei brasa, agilizei. Graças a deus o pessoal chegou, gostaram, estão muito satisfeitos (Bugarvília, 2015).

Na verdade, eu não tinha muita noção do que era, qual era o trabalho do TBC. Aí me convidaram para uma reunião no São Gonçalo. Fui com Rosa, ali na Baixinha do Santo Antônio. Nunca tinha ido lá e amei. Eu não sabia que era esse o trabalho do TBC. Aí, Francisca mostrou slides, fez uma boa palestra lá explicando qual era o trabalho do TBC, aí eu me apaixonei e pensei, eu quero isso para o meu bairro. Mas, é difícil você conseguir montar essas coisas assim. Aqui na Mata Escura, mesmo, tem pessoas que até tem intenção, tem vontade de fazer tudo isso, mas a violência é muito grande. A gente não tem coragem por isso. Como a gente vai trazer um turista aqui se tem tiroteio a cada momento (Jurema, 2014).

Eu acho que o TBC, num primeiro momento, eu vi ele como um grupo que nós iríamos registrá-los e depois de aprender muitas coisas que nós temos aprendido muitas coisas, que nós iríamos poder fazer as coisas, participar do os editais, tentar participar das coisas por nós mesmo (...) Participo das feiras, não de todos. Mas, participo. Eu exponho. Desde o primeiro TBC, que foi na UNEB, que por coincidência foi o primeiro encontro e eu fui a primeira pessoa a levar um stand de livros. Eu exponha livros. Na época, eu não levava para comercializar. Eu levava meus livros para emprestar ou para doar (Caliandra, 2015).

Como exemplo de emancipação e empoderamento, vale resgatar o depoimento de Caliandra que apresentamos na página 102. Lá, Caliandra ilustra como o Projeto TBC Cabula a aproximou da universidade. Ela nasceu e sempre viveu em

Pernambúes. Todavia, nunca havia vislumbrado a possibilidade de cursar graduação na UNEB, mesmo estando próxima espacialmente.

Jacarandá comunga da ideia da emancipação e do empoderamento como conquistas coletivas. E desse modo que ela avalia a participação no CULTARTE, em suma:

Participar do CULTARTE é bom porque é grupo e quando você tá em grupo você se sente mais fortalecida. Você sozinha é uma coisa, mas em grupo você consegue mais oportunidades. Tem questão de uma tá apoiando a outra. Encontrando espaços para a gente fazer feira. Palestras, curso e formações que a gente tem dentro do CULTARTE (Jacarandá, 2017).

Ainda que elas reconheçam esse espaço e suas oportunidades para a comercialização, apontam caminhos para que o CULTARTE possa aumentar seu espaço de circulação e, assim, aumentar as vendas.

São boas [as feiras na UNEB]. Mas, poderia atingir outros locais. Porque aqui só mesmo os professores, porque os alunos não [compram]. Mas, vale a pena a gente participar (...). Falta local para a gente se acomodar, guardar as coisas, um espaço para a gente expor, se pudessem providenciar umas barraquinhas certas para a gente. Aí, pudesse dispor de umas barracas assim para toda vez que a gente viesse. A gente armar o material (Sena, 2017).

Na compreensão do CULTARTE e do TBC como lócus de formação e aprendizagem, por meio de rodas de conversas, durante as reuniões do Coletivo, propusemos discussões acerca dos conceitos expressos na vivência do grupo e no seu Regimento. Assim, estabelecemos, de modo dialético e dialógico, interfaces entre os autores que sustentam a fundamentação aqui apresentada e o modo como o CULTARTE visualiza cada categoria.

A sistematização que apresentamos foi fruto de discussão em roda de conversa, na qual as mulheres foram convidadas e estimuladas a apresentar suas compreensões sobre as categorias EMPODERAMENTO, TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA, AUTONOMIA, ECONOMIA SOLIDÁRIA, TRABALHO e CULTURA, a partir de suas vivências e atuações.

Observamos que as mulheres do CULTARTE discorrem sobre as categorias sem qualquer constrangimento. Nem sempre a concordância entre elas foi imediata, mas é possível observar que as mesmas conseguem construir consenso após a discussão dos temas.

Ainda que elas não conceituem com base em discussões teóricas ou firmadas em determinados autores, seus conceitos se aproximam com as ideias defendidas nessa tese, o que para nós é relevante, na medida em que empoderamento e autonomia perpassam pela ciência e pela tomada de consciência dos sujeitos. Ainda assim, avaliamos que o conceito de empoderamento ainda é compreendido como uma conquista individual e não coletiva como defendemos, a partir dos estudos de Freire (1986).

De modo geral, e como de fato solicitado, o principal aporte para definir as categorias é o espaço de vivência das artesãs. Assim, por exemplo, trabalho é definido como o ato de criação e também execução, sincrônicos. De igual maneira, a vida em coletivo e as aprendizagens que ela gere aparecem na conceituação de Turismo de Base Comunitária, Cultura e Economia Solidária.

Quadro 10 - Síntese das Categorias Empregadas

Síntese das Categorias Empregadas		
Categorias	Conceituação Teórica	Conceituação do CULTARTE
Empoderamento	Processo da conquista da autonomia e da autodeterminação. É um processo de caráter revolucionário, que se constrói no coletivo, assim é meio e fim em si próprio. SARDENBERG (2012); SHOR e FREIRE (1986).	Poder, que ocorre a partir de uma decisão ou atitude do indivíduo e tem influência sobre a sua autoestima.
Turismo de Base Comunitária	“Essa modalidade de organização comunitária se tornou alternativa por fugir do padrão convencional e voltar-se aos princípios da economia solidária, buscando mudanças sociais, com promoção de trabalho aos desocupados e melhoria da qualidade das pessoas que residem em áreas turísticas” CORIOLANO <i>et al.</i> , 2009, p. 13).	É deslocar o turismo para periferia/comunidades, garantindo, além de lazer, troca de conhecimentos.
Autonomia	Capacidade de autorregular-se e autodeterminar	Independência.
Economia solidária	Em seu sentido mais amplo, ela agrupa o conjunto das iniciativas econômicas e privadas (isto é, autônomas em relação ao Estado) que apostam mais no interesse coletivo e na solidariedade que na busca do lucro (Guérin, 2003, p. 13).	Economia participativa, colaborativa que requer união e produção coletiva.
Cultura	“todo um modo de vida, material, intelectual e espiritual” (Willians, 2011, p. 19).	É troca de conhecimento, aprendizagem que se dá no coletivo, pelo conviver.
Trabalho	Atividade desempenhada por seres humanos com fins de produção e/ou reprodução da vida que pode ser remunerada ou não.	Trabalho é uma relação de troca que pode ser financeira ou afetiva. Criação e execução.

Fonte: Própria autora, 2018.

6 APLICANDO SOLUÇÕES/ INTERAÇÕES

A vida social é essencialmente prática. Todos os mistérios que seduzem a teoria para o misticismo encontram a sua solução racional na práxis humana e no compreender desta práxis (Karl Marx).

Entre as demandas imediatas do Coletivo CULTARTE está a comercialização da sua produção, que se daria com a ampliação dos locais de atuação do Coletivo e a capacidade de escoamento da sua produção, ampliando redes de interação e garantindo a essas mulheres, o acesso à renda. Afinal,

As contradições da sociedade de consumo, contudo, são reproduzidas nas comunidades, visto que o capitalismo se reproduz em cadeia e em várias escalas. Embora as comunidades lutem pela solidariedade e cooperação entre seus membros, muitas vezes o realce à solidariedade, coesão e existência de interesses comuns, desconhecendo esta realidade, tende a conduzir a ação social a ser promovida à reprodução da ordem social. Ao se buscar compreender comunidade é fundamental considerar as relações e correlações em que estão inseridas (CORIOLANO, 2008, p. 11).

Por isso, o Projeto TBC Cabula se debruçou em possibilidades que possam dar visibilidade às mulheres dessas localidades, atendendo ao objetivo de apresentar objeto digital como possibilidade de conferir visibilidade ao Coletivo CULTARTE.

Assim, apresentaremos três propostas que foram implementadas ao longo dessa pesquisa e cumprem a finalidade de propiciar espaços de comercialização e, portanto, visibilidade as mulheres do CULTARTE. A saber: a). uma proposta de mapa cultural <<http://www.tbccabula.com.br/conteudos-interativos/mapa-cultural>>, discutida e validada pelo Coletivo e que deverá seguir por período de testes para atualizações e modificações futuras que deverão ser conduzidas pelo próprio Coletivo, de acordo com as suas demandas; b) página do CULTARTE <<http://www.tbccabula.com.br/cultarte>>, no Portal TBC Cabula. Este Portal tem por finalidade ser um espaço de divulgação das ações que acontecem na/com/para a comunidade das 17 localidades. Uma página do CULTARTE, por si, objetiva se constituir como uma memória do Coletivo, que abriga seu histórico, regimento e contatos das artesãs; c) a Loja do CULTARTE, atende na sala do Projeto do TBC Cabula, localizada no Campus 1 da UNEB, se constitui como um espaço de venda

fixo, coletivo e colaborativo, atendendo em dias úteis, que reúne produções das mulheres que compõem o Coletivo e são comercializadas.

Estas soluções não se esgotam em si, ao contrário, é desejável que elas percorram caminhos até encontrar formas mais próximas de atender às demandas cotidianas dessas mulheres, de modo dialético e interativo. Tampouco estão isoladas, compõem um conjunto de iniciativas que foram e estão sendo desenvolvidas ao longo dos anos. Como a criação da marca, dos cartões de visitas para as artesãs, dos folders de divulgação e as oficinas formativas que buscam, por meio da qualificação, a ampliação do universo de alcance do coletivo.

Assim, adiante, apresentaremos cada uma das três soluções propostas por essa pesquisa que deverão ser avaliadas, para comprovação de sua eficiência e possibilidade de replicação.

6.1 O MAPA DA MINA: OU MAPA DE FAZERES

Acho que é quando a gente chega mais perto de deus, mas não é próximo de mais perto, é próximo de mais parecido. Quando a gente faz arte, o processo de criação. É o que eu sinto toda vez que eu estou criando (Crisântemos).

O processo de elaboração do Mapa Cultural do antigo quilombo do Cabula contou com a participação das mulheres, na medida em que as ideias, as concepções gerais, ajustes e finalizações passaram por discussões coletivas, tendo o CULTARTE como lócus da construção.

A Capes, por meio da Chamada nº43/2013, prevê “selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que visem contribuir, significativamente, para o desenvolvimento científico e tecnológico e para a inovação do País nas áreas de Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas”. Assim, ao submetemos a proposta da criação do mapa cultural, objetivávamos não apenas a operacionalização do mesmo, mas, sobretudo, a pesquisa que daria sustentação ao objeto interativo. Por isso, cada etapa do desenvolvimento contou com apoio do CULTARTE e outros sujeitos dessas localidades.

Os ícones que representam as atividades dessas mulheres, espaços de cultura como bibliotecas, escolas, praças, entre outros foram criados a partir das ilustrações desenvolvidas por Denissena para esse projeto. Artista e arte educador, que se auto intitula operário cultural, residente no Cabula, seu trabalho com e nas localidades inclui intervenções em espaços públicos, oficinas em unidades escolares, além de cor e forma aos projetos do TBC, sendo o nome que assina ilustrações de diversas produções do TBC Cabula. Sobre o processo de criação dessas peças ele nos conta que:

Bem, a inspiração está na essência da comunidade Cabula. O conceito vem de elementos e personagens, representando as pessoas, que lutam e sonham por mudanças na comunidade. Mulheres protagonistas e ativistas. O TBC me faz cada vez mais mergulhar na origem, passado e presente do Quilombo Cabula. A arte tem o poder de resgatar e afirmar o que nos pertence (Denissena, 2016).

O mapa cultural foi desenvolvido no Google Maps, que é um serviço de localização gratuito, onde imagens são fornecidas via satélite. Customizamos a partir do recorte das localidades e dos ícones criados por Denissena para a inserção dos pontos que representariam não apenas as artesãs, mas, equipamentos culturais disponíveis nas localidades.

Para isso, realizamos um levantamento das atividades desenvolvidas na região e dos serviços disponíveis em cada localidade. Desse levantamento, listamos escolas municipais e estaduais, praças, centros sociais urbanos, associação de moradores, bibliotecas, teatros e terreiros de candomblé e umbanda (Apêndice B). Esta seleção se justifica por estes serem espaço de acesso ampliado, gratuitos ou a preços populares e que cumprem, por função, a democratização do acesso à cultura e educação, a valorização da socialização e organização da comunidade local.

Para trilhar o mapa cultural, seguimos suas fases e etapas. A saber:

1. Identificação do problema – como as relações de cooperação, associativismo e experiências do Coletivo CULTARTE podem contribuir para autonomia e empoderamento em contexto do turismo de base comunitária? A visibilidade oferecida pelo desenvolvimento de um turismo de base comunitária nas suas localidades, proporcionaria a essas mulheres maior possibilidade de romper com as múltiplas vulnerabilidades que lhes alcançam? A solução encontrada seria uma aplicação em forma de Mapa interativo que abriga os serviços oferecidos por

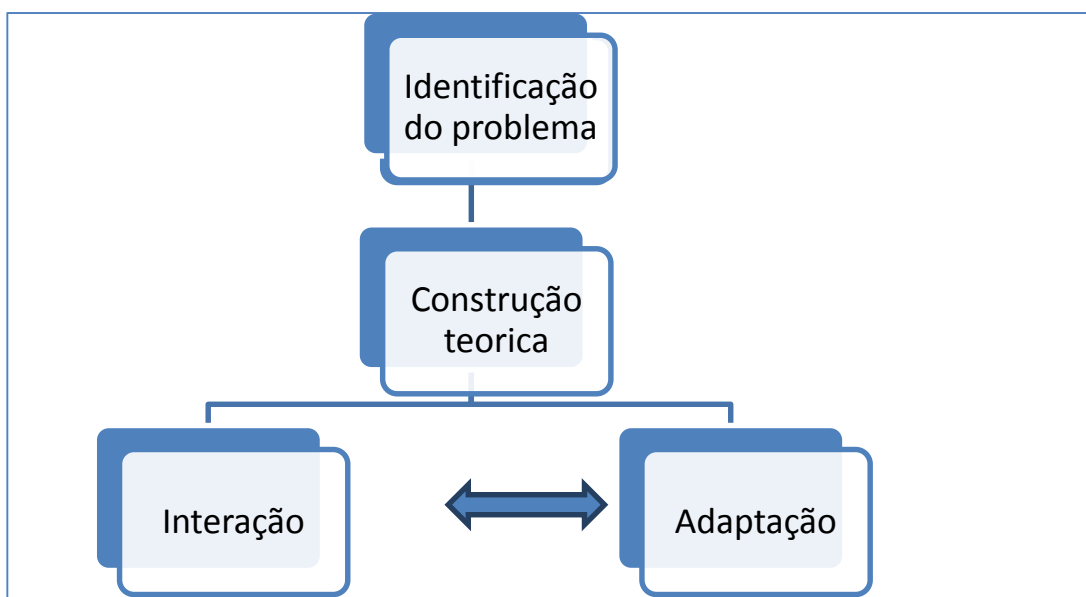
essas mulheres. Funciona não apenas como vitrine para o que é produzido, mas como instrumento de estímulo e preservação.

2. Passamos a Construção teórica, marcada por levantamentos bibliográficos, entrevistas, aplicação de questionários socioeconômicos, e a construção efetiva do mapa.

3. A primeira versão do Mapa foi entregue em dezembro de 2015 e a segunda em setembro de 2017; essa versão passou por adequações até dezembro de 2017. Durante este período, o mapa esteve disponibilizado para Interação, assim foi possível validá-lo ou não.

4. Nesse período, foram realizadas adaptações, de modo a atender o que a fase de número 3 nos apontavam. Entende-se que elas são, em alguma medida, concomitantes.

Figura 12 – Fase Mapa Cultural

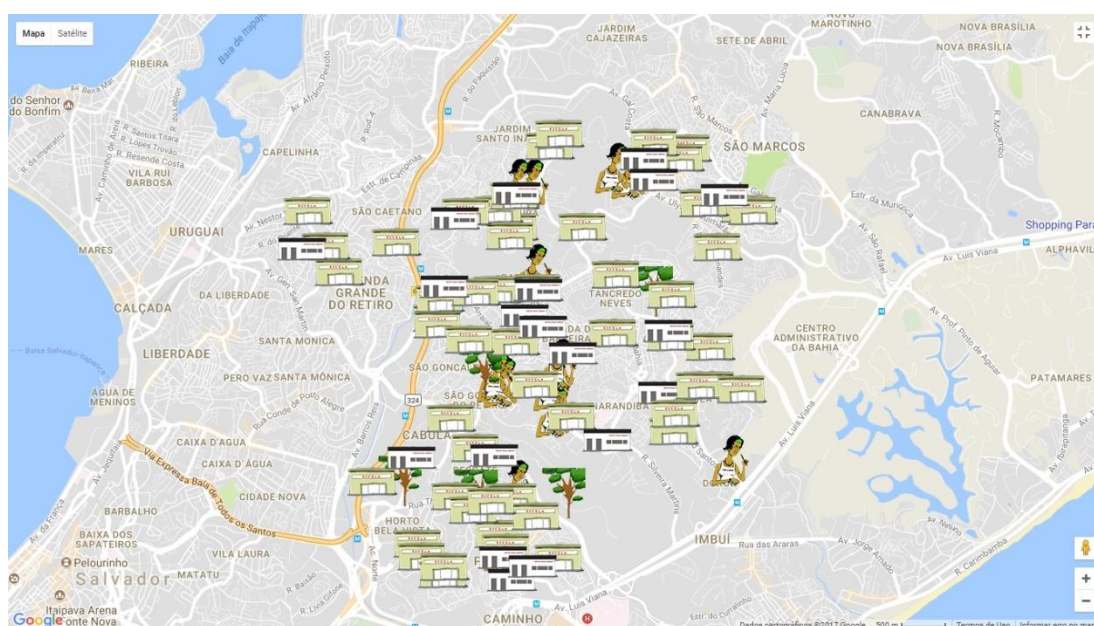


Fonte: Própria autora, 2017.

Assim, o Mapa Cultural, que se encontra na segunda versão, está disponível no portal TBC Cabula. É possível optar pela escala de visualização, sendo a padrão de 1:200m, ou seja, cada um centímetro da mapa representa 200 metros do espaço real. Para a navegação, o visitante pode optar, também, pela visualização em no formato “mapa”, que é o padrão disponibilizado pelo Google Maps, que apresenta

mapas sem ilustrações reais e também foi escolhido com opção padrão no Mapa Cultural, por ser de visualização simples e acesso rápido, não se fazendo necessária uma excelente navegação de internet. Ou “satélite”, disponibiliza imagens reais, via satélite e oferece ao visitante a possibilidade de “caminhar” pelas ruas. Na primeira imagem (figura 16), observamos uma visão em conjunto de todos os elementos que compõem o Mapa.

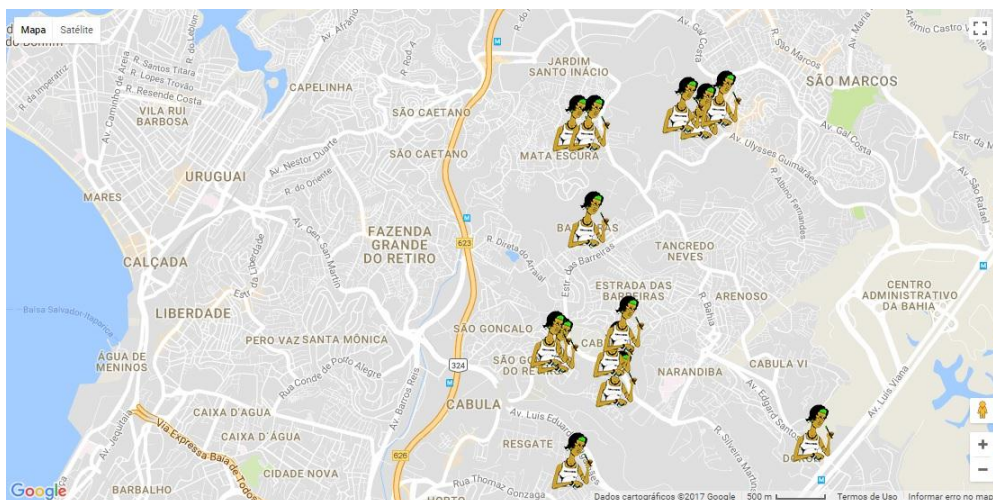
Figura 13 - Mapa Cultural



Fonte: Print Portal TBC Cabula, 2017.

Nesta imagem (figura 16), filtramos de modo a destacar apenas os ícones que representam as artesãs, dispostas geograficamente, de acordo com as suas localidades. Algumas informações fornecidas no quadro 10 podem ser ratificadas, como a localidade do Cabula com maior representação, no Coletivo. Ao clicar nos ícones do Mapa, o visitante tem acesso a informações como tipo de artesanato desenvolvido pela artesã e o seu contato.

Figura 14 Mapa Cultural – artesãos



Fonte: Print Portal TBC Cabula, 2017.

É possível ao usuário a navegação por categoria, na qual é possível visualizar os elementos categorizados. Esta função tem por objetivo facilitar a busca, restringindo as opções de visualização dos usuários de acordo com o seu interesse no momento.

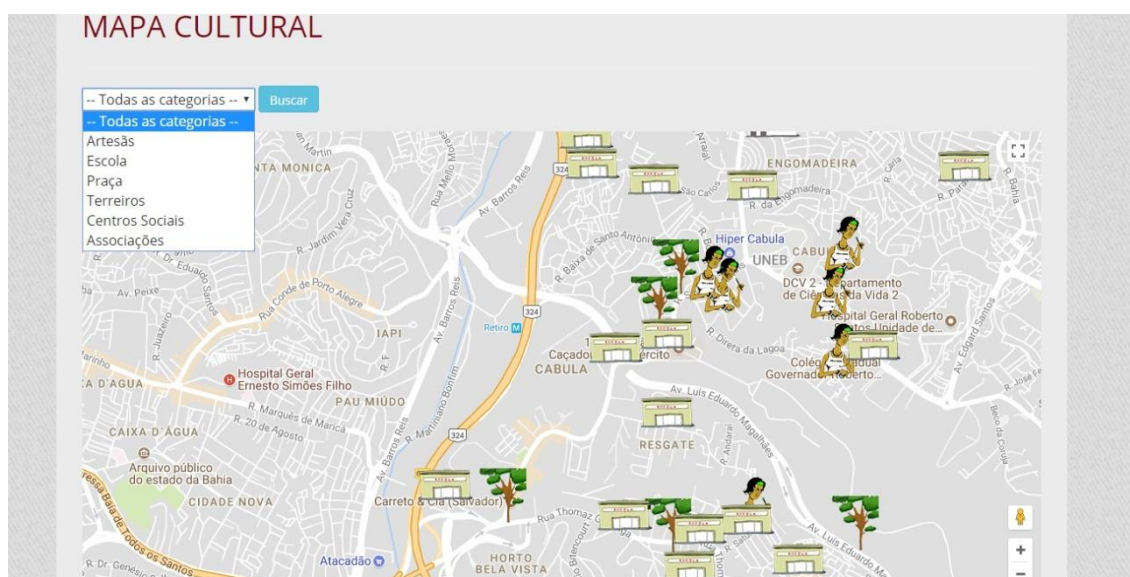
Figura 15 - Navegação Mapa Cultural



Fonte: Print Portal TBC Cabula, 2018.

Como já destacado, o Mapa apresenta não apenas as artesãs do CULTARTE, mas espaços culturais dessas localidades, por isso, dentre as categorias, elencamos, também, escolas, praças, terreiros, centros sociais urbanos e associações, como pode ser observado na figura 19.

Figura 16 - Categorias Mapa Cultural



Fonte: Print Portal TBC Cabula, 2018.

Advoga-se que essa é uma ferramenta que para sua massificação será necessário um trabalho em médio prazo, que envolva uma ampla divulgação, aliada às redes sociais, que partirá, *a priori*, da incorporação de novos hábitos pelas mulheres do CULTARTE, tendo em vista que, ainda encontramos resistência ao uso da internet e suas aplicações. Por ora, isso tem sido resolvido com a intermediação de professores e estudantes do Projeto TBC Cabula. Requer formação continuada das mulheres, que iniciaram essa empreitada com os cursos e assessoria dos estudantes, do curso de Design, como dito anteriormente, que entre outros produtos, elaborou campanhas virtuais e impressas, cartões de visita e página em rede social (Facebook).

Ainda que não esteja inserido no que se chama de comércio eletrônico, esse objeto digital contribui para a inserção do CULTARTE neste universo. Não se constitui como novidade o uso de vendas online por arte de cooperativas, grupos e

associações de artesãos e pequenos produtores. Na Bahia, temos a RedeMoinho³⁷, Cooperativa de Comércio Justo e Solidário, que além das feiras periódicas e uma loja própria, comercializa a produção de seus associados e uma loja virtual. Advogamos que a internet pode contribuir para que o comércio justo e solidário alcance um maior número de pessoas.

Em sua impressionante variedade de usos, a rede mundial de computadores tem permitido experiências de produção e difusão informativa consentido contra-hegemônico — isto é, de questionamento do neoliberalismo e da ideologia mercantilista da globalização, bem como de denúncia de seus efeitos anti-sociais (MORAES, 2007, p.1).

Acreditamos, ainda, que as possibilidades da internet não se esgotam na compra e venda. Por isso, com a finalidade de constituir-se em acervo e memória do Coletivo, uma página foi construída no Portal TBC, mesmo portal que abriga o Mapa e outros conteúdos interativos, produzidos pelo Projeto. Apresentaremos o conteúdo e o *layout* a seguir.

6.2 ABRINDO PORTAS OU PORTAIS

*Aparecer mais, ficar mais visível. O sonho é esse aí
(Gravatá)*

Com o objetivo de ser um espaço democrático, acessível e dialético, o projeto TBC Cabula se debruçou no aprimoramento do seu Portal. O objetivo era propiciar à comunidade acesso e local para produção e difusão dos seus conhecimentos. A necessidade de ressignificar os meios de comunicação não é novidade para as comunidades populares e para os movimentos sociais. Afinal, o espaço que a grande mídia atribui a essa parcela da população é demarcado pela extrema violência e da precarização do viver.

Trata-se de conceber a Internet como mais uma arena de lutas e conflitos pela hegemonia, vale dizer, de batalhas permanentes pela conquista do consenso social e da liderança cultural-ideológica de uma classe ou bloco de classes sobre as outras (MORAES, 2007, p.1).

Entre 24 de agosto de 2015 e 24 de março de 2016, diariamente, buscamos notícias das localidades que compreende o Cabula. Nesse interim, foram localizadas

³⁷ RedeMoinho. Disponível em <http://redemoinho.coop.br/>

67 reportagens no acervo online do jornal A Tarde³⁸. A busca foi realizada a partir da palavra “cabula”, após a leitura do conteúdo para nos certificarmos que matéria se tratava da localidade, classificamo-las em oito categorias, a saber: violência, infraestrutura, cultura, serviços, saúde, educação, incêndios, oficial. Esse levantamento nos ajuda a compreender a imagem que é vendida e atribuída às localidades, no cotidiano da vida dos baianos.

36% das reportagens se referem a violências. Mortes, assaltos, drogas estão entre as mais frequentes. Problemas como interrupção no serviço de fornecimento de água e energia elétrica, obras e alterações no trânsito foram classificados como infraestrutura, e é a segunda categoria mais frequente. 14% se referem à saúde, entendemos que em função da localização de um importante hospital público para todo o estado baiano. 12% referem-se à cultura, timidamente; vemos ser pontuada uma característica tão rica dessa população.

Assim, o Portal TBC Cabula cumpre a missão de não apenas de difundir outra imagem desta população, mas de propor que esses sejam produtores e escritores da sua própria história. O objetivo é que as seções sejam construídas de modo colaborativo e que recebam contribuições constantemente. Entre estas seções, está a uma página destinada ao CULTARTE, como destacamos na imagem a seguir:

Figura 17 - Tela Inicial do Portal TBC

³⁸ Jornal mais vendido no estado da Bahia. Fundado em 1912. Disponível em: <http://atarde.uol.com.br/>



Fonte: Print Portal TBC Cabula, 2018.

Está página abriga breve histórico do grupo; agenda de eventos, que inclui feiras, formações e outras atividades; Regimento do Coletivo; álbum de fotografias e uma seção destinada a apresentar as integrantes do CULTARTE. Este espaço se constitui como local de guarda da memória e transparência de informações do Coletivo.

Figura 18 - Página do CULTARTE, no Portal TBC Cabula



Fonte: Print Portal TBC Cabula, 2018.

A busca por espaços virtuais e ampliação de público, por meio da internet, vem sendo estratégia aplicada por artesãos e grupos de artesãos para fortalecer suas atuações frente à economia atual, é objeto de investigações de diversas teses, dissertações e artigos (BEZERRA, 2014; AMORIM, TEIXEIRA, MACIEL, 2015, VIEIRA, 2014). Revelando ainda que o artesanato preserve características do tradicional e esteja ficando em suas origens, afinal, "O fortalecimento das identidades e dos fazeres artesanais brasileiros está intimamente ligado à capacidade de sobrevivência dos negócios artesanais" (BEZERRA, 2014, p. 35). Ele se abre, também, a novos espaços e plataformas, não permanecendo estaques ou isolados. Sem que isso se apresente como contradição. Ao contrário, defendemos que esse diálogo se firma no contexto da vida cotidiano, na qual está a práxis.

No cerne da questão está a necessidade que ao longo dessa investigação apontamos como cara ao Coletivo CULTARTE, de ampliar sua visibilidade e, por conseguinte, as possibilidades de comercialização. Esta “nova” forma de chegar ao mercado é um desafio que posto aos diversos segmentos, seja produção ou oferta de serviço, mas que tem possibilitado aos agentes da economia solidária. um maior lastro. Afinal, a internet também é espaço de contracultura (CASTELLS, 2003).

Novamente, aqui, cabe retomar que assim como o Mapa Cultural, não estamos tratando de e-commerce, o que pode se configurar em novas atualizações dessas aplicações.

Além de espaços “virtuais”, o Projeto se debruçou em alternativas que possibilitassem a comercialização das produções do CULTARTE, de modo direto e presencial. Nesse sentido, um espaço no Campus 1 da UNEB foi disponibilizado. Adiante trataremos da lojinha, como esse espaço foi batizado por essas mulheres.

6.3 LOJA CULTARTE

*A gente se sente mais empoderada de ver nossas coisinhas assim expostas, as feiras que acontecem. É um incentivo e tanto
(Gravatá)*

Como dito, CULTARTE se forma a partir do encontro de artesãos numa feira realizada durante o ETBCES. Desde então, o Coletivo se reúne para comercializar

suas produções, dentro e fora da UNEB. Mas, essa itinerância é limitada pela cessão do espaço, disponibilidade de empréstimo do mobiliário e do deslocamento das mulheres com as suas produções. Nas palavras de Jacarandá,

O que pega mais é transporte. Porque as pessoas pedem para gente levar os produtos. Mas quando você coloca o transporte e tempo. Aí, as pessoas escolhem e você precisa entregar. Nem sempre as pessoas têm o dinheiro e você volta para cobrar, quando você coloca na balança, você não teve lucro nenhum. A gente prefere ter um espaço nosso, aonde as pessoas venham comprar. Porque aí não demanda tempo e nem demanda dinheiro para transporte. É um espaço que você tem. Aí as pessoas chegam e acaba ganhando no tempo e no valor (Jacarandá, 2017).

Assim, em setembro de 2017, após negociação com a Reitoria da UNEB, uma sala foi cedida para o Projeto TBC Cabula, com a possibilidade de se constituir para além de uma sala de um projeto de pesquisa e extensão, como um ponto de comercialização do CULTARTE. Nasce a lojinha, como foi chamada pelas mulheres do Coletivo.

Eu sonho muito com as coisas que eu tenho interesse. Às vezes as coisas ficam tão guardadas no subconsciente que a gente chega a sonhar. E hoje eu vejo que se tornou uma realidade. Ter um espaço para expor as coisas. Já que eu não posso ter um espaço só para mim, por conta de aluguel ou coisa desse tipo, poder fazer parte. De uma estrutura como essa já é gratificante (Gravatá, 2017).

A loja funciona segundo uma escala, na qual as mulheres que expõe seus produtos se revezam de segunda a sexta, durante a manhã e tarde. Cada artesã tem autonomia para deliberar sobre o preço da sua produção, que recebe um acréscimo de 5% para compor o fundo de manutenção do Coletivo. O Fundo de Manutenção é previsto no Regimento, sua utilização deve ser deliberada em reunião e a prestação de contas deve ser feita na segunda reunião de cada mês. A contribuição com o Fundo aumenta os recursos aí disponíveis ampliando, também, as possibilidades dessas mulheres, permitindo almejar aquisições coletivas, como a já planejada máquina para vendas em cartão de crédito.

Figura 19 – Espaço TBC Cabula, na UNEB



Fonte: Própria autora, 2017.

O Coletivo deliberou ainda, como devem ser feitos os registros de produtos e vendas, cabendo à plantonista responsável pelo turno a memória da entrada de novos produtos que foram levados por cada artesã, seus valores e quantidades; o mapa de vendas, que discrimina as vendas, a forma de pagamento, se à vista ou a prazo e o resumo das vendas, que deve especificar o valor inicial em caixa, o total de vendas do período (dinheiro e cartão) e se houve retiradas.

A implantação da Loja trouxe grande entusiasmo para o Coletivo, que avaliou de modo positivo o espaço fixo para comercialização e reuniões. Para Jacarandá, a Loja é um divisor na atuação do CULTARTE,

A melhor coisa que tem no CULTARTE hoje é nosso espaço, as feiras que a gente participa. E também a participação dos alunos e professores que estão sempre dando apoio para gente, um curso alguma coisa que eles estão fazendo, na área deles (Jacarandá, 2017).

O que Gravatá sintetiza da seguinte forma:

Um incentivo. E agora com esse espaço, melhor ainda (Gravatá, 2017).

Vale ainda pontuar que a Loja soma-se a outros espaços já ocupados pelo CULTARTE, não se tratando de substituir as feiras ou outras iniciativas. Constituindo-se como um espaço a mais para dar visibilidade às mulheres do Coletivo e suas produções, contribuindo para sua autonomia e empoderamento.

Figura 20 - Curso Técnicas de Fuxico sendo oferecido na sala do TBC na UNEB



Fonte: Própria autora, 2017.

Para além do espaço de comercialização, é uma estrutura multifuncional, no qual o grupo se reúne para seus encontros periódicos. São ofertadas formações para o Coletivo e demais interessados, constituindo-se como lócus de aprendizado e para desenvolvimento de práticas de economia solidária.

A autogestão da loja contribui para o empoderamento e autonomia dessas mulheres, ao passo que elas precisam organizar as escalas de plantões, que devem ser, no mínimo, quatro turnos no mês, por artesã. Além disso, por seu caráter comunitário, as mulheres se organizam para manutenção do espaço, devendo zelar pelo mesmo e pelas peças ali expostas, atuando e fortalecendo o trabalho no coletivo.

Ainda que essas soluções se encontrem em fases iniciais de implementação, cumpre-se aqui o objetivo de acompanhar CULTARTE, pensar e propor formas dialéticas de fomentar a autonomia das mulheres por meio da visibilidade das suas produções.

Acreditamos que há um fortalecimento do vínculo e do sentimento de pertença. Embora careça de mais divulgação para que se torne conhecida e frequentada pelo público interno e externo da UNEB, a loja se caracteriza como um projeto coletivo, que demanda o envolvimento e o esforço de todas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Ou a difícil tarefa de por um ponto [não]final

*Coisa que gosto é poder partir
Sem ter planos
Melhor ainda é poder voltar
Quando quero...
(Milton Nascimento)*

Os anos de uma pesquisa de doutorado é tempo suficiente para questionarmos nossos pressupostos ideológicos, nossas crenças, interrogarmos a nós e ao nosso “objeto de pesquisa”. Por muitas vezes, eles também nos questionam e nos fazem sair dos nossos locais de origem. É nesta relação dialética e dialógica que a tese se constrói. Assim, para além das conquistas pessoais, esse é o resultado de um trabalho colaborativo e que espelha as relações que foram sendo tecidas durante a sua constituição.

Éis que nos chega a missão de dar este trabalho como concluído e a necessidade de nos distanciarmos do que se configurou uma convivência diária para lançarmos considerações sobre o que foi proposto e que de fato foi entregue, após estes anos de pesquisa. Cabe-nos pontuar que sintetizar contribuições para a autonomia e empoderamento de mulheres não é tarefa simples e que requer esforço multidisciplinar, que ultrapasse as barreiras do gênero e entrecruzem outras categorias.

Esse foi o desafio ao qual nos lançamos, nessa alquimia de categorias sociais que relacionam gênero, classe social, lugar, raça/etnia. Nos debruçamos a investigar como mulheres que habitam as localidades que compreendemos como o antigo quilombo Cabula e se organizam num coletivo denominado CULTARTE.

Neste estudo de caso, a pesquisa de campo combinou rodas de conversas, entrevistas individuais, aplicação de questionários, observação participante e construção de um objeto digital (Mapa Cultural), de modo a permitir uma aproximação com o universo da investigação.

As questões que norteavam esse trabalho estão na órbita de compreender como o turismo de base comunitária e seus pressupostos puderam atuar no empoderamento e, por consequência, possibilitou mulheres a alcançar sua autonomia. Nesse sentido, o que observamos foi que a atuação coletiva e o contato com outras mulheres ampliou o horizonte de perspectiva, que inicialmente pode ser

limitado por uma gama de fatores. Em depoimento, as mulheres do CULTARTE revelaram que uma palavra de incentivo pode ser o impulso que faltava para a tomada de decisão e a adoção de um posicionamento mais autônomo sobre as suas próprias vidas.

No CULTARTE, a geração de renda ainda não é o ponto alto do Coletivo. Entende-se que este é um processo a longo prazo, que não deve ser compreendido como a finalidade ou mesmo causa primeira de um grupo de mulheres que resolvem se unir, baseados em princípios da economia solidária.

Ainda que essas mulheres não incorporem nos seus discursos cotidianos os conceitos que sustentam o turismo de base comunitária, a economia popular e solidária, o associativismo, o empoderamento de mulheres, o comércio justo, observamos nas suas práticas as vivências desses princípios, quer quando o Coletivo delibera pela isenção da taxa de manutenção de alguns dos seus membros pela situação financeira da mesma ou quando se responsabilizam pela comercialização dos produtos de uma artesã que por algum motivo, não pode ser fazer presente nas feiras e em outras atividades.

A bem da verdade, historicamente, as mulheres constituem redes para lidar com a situação material que lhes é imposta. E, por vezes, a solidariedade é o que lhes resta para vencer as adversidades. Sem que o intuito seja romantizar a formação de coletivos entre mulheres ou de reforçar a dicotomia que é atribuída a esse gênero, percebemos que os conflitos dentro do CULTARTE, a transitoriedade dos membros ou mesmo os períodos de grande esvaziamento são fatores que contribuem para repensar o coletivo e alicerçar uma retomada. Assim, poderíamos nos perguntar, por que, ante as dificuldades do cotidiano, do autogerenciamento, da auto-organização, as mulheres do CULTARTE permanecem no coletivo? Quais fatores as levam a persistir em tal formato? Indagações estas que podem nos induzir a novas investigações, ainda que nesta tese elas já nos apontem seus posicionamentos a respeito.

Acrescentamos que a organização por meio de um coletivo, mais do que etapa finalista, é processo de construção, de formação e de projeto de vida. Observamos que estar em grupo, oferece outras oportunidades de pensar a si mesmo e sua atuação no mundo, como o caso das artes que só passam a se definir assim devido à intervenção de outra.

Se a questão da visibilidade e comercialização da sua produção é tema recorrente nos discursos das artesãs do CULTARTE, quais práticas do TBC Cabula podem contribuir para o rompimento das múltiplas vulnerabilidades que lhes alcançam? De certo não são poucas, maiores ainda são as possibilidades a serem exploradas dentro das concepções do turismo de base comunitária. Dentre as que estão em curso, destacamos a realização do Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária, que ocorre anualmente. Durante três anos foi realizado na UNEB, Campus 1 (2011, 2012 e 2013) e desde de 2014, ocorre em um dos 17 bairros da área delimitada pelo projeto TBC Cabula. Em 2014, Pernambuco; em 2015; no Beiru; em 2016, na Mata Escura; em 2017, no Cabula.

A interação entre saber local e saber acadêmico e a difusão do conhecimento se materializa na Mostra de Cultura e Produção Associada ao Turismo e a Economia Solidária, que ocorre dentro do ETBCES. Durante esses dias, as produções dessas mulheres ganham maior visibilidade perante a comunidade acadêmica, a comunidade escolar anfitriã do ano, e a comunidade da localidade. Além da venda imediata, nos dias do Encontro, ao público participante, este funciona como vitrine e contatos para vendas futuras. Como foi ilustrado pela fala de Jacarandá, no capítulo 5.

As feiras que ocorrem mensalmente nos espaços da UNEB, se constituem como um ponto de encontro, dado sua periodicidade e um espaço de interação, onde é possível trocar experiências, ensinar e aprender como foi apresentado ao logo dessa tese. A organização das feiras também constitui um espaço de exercício da autonomia das mulheres do CULTARTE. Afinal, são elas que organizam esses momentos, com o apoio dos professores e estudantes do Projeto TBC Cabula. Portanto, cabe a elas a liderança, planejamento da atividade e execução dos trâmites necessários, que se estendem da verificação da disponibilidade do espaço; a reserva, firmada por um ofício; o empréstimo do mobiliário, que também é feito junto à administração da UNEB.

Por vezes, algum empecilho impede que a feira seja realizada no espaço projetado inicialmente, o que requer uma nova organização do grupo, que precisa se mobilizar diante da demanda, podendo ser solucionada com a alteração do espaço, migrando para outro local, dentro da própria UNEB, ou com a alteração da data. Observamos que o Coletivo já participou de outras feiras na condição de convidado,

mas ainda não realizou atividades de sua organização para além dos espaços da UNEB.

A Loja, espaço que foi cedido pela UNEB, em reconhecimento ao trabalho do TBC Cabula e transformado em um espaço de vitrine e comercialização do CULTARTE, é compreendida como uma conquista por essas mulheres, que se esmeram para que seja um lugar com identidade do Coletivo. Pelo tempo de existência, ainda é cedo para avaliar os impactos que essa nova forma de venda trouxe ao grupo e quais são suas reais possibilidades e limites. O mesmo podemos inferir sobre os espaços virtuais que foram abertos.

Sugerimos que, além do aperfeiçoamento desses espaços, tendo em vista uma avaliação das artesãs, haja um aprimoramento que possibilite vendas online, caso essas mulheres deliberem por uma comercialização eletrônica, que a priori, causava certa estranheza ao Coletivo, pela forma de organização e contato com interessados. Para vencer estas barreiras, faz-se necessário pensar no Coletivo enquanto espaço de formação e cada atividade/ação como possibilidade de profissionalização.

Desse modo, além de ações que conferem visibilidade direta e aumentam a comercialização e divulgação da produção do CULTARTE, o TBC, junto a UNEB, tem realizado cursos de formação, visando à profissionalização e qualificação dessas mulheres, que articularam estudantes do ensino médio, de cursos de graduação e pós-graduação. Todas as atividades são vislumbradas no seu potencial formativo, desde o ETBCES, que oferece cursos e oficinas de acordo com as demandas levadas junto não apenas ao CULTARTE, mas, de outros grupos locais às reuniões que são acompanhadas pelo Projeto no intuito de orientar sobre o planejamento da pauta, o coro necessário para deliberações e a importância de lavrar e aprovar atas.

Essas práticas cotidianas somam-se a outras mais pontuais, como cursos específicos como o curso de Fundamentos de Marketing e de Formação de Preço Justo, que busca ao aperfeiçoamento das técnicas e tecnologias de trabalho, produção divulgação e comercialização que foram demandados pelas artesãs. O auxílio técnico prestado pela ITCP para a constituição do Regimento do Coletivo.

Formações que ampliam a visão de mundo e a compreensão sobre as formas de se auto-organizarem, como foi o caso do Curso de Economia Solidária e Formação de Cooperativas, no âmbito da formação para uma sociedade em rede e possibilidades de associativismo. Foi a partir das discussões fomentadas por essa formação que as mulheres do CULTARTE puderam embasar suas convicções de que o melhor caminho para o grupo não está na formação de uma cooperativa e sim, uma associação, pois, no entendimento dessas mulheres, esse modo de organização possibilitaria preservar as características e identidades de cada artesã ao mesmo tempo em que o fortaleceria enquanto coletivo, possibilitando, inclusive, a participação em editais e chamadas públicas.

Assim, defendemos que as relações de cooperação, associativismo e experiências do Coletivo CULTARTE podem contribuir para autonomia e empoderamento em contexto do turismo de base comunitária, ao compreendermos que empoderamento é um processo coletivo, revolucionário e contra-hegemônico, entendido como fim, mas antes meio, num processo de conquista da sua autonomia. Nesse sentido, as mulheres deste coletivo têm experienciado práticas mais autônomas e empoderadas.

Desse modo partimos, mas, podemos retornar, pois o nosso ponto final é um convite que fazemos e estendemos as mulheres do CULTARTE, aos pesquisadores do TBC Cabula e as mulheres de modo geral, de continuar a pensar formas de possibilitar o empoderamento de meninas e de mulheres, para que estas alcancem suas autonomias nos mais diversos campos, áreas de atuação e do viver.

REFERÊNCIAS

- ALVES, K.. **Turismo de Base Comunitária**: fundamento histórico e abordagens conceituais. In: Francisca de Paula Santos da Silva. (Org.). **Turismo de Base Comunitária e Cooperativismo: articulando pesquisa, ensino e extensão no Cabula e entorno**. 01ed.Salvador: EDUNEB, 2013, v. 01, p. 81-92.
- AMADO, J. **Dona Flor e seus dois Maridos**, São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- AMORIM, W. G.; TEIXEIRA, M. B. S.; MACIEL, W. D.. **Inovação no serviço de comercialização de produtos de base artesanal**. In: 7º Congresso Internacional de Design da Informação/Proceedings of the 7th Information Design International Conference | CIDI 2015, 2015, Brasília. 7º Congresso Internacional de Design da Informação/Proceedings of the 7th Information Design International Conference | CIDI 2015. São Paulo: Blucher, 2015. v. 2.
- ANTUNES, R. L. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 9ª reimp. São Paulo: Boitempo, 2007.
- ARAÚJO, I. L. **Curso de Teoria do Conhecimento e Epistemologia**. Barueri: Minha Editora, 2012.
- ARAÚJO, U. C. de. **A guerra da Bahia**. Salvador: CEAO, 2001.
- AUGÉ, M.. **Não lugares**: introdução a uma antropologia da sobremodernidade. 1ª edição francesa. Lisboa, 90 Graus, 2005.
- BAHIA. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Plano Estadual de Políticas para as Mulheres**. Bahia: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2014.
- BAKHTIN, M. M. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1987.
- _____. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira, com a colaboração de Lucia Teixeira Wisnik e Carlos Henrique D. Chagas Cruz. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1986.
- BAQUERO, R. V. A.. **Empoderamento**: questões conceituais e metodológicas. Revista debates (UFRGS), v. 1, p. 69-84, 2006.
- BARBOSA, S. M. S.. **O Poder de Zeferina no Quilombo do Urubu. Uma reconstrução histórica político-socail**. 1. ed. Novas Edições Acadêmicas, 2015. v. 12,67x.

BARROS, J. T. **Extinctas Capellas da Cidade do Salvador**. In: Instituto Geographico e Historico da Bahia. Bahia: Seção Graphica da Escola de Aprendizagem Artífices, 1930.

BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo: A experiência vivida**. 2ª edição. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BEZERRA, C. O. **Marketing Digital e Comércio Eletrônico: Estratégias para revitalização das identidades e fazeres artesanais brasileiros**. Mestrado profissional em Mestrado em Desenvolvimento e Gestão Social. Universidade Federal da Bahia, 2014.

BOFF, L. **Igreja: Carisma e poder**. São Paulo: Editora Ática, 1994.

BOSI, E.. **O tempo vivo da memória** -2.a edição. 2. ed. São Paulo: Atelie, 2004.

BRANDÃO, M. de A.. **A regionalização da grande indústria no Brasil; Recife e Salvador na década de 70**. Revista de Economia e Política, São Paulo, v. 5, n. 4, p. 77-98, 1985.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Dinâmica e Diversidade do Turismo de Base Comunitária: Desafio para formulação de política pública**. Brasília, 2010.

_____. Ministério do Turismo. **PLANO NACIONAL DE TURISMO: O Turismo fazendo muito mais pelo Brasil (2013-2016)**. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/images/pdf/plano_nacional_2013.pdf>. Acesso: 15 jun. 2017.

_____. Presidência da República. **DECRETO Nº 75.922, DE 1º DE JULHO DE 1975**.

_____. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013. 114 p.

Encontro das mulheres da América Latina e Caribe da Economia Solidária: Mulheres Transformando a América Latina, 2º Porto Alegre, RS. **Carta**, 2012. Disponível em: <http://www.economiasolidaria.org/files/carta_das_mulheres_da_economia_solidaria.pdf>.

CASTELL, M. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

CASTRO, M. G.. **ALQUIMIA DE CATEGORIAS SOCIAIS NA PRODUÇÃO DOS SUJEITOS POLÍTICOS**. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 0, n. 0, p. 57, jan. 1992. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/15801>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

CASTRO, M. G.. **Feminização da Pobreza em Cenário Neo Liberal**. In: Alvaro Gomes. (Org.). O Trabalho no Século XXI. São Paulo: Anita Garibaldi, 2001, p. 257-278.

_____. **Marxismo, Feminismos e feminismo marxista**. Critica Marxista, São Paulo, v. 11, p. 98-108, 2001.

CASTRO, M. G e SOUZA, H.P. **O imaginário sobre as mudanças na divisão sexual do trabalho doméstico de pais e mães de distintas inscrições socioeducacionais e geração – Salvador**. In: CASTRO, M.G, CARVALHO, A. M. A, MOREIRA, L. V. C. (orgs,) Dinâmica familiar do cuidado: afetos, imaginário e envolvimento dos pais na atenção aos filhos. Salvador: EDUFBA, 2012.

CASTRO, U. **A Guerra da Bahia**. Salvador: CEAO/ UFBA, 2001.

CAVALCANTI, V. R. S. **A Contra-Maré da exclusão, pobreza e trabalho: visibilidade da condição feminina no Brasil**. In: CAVALCANTI, V.R.S. & PETRINI, J.C. (Orgs.). Família, Sociedade e Subjetividades: Uma perspectiva multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 2005, v. 1, p. 84-110.

CISNE, M.. **Marxismo: uma teoria indispensável à luta feminista**. In: 4º Colóquio Marx e Engels, 2005, Campinas- SP. 4º Colóquio Marx e Engels, 2005.

CORIOLOANO, L. N. M. T. **O turismo comunitário no nordeste brasileiro**. V Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. Belo Horizonte, 2008.

CORIOLOANO, L. N. M. T.; ARAÚJO, A. M.M.; VASCONCELOS, F. P.; ALMEIDA, H. M. de; ROCHA, A.M.; GONÇALVES, A.; LIMA, A. C. G; QUINTILIANO, A. B.; SAMPAIO, C. F.; MENDES, E. G.; NASCIMENTO, I. V. O.; GONÇALVES, M. M. P. ; SOUZA NETO, G. F. de ;BARBOSA, L. M.; SOUZA, E. A. L. de; SALES, E. A.; PARENTE, K. M.N.; RODRIGUES, T. da C.. **Arranjos Produtivos Locais do Turismo Comunitário: atores e cenários em mudança**. 1. ed. Fortaleza: EDUECE, 2009. v. 1. 307p.

COSTA, J. S. M.; PINHEIRO, L.; MEDEIROS, M. ; QUEIROZ, C. . **A Face Feminina da Pobreza: Sobre-Representação e Feminização da Pobreza no Brasil**.. Brasília: Ipea, 2005 (Pub. Seriada: Texto para Discussão Ipea 1137).

DAVIS, A. **Mulher, Raça e Classe**. Tradução Livre. Amadora: Plataforma Gueto, 2013.

ENGELS, F. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. São Paulo: Editora Escala, 3º edição, 2006.

FERNANDES, R. B.. **A questão da moradia em Salvador e os impactos ambientais na formação do Cabula - bairro popular e estratégico**. 2003.

FERNANDES, R. B., LEMOS, R.L. SANTO, S.M. **O crescimento urbano em Salvador e os impactos ambientais na formação do Cabula - bairro popular estratégico da cidade**. Biblio 3w (Barcelona), Espanha, v. IX, n.521, 2004

FERRETTI, S. F.. **Sincretismo e religião na Festa do Divino**. Revista Antropológicas, v. 18 (2), p. 105-122, 2007.

FRANÇA FILHO, G. C. **Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais**. In: Bahia Análise e Dados. Salvador, SEI: vol 12 n 1 p. 9-19, junho 2002.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação**: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 49. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRIGOTTO, G.. **A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais**. In: Maria Ciavatta. (Org.). Gaudêncio Frigotto - Um intelectual crítico nos pequenos e nos grandes embates. 1ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, v. 1, p. 141-158.

GORDILHO-SOUZA, A. **Limites do habitar**: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX. Salvador: EdUFBA, 2008.

GOUVEIA, A. T. de A. **Um olhar sobre o bairro**: aspectos do Cabula e suas relações com a Cidade de Salvador. Dissertação (mestrado) – Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2010.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**, volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. **Concepção Dialética da História**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GUÉRIN, I. **As mulheres e a economia solidária**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HARAWAY, D. **Saberes Localizados**: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernos Pagu (5) 1995: pp. 07-41.

HIRATA, H. **Gênero, classe e raça**: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. Tempo Social. V. 26, N. 1, p. 61-73, 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2013.

IPEA. **Mulheres e trabalho**: breve análise do período 2004-2014. Nota Técnica Nº 24. Brasília, março de 2016.

LAVILLE, Jean-Louis. **Economia Solidária**: uma abordagem internacional. Revista Crítica de Ciências Sociais, 84, Março 2009: 7-47.

LEIS, H. R.. **Sobre o conceito de interdisciplinaridade**. Cadernos Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, p. 3 - 22, 07 jul. 2007.

LIMA, J. R. O.. **Economia Popular e Solidária e desenvolvimento local**: relação protagonizada pela organicidade das iniciativas. Outra Economia, v. 10, p. 3-17, 2016.

_____. **O processo de orientação econômica para o desenvolvimento local solidário: um caminho que passa estrategicamente pela economia popular e solidária**. In: Congreso ALAS Costa Rica 2015, XXX., 2015, San José, Costa Rica. XXX Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. San José, Costa Rica.: Asociación Latinoamericana de Sociología. v. 1. p. 1-1.

LÖWY. M. **Ideologias e Ciência Social**: Elementos para uma análise marxista. 19. Ed. São Paulo; Cortez, 2010.

LUXEMBURGO, R. **A revolução russa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

_____. **Reforma ou revolução?**. São Paulo, Expressão Popular, 1999.

KERNER, I. **Tudo é interseccional?** Sobre a relação entre racismo e sexismo. Novos estud. - CEBRAP. no.93. São Paulo, jul de 2012.

KONDER, L.A.M.C.. **A DIALÉTICA E O MARXISMO**. Trabalho Necessário. Ano 1 - número 1 - 2003. Disponível em:<<http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN%2001/TN01%20KONDER.pdf>> Acesso em:18 ja. 2017

_____. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MARCUZZO. P. **Diálogo inconcluso**: os conceitos de dialogismo e polifonia na obra de Mikhail Bakhtin. Cadernos do IL, Porto Alegre, n.º 36, junho de 2008. Disponível em:< <http://www.seer.ufrgs.br/cadernosdoil/>>.

MARTINS, G. A.. **Estudo de caso**: uma reflexão sobre a aplicabilidade em pesquisas no Brasil. Revista de Contabilidade e Organizações, v. 2, p. 9-18, 2008.

MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **O Capital** . Vol.1 Tomo 1. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996.

MARX, K.; ENGELS, F. A ideologia **alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007.

MATTA, A.; SILVA, F.; BOAVENTURA, E. M.. **Design-Based Research ou Pesquisa de Desenvolvimento: Metodologia para Pesquisa Aplicada de Inovação em Educação do Século XXI.** Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade, v. 23, p. 23-36, 2014.

MATTOSO, K. M. de Q. **Bahia, século XIX: uma província do Império.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

_____. **Ser escravo no Brasil.** Tradução James Amado. São Paulo: Brasiliense, 2003.p. 146.

MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F.. **História Oral: Como Fazer, Como Pensar.** 2º. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: Rumo a uma teoria da transição.** 1.ed. revista. - São Paulo : Boitempo, 2011.

MINAYO, M. C. S.. **Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade.** Ciência e Saúde Coletiva (Impresso), v. 17, p. 621-626, 2012.

MONTEIRO, J. ; FERREIRA, L. G.; FREITAS, J. M.. **As Roupas de Crioula no Século XIX e o Traje de Beca na Contemporaneidade: Símbolos de Identidade e Memória.** Mneme (Caicó. Online), UFRN - página eletrônica, v. 7, n.18, p. 1, 2005.

MORAES, D. **Comunicação alternativa, redes virtuais e ativismo: avanços e dilemas.** Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación. Vol. IX, n. 2, mayo – ago. / 2007

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração do Milênio.** Cimeira do Milênio. Nova Iorque, 2000.

NASCIMENTO, R. C do. **Eternamente Rosa Menina: a história de um Terno de Reis.** Salvador: Eduneb, 2013.

NICOLIN, J. de S. **Artebagaço Odeart ecos que entoam a mata africano-brasileira do Cabula.** Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia. Faculdade de Educação. Programa de Pós Graduação em Educação. Mestrado em Educação e Contemporaneidade. Salvador, 2007.

_____. **Kipovi Cabuleiro: Um tom da memória do Cabula.** Salvador, 2015.

NUNES, D. **A construção de uma experiência de Economia Solidária num bairro periférico de Salvador.** In: Bahia Análise e Dados. Salvador, SEI: vol 12 n 1 p. 9-19, junho 2002.

OLIVEIRA, A. L. **O Viés do Retalho: uma Pesquisa em ação de Moda e Sustentabilidade em Territórios Periféricos Soteropolitanos.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Escola de Belas Artes, Salvador, 2016.

OLIVEIRA, C. D. M. de. **FESTAS POPULARES RELIGIOSAS E SUAS DINÂMICAS ESPACIAIS**. Mercator, v. 11, p. 23-32, 2007.

OLIVEIRA, M. I. C.. **Viver e morrer no meio dos seus**. Nações e comunidades africanas na Bahia do século XIX. Revista da USP, São Paulo, v. 28, p. 174-193, 1996.

OLIVEIRA, W. F., **Santos e Festas de Santos na Bahia** – Salvador. Conselho Estadual de Cultura, 2005.

OTT, C. **A transformação do culto da morte da Igreja do Bonfim em santuário de fertilidade**. Revista Afro-Ásia. Salvador: CEAO, nº 8-9, 1969.

POMBO, O. **Interdisciplinaridade e integração dos saberes**. Liinc em Revista, v.1, n.1, março 2005, p. 3 -15.

RAMINELLI, R. **Eva Tupinambá**. In. DEL PRIORE, M.(org.) História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2007.

RAMOS, I. S. **CONSTRUINDO PRÁTICAS CIDADÃS PLURICULTURAIS COM AS CRIANÇAS DE MUSSURUNGA MEDIADO PELO JOGO RPG BY MOODLE EM FORMATO DE HQ (HISTÓRIA EM QUADRINHOS)**. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade). Universidade do Estado da Bahia: Salvador, 2013.

REIS, J. J.. **Dono da Terra Chegou, Cento e Cincoenta Acabou?** Notas sobre Resistência e Controle dos Escravos na Bahia, que Recebeu a Família Real em 1808. Revista USP, v. 79, p. 106-117, 2008.

_____. **Quilombos e revoltas escravas no Brasil**. Revista USP, São Paulo, v. 28, p. 14-39, 1995.

_____. **Rebelião Escrava no Brasil: A História do Levante dos Malês em 1835** (Edição revista e ampliada). 2a.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. v. 1. 665p.

REIS, V. **Atucaiados pelo Estado: as políticas de segurança pública implementadas nos bairros populares de Salvador e suas representações (1991-2001)**. Dissertação de Mestrado. PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS. UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. 2005.

REZENDE, R. DE O. **Turismo comunitário e favela-tour como expressões das novas dinâmicas do consumo turístico**. Turismo em Análise (Cessou em 2007. Cont. ISSN 1984-4867 Revista Turismo em Análise), v. 25, p. 354-372, 2014.

RIBEIRO, L. NOGUEIRA, M. GUIMARÃES, S. **Cooperativismo Popular e Economia Solidária, um Panorama da Experiência da ITCP/COAPPES/UNEB**. In: SILVA, Francisca. Turismo de Base Comunitária e Cooperativismo: articulando pesquisa, ensino e extensão no Cabula e entorno.

Salvador: EDUNEB, 2013.

SALVADOR, F. V. **História do Brasil**. Bahia. 1627. Disponível em:
<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000138.pdf> >

SAMPAIO, C. A. C.; CORIOLANO; L. N.. **Dialogando com experiências vivenciadas em Marraquech e America Latina para compreensão do turismo comunitário e solidário**. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo. v. 3, n. 1, p. 4-24, abril, 2009.

SANTOS, A. de A. **Ancestralidade e História no Recôncavo Baiano**: Construção do Conhecimento Ancestral no Povoado de São Braz, em Santo Amaro. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade). Universidade do Estado da Bahia: Salvador, 2014.

SANTOS, M. **Espaço e método**. 5ª ed. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. **O Território e o Saber Local**: algumas categorias de análise. Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, Ano XIII, No 2, 1999, p. 15-26.

SARDENBERG, Cecilia. **Conceituando Empoderamento de Mulheres na Perspectiva Feminista**. 2012. Disponível em:
<<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/6848>>

SEMERARO, G.. **Anotações para uma teoria do conhecimento em Gramsci**. Revista Brasileira de Educação, Editora Autores Associados, RJ, v. 16, p. 95-104, 2001.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

SHOR, I. FREIRE, P. **Medo e Ousadia – O Cotidiano do Professor**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

SILVA, F. P. S.. **Cultura com Arte, o Lema do Grupo CULTARTE**. In: Francisca de Paula Santos da Silva. (Org.). Turismo de Base Comunitária e Cooperativismo: articulando pesquisa, ensino e extensão no Cabula e entorno. 1ed. SALVADOR: EDUNEB, 2013, v., p. 303-304.

SINGER, P. **Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário**. Estudos Avançados. vol.18 no.51 São Paulo May/Aug. 2004.

_____. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. São Paulo, Editora Contexto, 1999.

SOARES, C. C. M.. **As Ganhadeiras**: Mulher e Resistência Negra em Salvador no Século XIX. Revista Afro-Ásia, Salvador, v. 17, p. 57-71, 1996.

STROMQUIST, N. **La búsqueda del empoderamiento: en qué puede contribuir el campo de la educación.** In: LEON, M. (org) Poder y empoderamiento de las mujeres. Bogotá: MT Editores, 1997.

SZYMBORSKA, W. **Poemas.** Seleção, tradução e prefácio: Regina Przybycien. São Paulo, Companhia das Letras, 2011.

THOMPSON, E.P. **Costumes em comum:** estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VANIN, I. M.. **Regateiras, ganhadeiras, vendeiras: gênero, perfume e cor pelas ruas de Salvador Colonial.** Bahia Analise & Dados, v. 25, p. 525-539, 2015.

VENTURA, M. M. **O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa.** Ver. SOCERJ. 2007; 20(5): 383-386

VIANNA, F. V. **Memoria sobre o estado da Bahia.** São Paulo: Diário da Bahia, 1893. Disponível em:
<<https://archive.org/stream/memriasobreoesta00vian#page/416/mode/2up/search/416>> Acesso: 12 de março de 2017.

VIANNA, L. H. **Poética feminista, poética da memória.** In: Labrys - estudos feministas, n. 4, ago - dez, 2003. Disponível em:
<<http://www.labrys.net.br/labrys4/textos/lucia1.htm>> Acesso em: 13 ago. 2017

VIEIRA, G. S. O. **Artesanato: Identidade e Trabalho.** Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Goiânia, 2014.

WILLIAMS, R. **Cultura.** Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **Cultura e Sociedade:** de Coleridge a Orwell. Tradução de Vera Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

YIN, R. K. **Estudo de Caso:** Planejamento e Método. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ZAPPELLINI, M. B.; FEUERSCHÜTTE, S. G.. **O Uso da Triangulação na Pesquisa Científica Brasileira em Administração.** Administração: Ensino e Pesquisa (RAEP), v. 16, p. 241-273, 2015.

ANEXO 1 – Ícones Mapa Cultural



APÊNDICE A - Termo de consentimento livre e esclarecido

Prezada senhora

A senhora foi escolhida para participar da pesquisa intitulada *Joanas, Marias, Zeferinas: Saberes e práticas de mulheres no Cabula e entorno*, que está sendo realizada pelo Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento e pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)/ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)/ Ministério da Educação (MEC)/ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

O estudo consiste em na realização de uma entrevista, a respeito das suas atividades, laborais, intelectuais, artísticas, entre outras. Os participantes terão sua identidade mantida em sigilo.

Caso queira entrar em contato com a pesquisadora Helaine Souza para qualquer tipo de explicação, favor, recorrer à:

E-mail: helainep.souza@hotmail.com

Telefone: 71 987244429

Caso concorde em participar, por favor assine a declaração a seguir.

Obrigada

Helaine Souza

Eu, _____, concordo em participar desse estudo, estando ciente de que estou livre para desistir a qualquer momento e de que minha identidade será mantida em sigilo.

Local e data: _____

Assinatura: _____

APÊNDICE B - Protocolo do Estudo de Caso

Especificação do Processo de Recolha de Informação

1. Visão geral do estudo

1.1. Tema

- Turismo de Base Comunitária e Autonomia das mulheres

1.2. Título

- COLETIV CULTARTE:SABERES E PRÁTICAS DE MULHERES DO ANTIGO QUILOMBO DO CABULA

1.3. Pressuposto

- Praxiologia;
- Dialogia
- Dialética
- Interdisciplinaridade

1.4. Objetivo

- investigar saberes e práticas das mulheres residentes e atuantes nas localidades de abrangência do projeto de Turismo de Base comunitária do Cabula e entorno, ou seja, o Antigo quilombo do Cabula, observando a difusão desses saberes entre gerações e pares.

1.5. Questões norteadoras

- Seria possível, para mulheres, por meio de práticas democráticas mais autônomas, o acesso a serviços e geração de renda?
- A visibilidade oferecida pelo desenvolvimento de um turismo de base comunitária nas suas localidades proporcionaria a essas mulheres maior possibilidade de romper com as múltiplas vulnerabilidades que lhes alcançam?

1.6. Problema de pesquisa

- Como o turismo de base comunitária e as relações de cooperação, associativismo e experiências coletivas podem contribuir para a visibilidade das mulheres do CULTARTE, possibilitando autonomia e empoderamento.

1.7. Proposições teóricas

- Autonomia e empoderamento de mulheres;
- Turismo de Base Comunitária;
- Economia Solidária e associativismo
- Cultura

1.8. Estrutura do trabalho

- Introdução
- DELIMITANDO O CAMINHAR
- Alicerçando Caminhos
- O Estudo de caso como caminho
- Trilhas da Memória
- Conexões e Escalas: A Triangulação
- O Insubmisso Cabula
- Cabula de raízes, matrizes e matizes
- Cabula é cultura
- O Cabula das mulheres
- Movimento de Mulheres, Mulheres em movimento
- Autonomia e superação das vulnerabilidades
- Viver e Crescer no Coletivo: Economia Solidária e Associativismo
- Rota de Alternativa: O Turismo de Base Comunitária
- Construindo Saberes, modelando práticas
- Mulheres do CULTARTE: O que elas nos dizem
- Sobre Turismo de Base Comunitária no Antigo quilombo do Cabula O Mapa da Mina: ou mapa de fazeres
- Conclusão
- Referência

- ANEXO
- APÊNDICE

1.9. Pessoal envolvido

- Helaine Souza (doutoranda),
- Francisca de Paula Silva (orientadora),
- Aristóteles Marçal (programador),
- Denissena (artista plástico),
- Carlos Augusto Angelo (auxiliar de pesquisa),
- Daniela (auxiliar de pesquisa).

2. **Procedimentos para trabalho de campo**

2.1. Aspecto metodológico

- Estudo de caso único com triangulação de dados

2.2. O caso

- CULTARTE

2.3. Fonte de dados

- Entrevista,
- Grupo focal,
- Documental,
- Observação participante,
- Questionário.

Tipologia da informação		Unidade de medida	Itens	Fontes da informação
Quem são as Artesãs do CULTARTE	Perfil socioeconômico	CULTARTE	Escolaridade; Renda Familiar; Religião; Raça/ etnia	Questionário
	Perfil familiar e de residência	CULTARTE	Local de nascimento Quanto tempo reside no Cabulo e Entrono, Qual localidade de residência atual Filhos e número de filhos	Entrevista
	Atividade de artesanato	CULTARTE	Formação no CESOL, SEBRAE, SENAC, PRONATEC Início na atividade de artesanato Ensina sua atividade a filhos, sobrinhos Outros artesãos próximos Indivíduo de referência na constituição de artesanato Oferta de curso de formação a outras pessoas formalmente ou informalmente. Conceito da atividade desenvolvida Concilia alguma outra atividade remunerada	Entrevista
Conceito	Definição de conceitos	CULTARTE	Conceitos: Empoderamento; Turismo de Base Comunitária Autonomia; Economia solidária; Cultura; Trabalho.	Grupo focal
Turismo de Base Comunitária	Percepções sobre o TBC	CULTARTE	Como conheceu o TBC? Como definiria o TBC? Como avalia o TBC? Antes, o TBC, você já comercializava/era remunerada por sua atividade?	Entrevista

Tipologia da informação		Unidade de medida	Itens	Fontes da informação
Coletivo CULTARTE	Percepções sobre o CULTARTE	CULTARTE	<p>Como se aproximou do CULTARTE? Você se considera membro? Qual a importância do CULTARTE para vc? Você nota alguma mudança em sua vida depois de passar a integrar o grupo? Quais ações e atividades do grupo você participa? Existe troca/ aprendizagem entre os membros? Quais os pontos positivos do CULTARTE? Quais os pontos negativos? Participa de outros eventos que não organizados pelo CULTARTE? Na sua opinião, o que pode melhorar o CULTARTE? Poderia nos indicar outras mulheres do grupo que tenha trabalhos próximos aos seus e que você mantém diálogo?</p>	Entrevista
	Definições, normas e procedimentos	CULTARTE	<p>O que caracteriza o Coletivo Normas estabelecidas pelo coletivo, no coletivo.</p>	Documental (Regimento Interno)
	Implantação do Regimento interno	CULTARTE	<p>As normas estabelecidas no Regime Interno são cumpridas; Regimento interno está de acordo com a prática do coletivo</p>	Observação participante

APÊNDICE C – Espaços Culturais

ITEM	ESPAÇOS CULTURAIS	CATEGORIA	BAIRRO	ENDEREÇO
01	Associação Beneficente dos Moradores do Bairro Saramandaia	Associação	Saramandaia	Rua Marisa Santos, 18, Saramandaia, Salvador, Bahia
02	Associação Beneficente e Recreativa de Pernambués – ABREPE	Associação	Pernambués	Avenida Hilda, 31, Pernambués, Salvador, Bahia
03	Associação Beneficente Recreativa e Creche Comunitária Criança Feliz da Grande Sussuarana	Associação	Sussuarana	Rua Aroldo Caino da Silva, 05 E Sussuarana, Salvador, Bahia
04	Associação Cultural Comunitária do Arenoso	Associação	Arenoso	Rua Carlos Fraga, 9, Arenoso, Salvador, Bahia
05	Associação Cultural e Comunitária Engenhos dos Negros	Associação	Engomadeira	Travessa São Francisco, 214, Engomadeira, Salvador, Bahia
06	Associação Cultural e Recreativa dos Amigos de Sussuarana – ACRAS	Associação	Sussuarana	Praça Geraldo Galo, 88, Sussuarana, Salvador, Bahia
07	Associação da Comunidade Arraial do Retiro	Associação	Arraial do Retiro	Arraial do Retiro, Salvador, Bahia
08	Associação de Moradores do Condomínio Solar das Árvores Consolar	Associação	Resgate	Rua Nossa Senhora do Resgate, 554, Salvador, Bahia

ITEM	ESPAÇOS CULTURAIS	CATEGORIA	BAIRRO	ENDEREÇO
09	Associação dos Moradores do Conjunto Doron	Associação	Doron	Rua Cidália Menezes, S/N, Conjunto Doron, Cabula IX, Salvador, Bahia
10	Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional Chácara Cabula	Associação	Cabula	Rua Silveira Martins, 74, Salvador, Bahia
11	Associação dos Moradores do Rio Nilo	Associação	Fazenda Grande do Retiro	Rua Rio Nilo, 40, Fazenda Grande do Retiro, Salvador, Bahia
12	Associação Independente de Moradores do Arraial do Retiro de Baixo Fonte da Bica	Associação	Arraial do Retiro	Avenida Oliveira Arraial de Baixo Fonte Da Bica, 23, Salvador, Bahia
13	Associação Social Cultural do Saboeiro	Associação	Saboeiro	Rua Silveira Martins, Saboeiro, Salvador, Bahia
14	Centro de Integração Familiar – CEIFAR	Associação	Beiru	Rua Direita de Tancredo Neves, Nº 402E, Salvador, Bahia
15	Clube de Mães do Bairro de Pernambués	Associação	Pernambués	Avenida Hilda, 185, Pernambués, Salvador, Bahia
16	Comissão Unida de Pernambués	Associação	Pernambués	Rua Tomaz Gonzaga, 479, Pernambués, Salvador, Bahia
17	Conselho de Moradores da Mata Escura	Associação	Mata Escura	Rua Direta da Mata Escura, 327, Mata Escura, Salvador, Bahia
18	Conselho de Moradores das Barreiras – COMOBA	Associação	Estrada das Barreiras	Estrada das Barreiras, Salvador, Bahia
19	Conselho de Moradores do bairro da Engomadeira (COMOBE)	Associação	Engomadeira	Rua Direita da Engomadeira, 6, Salvador, Bahia

ITEM	ESPAÇOS CULTURAIS	CATEGORIA	BAIRRO	ENDEREÇO
20	Conselho de Moradores do Bairro de Sussuarana e Adjacências	Associação	Sussuarana	Avenida Ulysses Guimaraes, 4069, Sussuarana, Salvador, Bahia
21	Conselho de Mulheres do Cabula (Inaptidão lei 11.941/2009 Art.54)	Associação	Engomadeira	Engomadeira, Salvador, Bahia
22	Grupos de Mulheres Voluntárias de Engomadeira	Associação	Engomadeira	Rua 15 de Novembro, 202, Engomadeira, Salvador, Bahia
23	Liga Esportiva de Pernambués e Adjacências	Associação	Saramandaia	Avenida Hilda, 125, Saramandaia, Salvador, Bahia
24	Núcleo de Reciclagem e Educação Ambiental Artesão da Paz	Associação	Mata Escura	Rua Abelardo Magalhães, Mata Escura, Salvador, Bahia
25	Sociedade Beneficente Recreativa e Cultural do Bairro da Engomadeira	Associação	Engomadeira	Rua Direta da Engomadeira, 29E, Salvador, Bahia
26	Biblioteca Comunitária Zeferina-Beiru	Biblioteca	Arenoso	Arenso, Salvador, Bahia
27	Biblioteca Aloysio da Franca Rocha	Biblioteca	Sussuarana	Avenida, nº 130 Av. Luís Viana Filho, CAB, Salvador, Bahia
28	Biblioteca da UNEB	Biblioteca	Cabula	Rua Silveira Martins, 2555, Salvador, Bahia
29	Biblioteca Desa. Ruth Pondé Luz	Biblioteca	Sussuarana	1ª Avenida do Centro Administrativo da Bahia, 150, Salvador, Bahia
30	Centro Social Urbano de Narandiba	Centro Social Urbano	Narandiba	Rua Edgar Santos, 611, Narandiba, Salvador, Bahia
31	Centro Social Urbano de Pernambués	Centro Social Urbano	Pernambués	Rua Thomaz Gonzaga, 150, Pernambués, Salvador, Bahia

ITEM	ESPAÇOS CULTURAIS	CATEGORIA	BAIRRO	ENDEREÇO
32	Colégio Estadual Edvaldo Fernandes	Escola	Beiru	Rua Paraíba, Tancredo Neves, Salvador, Bahia
33	Colégio Estadual Francisco Da Conceição Menezes	Escola	Cabula	Rua Silveira Martins, SN, Salvador, Bahia
34	Escola Municipal Cabula I	Escola	Cabula I	Praça Manoel Clemente Ferreira, Salvador, Bahia
35	Escola Municipal Murilo Celestino Costa	Escola	São Gonçalo	Rua Milton Gomes Costa, 195, Salvador, Bahia
36	Centro Municipal de Educação Infantil Creche Vovô Zezinho	Escola	Arenoso	Rua Direta do Arenoso, 253 Salvador, Bahia
37	Centro Municipal de Educação Infantil Alvar da Franca Rocha	Escola	Narandiba	RUA Silveira Martins S/N, Narandiba, Salvador, Bahia
38	Centro Municipal de Educação Infantil Cecy Andrade	Escola	Sussuarana	Rua Flavio Cavalcante, Sussuarana, Salvador, Bahia
39	Centro Municipal de Educação Infantil CSU de Pernambués	Escola	Pernambués	Rua Tomaz Gonzaga, Pernambués, Salvador, Bahia
40	Centro Municipal de Educação Infantil Nossa Luta	Escola	Pernambués	Rua Tomaz Gonzaga, 150, Pernambués, Salvador, Bahia
41	Centro Municipal de Educação Infantil Olga Benario	Escola	Narandiba	Conjunto Doron A, Salvador , Bahia
43	Colégio Estadual Alberto Valença	Escola	São Gonçalo	Rua Milton Gomes Costa, 125 Salvador , Bahia
44	Colégio Estadual Antônio Sergio Carneiro	Escola	Arenoso	Rua Gilberto Bastos, S/N, Salvador, Bahia

ITEM	ESPAÇOS CULTURAIS	CATEGORIA	BAIRRO	ENDEREÇO
45	Colégio Estadual Bento Goncalves	Escola	Fazenda Grande do Retiro	Rua Melo Moraes Filho, 536, Salvador, Bahia
46	Colégio Estadual Deputado Luis Eduardo Magalhães	Escola	Arenoso	Rua Manoel Rufino, S/N, Salvador, Bahia
47	Colégio Estadual Dois de Julho	Escola	Fazenda Grande do Retiro	Rua Mello Moraes Filho, 311 Salvador, Bahia
48	Colégio Estadual Governador Otavio Mangabeira	Escola	Saboeiro	Rua Saboeiro, 45, Salvador, Bahia
49	Colégio Estadual Governador Roberto Santos	Escola	Cabula	Rua Silveira Martins, 823, Cabula, Salvador, Bahia
50	Colégio Estadual Heitor Villas Lobos	Escola	Cabula	Rua Theodulo de Albuquerque, SN, Cabula VI, Salvador, Bahia
51	Colégio Estadual Helena Magalhães	Escola	Beiru	Rua Direta de Tancredo Neves, S/N, Salvador, Bahia
52	Colégio Estadual Kleber Pacheco	Escola	Pernambués	Rua Numa Pompílio Bitencourt, S/N, Salvador, Bahia
53	Colégio Estadual Ministro Aliomar Baleeiro	Escola	Pernambués	Rua Saturno, Pernambués, Salvador, Bahia
54	Colégio Estadual Nova de Sussuarana	Escola	Sussuarana	Rua Avenida Ulisses Guimaraes, Salvador, Bahia
55	Colégio Estadual Professor Dorival Passos	Escola	Mata Escura	Rua Cardeal Avelar Brandao Villela, Salvador, Bahia
56	Colégio Estadual Professora Elisabeth Chaves Veloso	Escola	Cabula	Rua Teodulo Alburquerque, S/N, Cabula VI Salvador, Bahia

ITEM	ESPAÇOS CULTURAIS	CATEGORIA	BAIRRO	ENDEREÇO
57	Colégio Estadual Professora Violeteira Brandão	Escola	Estrada das Barreiras	Rua Valdeck Cisne, 14E, Salvador, Bahia
58	Colégio Estadual Ruth Pacheco	Escola	Sussuarana	Rua Regia Barreto, 372, Sussuarana, Salvador, Bahia
59	Colégio Estadual São Daniel Comboni	Escola	Sussuarana	Rua Ulysses Guimaraes, 104, Sussuarana Salvador, Bahia
60	Colégio Estadual Zumbi Dos Palmares	Escola	Beiru	Rua Paraiba, 1339, Beiru, Salvador, Bahia
61	Colégio Municipal Eraldo Tinoco Melo	Escola	Sussuarana	Avenida Ulysses Guimaraes, Salvador, Bahia
62	Colégio Polivalente do Cabula	Escola	Cabula	Rua Silveira Martins, Salvador, Bahia
63	Colégio Professor George Fragoso Modesto	Escola	Mata Escura	Rua Est da Mata Escura Penitenciar, Salvador, Bahia
64	Creche e Pré Escola Primeiro Passo Susuarana	Escola	Sussuarana	Avenida Ulysses Guimarães, Salvador, Bahia
65	Escola Estadual Celia Mata Pires	Escola	Mata Escura	Rua Direta Jardim Santo Inacio, Salvador, Bahia
66	Escola Estadual Dom Avelar Brandao Vilela	Escola	Fazenda Grande do Retiro	Rua Melo Moraes Filho, 410, Salvador, Bahia
67	Escola Estadual Márcia Méccia	Escola	Mata Escura	Rua Benjamin Abdon, Salvador, Bahia
68	Escola Estadual Professor Ignacio Lunelli	Escola	Beiru	Rua Cristóvão Ferreira, 6, Salvador, Bahia

ITEM	ESPAÇOS CULTURAIS	CATEGORIA	BAIRRO	ENDEREÇO
69	Escola Estadual Professora Mariinha Tavares	Escola	Pernambués	Rua Pirapora, Pernambués, Salvador, Bahia
70	Escola Estadual Santa Edwrigens	Escola	Mata Escura	Rua São Mateus, 6, Salvador, Bahia
71	Escola Municipal 22 de Abril	Escola	Beiru	Rua Bahia, Salvador, Bahia
72	Escola Municipal Acelino Maximiano da Encarnação	Escola	Sussuarana	Rua Flavio Cavalcante, 57, Salvador, Bahia
73	Escola Municipal Adroaldo Ribeiro Costa	Escola	Cabula	Rua Nossa Senhora do Resgate, 368, Salvador, Bahia
74	Escola Municipal Alvaro da Franca Rocha	Escola	Engomadeira	Rua Cidade de Canudos, Salvador, Bahia
75	Escola Municipal Antonio Euzebio	Escola	Cabula	Rua Cristiano Buys, 100, Salvador, Bahia
76	Escola Municipal Centro Comunitário Frei Leonidas Menezes	Escola	Pernambués	Rua São Domingos, 43, Alto do Cruzeiro, Salvador, Bahia
78	Escola Municipal Comunitária de Santa Izabel	Escola	Sussuarana	Rua Rubens ZalSenar, 49, Salvador, Bahia
79	Escola Municipal de Engomadeira	Escola	Engomadeira	Rua Direta da Engomadeira, 54, Salvador, Bahia
80	Escola Municipal de Nova Sussuarana	Escola	Sussuarana	Rua Engenheiro Rubens ZarSenal, Salvador, Bahia
81	Escola Municipal de Novo Horizonte	Escola	Novo Horizonte	Rua Albino Fernandes, Novo Horizonte, Salvador, Bahia

ITEM	ESPAÇOS CULTURAIS	CATEGORIA	BAIRRO	ENDEREÇO
82	Escola Municipal de Pernambués	Escola	Pernambués	Avenida São Paulo, Pernambués, Salvador, Bahia
83	Escola Municipal Deputado Gersino Coelho	Escola	Doron	Travessa Fernando de São Paulo, Salvador, Bahia
84	Escola Municipal do Alto da Cachoeirinha Nelson Maleiro	Escola	Cabula VI	Estrada da Cachoeirinha S/N, Cabula VI, Salvador, Bahia
85	Escola Municipal do Beiru	Escola	Arenosol	Rua Arenoso, S/N, Arenoso, Salvador, Bahia
86	Escola Municipal Edite Dantas	Escola	Sussuarana	Rua São Cristóvão da Sussuarana, 317, Salvador, Bahia
87	Escola Municipal Educador Paulo Freire	Escola	Arraial do Retiro	Loteamento Baixinha do Santo Antônio, S/N, Salvador, Bahia
88	Escola Municipal Epaminondas Berbert Castro	Escola	Pernambués	Avenida Hilda, 5, Salvador, Bahia
89	Escola Municipal Eugenia Anna dos Santos	Escola	São Gonçalo	Rua Direta do Sao Goncalo, 557, Salvador, Bahia
90	Escola Municipal Hildete Bahia de Souza	Escola	Pernambués	Rua Botupora Chácara Perseverança, Quadra 2 Lote 3 , Salvador, Bahia
91	Escola Municipal Jesus de Nazaré	Escola	Sussuarana	Rua Rubens ZarSenal, Salvador, Bahia
92	Escola Municipal Madre Helena Irmãos Kennedy	Escola	Pernambués	2 Travessa da Ventosa, 19, Salvador, Bahia
93	Escola Municipal Manoel Francisco do Nascimento Brito	Escola	Sussuarana	Rua Praia de Ipanema, Lot Nascente do Sol, Salvador, Bahia

ITEM	ESPAÇOS CULTURAIS	CATEGORIA	BAIRRO	ENDEREÇO
94	Escola Municipal Maria Constança	Escola	Mata Escura	Rua Jardim Pampulha, Salvador, Bahia
95	Escola Municipal Maria da Conceição Santiago Imbassahy	Escola	Beiru	Rua Direta de Tancredo Neves, Salvador, Bahia
96	Escola Municipal Maria Dolores	Escola	Beiru	Rua São Paulo Loteamento Alto da Bela Vista, 52e, Conjunto Arvoredo, Salvador, Bahia
97	Escola Municipal Maria Felipa	Escola	Beiru	Av. Ulysses Guimarães, 1523, Beiru, Salvador, Bahia
98	Escola Municipal Marisa Baqueiro Costa	Escola	Saramandaia	Rua Dr ^a Regia Barreto, Salvador, Bahia
99	Escola Municipal Maximiano da Encarnação	Escola	Mata Escura	Rua Direta da Mata Escura, Salvador, Bahia
100	Escola Municipal Prof ^a Anfrisia Santiago	Escola	Estrada das Barreiras	Estrada das Barreiras, Salvador, Bahia
101	Escola Municipal Professor Carlos Formigli FUNDAC	Escola	Beiru	Avenida Guanabara, 70, Beiru, Salvador, Bahia
102	Escola Municipal Risoleta Neves	Escola	Saramandaia	Rua da Horta, 251E, Saramandaia, Salvador, Bahia
103	Escola Municipal São Gonçalo do Retiro	Escola	São Gonçalo	Rua Direita de São Gonçalo, São Gonçalo do Retiro, Salvador, Bahia
104	Escola Municipal São Miguel	Escola	Mata Escura	Rua Direta do Campo, 1, Mata Escura, Salvador, Bahia
105	Escola Municipal Tomaz Gonzaga	Escola	Pernambués	Rua Tomaz Gonzaga, 229, Pernambués, Salvador, Bahia

ITEM	ESPAÇOS CULTURAIS	CATEGORIA	BAIRRO	ENDEREÇO
106	Escola Municipal Visconde de Itaparica	Escola	Cabula	Rua Silveira Martins, S/N, Salvador, Bahia
107	Praça Arthur Lago	Praças	Pernambués	Rua Jiquiriçá, 47 - Pernambués, Salvador, Bahia
108	Largo do Anjo Mal	Praças	Beiru	Rua Pernanbuco, Beiru, Salvador, Bahia
109	Largo do Retiro	Praças	São Gonçalo do Retiro	São Gonçalo do Retiro, Salvador, Bahia
110	Largo do Santo Antônio	Praças	Cabula	Avenida Luís Eduardo Magalhães, 2581, Salvador, Bahia
111	Praça Barros Reis	Praças	Retiro	Avenida Barros Réis, 401-421, São Gonçalo, Salvador, Bahia
112	Praça do Conjunto Doron,	Praças	Doron	Conjunto Doron, Cabula IX, Salvador, Bahia
113	Praça F Manoel Salvador	Praças	Cabula	Cabula, Salvador, Bahia
114	Escola de Educação Percussiva Integral – Eepi	Teatro e Museu	Estrada das Barreiras	Estrada das Barreiras S/N - Conjunto Resid. Maestro Wanderley, Cabula II, Salvador, Bahia
115	Memorial do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia	Teatro e Museu	Sussuarana	1ª Avenida do Centro Administrativo da Bahia, 150, Salvador, Bahia
116	Museu Ilê Ohun Lailai	Teatro e Museu	São Gonçalo do Retiro	Rua Direita de São Gonçalo do Retiro 557, Salvador, Bahia
117	Quartel do 19º BC	Teatro e Museu	Cabula	Rua Silveira Martins, S/N, Cabula, Salvador, Bahia

ITEM	ESPAÇOS CULTURAIS	CATEGORIA	BAIRRO	ENDEREÇO
118	Teatro Caetano Veloso	Teatro e Museu	Cabula	Rua Silveira Martins, 2555, Cabula, Salvador, Bahia
119	Gonxiá de Obaluaê Muncombo Mononguzu	Terreiro de Candomblé	Arraial do Retiro	Rua Direta do Arraial do Retiro, 99 Salvador, Bahia
120	Ibá Oji Tundê	Terreiro de Candomblé	Estrada das Barreiras	Rua Abraão, 29E, Loteamento Moisés, Conj. ACM, Salvador, Bahia
121	Ilê Aláaakorê Ase Omi	Terreiro de Candomblé	Pernambués	Rua Botuporã, 253E, Salvador, Bahia
122	Ilê Axé Airá Dagomim	Terreiro de Candomblé	Mata Escura	Rua da Mangueira, 35E, ponto 13, Mata Escura, Salvador, Bahia
123	Ilê Axé Deleomim	Terreiro de Candomblé	Arenoso	Rua Vandson Campelo, 73E, Beirú, Salvador, Bahia
124	Ilê Axé Ebí Oka Okiká	Terreiro de Candomblé	Cabula	Rua Josete Bispo, 35 E, Salvador, Bahia
125	Ilê Axé Epó Agodó	Terreiro de Candomblé	Mata Escura	Rua Aberlado Magalhães , 143E, Salvador, Bahia
126	Ilê Axé Jezubum Santa Cruz	Terreiro de Candomblé	Arenoso	Rua Manuel Rufino, 20E, Beirú, Salvador, Bahia
127	Ilê Axé Kafunji Odé Lefunji	Terreiro de Candomblé	Engomadeira	Rua Sr. do Bomfim, Trav. 4 de Março, Salvador, Bahia
128	Ilê Axé Logum Edé	Terreiro de Candomblé	Arenoso	Rua Wanderson Campelo, 39E, Beirú, Salvador, Bahia
129	Ilê Axé Mawud	Terreiro de Candomblé	Mata Escura	Rua Monte Alegre, 9E, Salvador, Bahia

ITEM	ESPAÇOS CULTURAIS	CATEGORIA	BAIRRO	ENDEREÇO
130	Ilê Axé Ninfá	Terreiro de Candomblé	Pernambués	2a Trav. São Francisco , 127E, Salvador, Bahia
131	Ilê Axé Obá Xietã	Terreiro de Candomblé	Mata Escura	Parque São Jorge, Rua Direta da Mata Escura, 205E, Salvador, Bahia
132	Ilê Axé Odé Bomim	Terreiro de Candomblé	São Gonçalo	Rua São Carlos, 73-E Salvador-BA CEP: 41190-130
133	Ilê Axé Odor Bogy	Terreiro de Candomblé	Sussuarana	Rua Solón de Carvalho, 43E, Salvador, Bahia
134	Ilê Axé Ominijá	Terreiro de Candomblé	Sussuarana	Rua da Jaqueira, 01, Sussuarana, Salvador, Bahia
135	Ilê Axé Opô Afonjá	Terreiro de Candomblé	São Gonçalo	Rua Direta do São Gonçalo, 557, Salvador, Bahia
136	Ilê Axé Opô Jimum	Terreiro de Candomblé	Pernambués	Rua 28 de Abril , 234E, Salvador, Bahia
137	Ilê Axé Oya Dé	Terreiro de Candomblé	Mata Escura	Rua do Jenipapeiro, 42, Salvador, Bahia
138	Ilê Axé Oyá Omi Fará	Terreiro de Candomblé	Novo Horizonte	Rua Flores, 13E, Salvador, Bahia
139	Ilê Axé Oyakayodê	Terreiro de Candomblé	Narandiba	Av. Edgar Santos, 154, Salvador, Bahia
140	Ilê Axé Yepomin	Terreiro de Candomblé	Engomadeira	Rua 4 de Março, 442, Salvador, Bahia
141	Ilê Babá Odé	Terreiro de Candomblé	Sussuarana	Rua Haroldo Caíno, 50, Salvador, Bahia
142	Nsumbu Tambula Dicolia Meia Dandalunda (Terreiro São Roque)	Terreiro de Candomblé	Beiru	Rua Direta do Beiru, 884E, Salvador, Bahia

ITEM	ESPAÇOS CULTURAIS	CATEGORIA	BAIRRO	ENDEREÇO
143	Oya Filha de Roxinoré Filha do Terreiro Santa Cruz	Terreiro de Candomblé	Arenoso	Rua Reinaldo Praxedes, 42E Beirú, Salvador, Bahia
144	Terreiro das Águas Claras	Terreiro de Candomblé	Mata Escura	Rua Direta da Mata Escura, 64, Salvador, Bahia
145	Terreiro de Obirijenan	Terreiro de Candomblé	Pernambués	Rua Botuporã, Lote 19, Salvador, Bahia
146	Terreiro de Oxóssi	Terreiro de Candomblé	Fazenda Grande do Retiro	Rua Melo Moraes Filho, 410B, Salvador, Bahia
147	Terreiro de Tupinambá	Terreiro de Candomblé	Mata Escura	Rua União, 63, Salvador, Bahia
148	Terreiro do Bate Folha	Terreiro de Candomblé	Mata Escura	Rua Direta da Mata Escura, Salvador, Bahia
149	Terreiro Mocô Imbira	Terreiro de Candomblé	Fazenda Grande do Retiro	Rua Direta das Pitangueiras, 73, Salvador, Bahia
150	Terreiro Olufanjá	Terreiro de Candomblé	Beiru	Rua Alagoas, 92/94, Beirú, Salvador, Bahia
151	Terreiro Tumbeci	Terreiro de Candomblé	Beiru	Rua Nossa Senhora da Conceição, 206 E, Salvador, Bahia
152	Terreiro Viva Deus	Terreiro de Candomblé	Estrada das Barreiras	Rua Estrada das Barreiras, 233, Salvador, Bahia
153	Terreiro Viva Deus Filho	Terreiro de Candomblé	Engomadeira	3ª Travessa São Tomé , 53, Salvador, Bahia
154	Terreiro Yemanjá Ogum Té	Terreiro de Candomblé	Fazenda Grande do Retiro	Rua Pacheco de Oliveira, 92, Salvador, Bahia
155	Auxiliar Sultão das Matas Virgens	Terreiro de Umbanda	Pernambués	Vila 6 de Julho , 56 E, Salvador, Bahia

ITEM	ESPAÇOS CULTURAIS	CATEGORIA	BAIRRO	ENDEREÇO
156	Casa de Lua Cheia	Terreiro de Umbanda	Cabula	Rua Silveira Martins, 500, Salvador, Bahia
157	Casa de Tiratema	Terreiro de Umbanda	Pernambués	Rua Botuporã, Quadra. 1, Lote 47, Salvador, Bahia
158	Centro de Caboclo Sultão das Matas	Terreiro de Umbanda	São Gonçalo	Rua Boa Esperança, 231 E, Salvador, Bahia
159	Centro de Umbanda	Terreiro de Umbanda	Pernambués	Rua 28 de Abril, 246E, Salvador, Bahia
160	Centro de Umbanda Juriti	Terreiro de Umbanda	Cabula	Rua das Árvores, 5, Salvador, Bahia
161	Centro Mensageiro da Paz	Terreiro de Umbanda	Cabula	Travessa Onze de Agosto, 40e, Salvador, Bahia